

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL  
LINHA DE PESQUISA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

**ANA CAROLINA SADE PEREIRA DA SILVA**

DEZENOVE EXPULSOS DA FNFi: MEMÓRIAS QUE A DITADURA NÃO  
CONTOU

RIO DE JANEIRO  
2010

ANA CAROLINA SADE PEREIRA DA SILVA

DEZENOVE EXPULSOS DA FNFi: MEMÓRIAS QUE A DITADURA NÃO  
CONTOU

Dissertação apresentada como  
pré-requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em  
Memória Social pelo Programa  
de Pós-Graduação em Memória  
Social da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Joana D'Arc Fernandes Ferraz

RIO DE JANEIRO  
2010

ANA CAROLINA SADE PEREIRA DA SILVA  
DEZENOVE EXPULSOS DA FNFI: MEMÓRIAS QUE A DITADURA NÃO  
CONTOU

Dissertação apresentada como  
pré-requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em  
Memória Social pelo Programa  
de Pós-Graduação em Memória  
Social da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em

de 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Joana D'Arc Fernandes Ferraz - Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra  
Universidade Federal Fluminense

Dedico esse trabalho  
Aos meus pais,  
Pelo amor e carinho que me devotam  
desde os primeiros minutos de vida.

Aos dezenove  
e a todos os jovens que dedicaram suas vidas  
e acreditaram em uma sociedade mais justa.

## **Agradecimentos**

A Deus, por mais essa oportunidade de aprendizado, crescimento e evolução.

À minha mãe, grande mulher. Exemplo de determinação e caráter e minha maior incentivadora. Sempre...

Ao meu pai, pela força e por me ensinar que a maior herança que pode me deixar é o conhecimento.

À minha irmã, minha grande amiga. Suas broncas e seu jeito sincero muito me ajudaram nessa conquista.

À Joana, minha (des)orientadora, pelas provocações, questionamentos, paciência e respeito ao meu tempo e às minhas dificuldades.

À Victoria Grabois, pelo tema.

À Cecília Coimbra e José Bessa pelas valiosas contribuições e orientações na banca de qualificação.

Aos professores e colegas do mestrado, pelas discussões profícuas que muito contribuíram para a realização desse trabalho e para meu crescimento pessoal.

À querida amiga Marcela Medeiros, pelo apoio, amizade e encorajamento. Rimos, choramos, desesperamos, quase desistimos, mas conseguimos!

Às queridas Creuza Stephen e Helene Aguiar, que não me deixaram desistir de tentar.

À Danielle Rosa e Solange Furtado, amigas queridas. Por vibrarem tanto quanto eu com a entrada no mestrado e pelo apoio em momentos de desespero.

À Tânia Ribeiro, pelas dicas e discussões que tanto me ajudaram na confecção do trabalho.

A todos os meus amigos, por entenderem minhas muitas ausências.

Aos meus queridos amigos da Biblioteca do IFCS, pela grande cumplicidade e companheirismo em momento de total desamparo.

Aos membros Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, que me ensinaram o valor do significado do termo "Tortura nunca mais".

À Cecília Coimbra e Victoria Grabois, pelas preciosas contribuições para a realização desse trabalho.

À Carolina Dellamore, pelas dicas e pelo apoio.

À Cristine Lacerda, pela transcrição das entrevistas.

Aos entrevistados

Victoria Grabois, Rachel Teixeira, Sérgio Campos, Adir Moysés, e os que preferiram não ser identificados.

Agradeço por me receberem e por compartilharem um momento tão difícil da vida de vocês comigo. E pela disposição de remexer nos seus baús de memórias.

A todos que contribuíram, de alguma forma, para a elaboração desse trabalho.

“Até bem pouco tempo atrás  
poderíamos mudar o mundo.  
Quem roubou nossa coragem?”

Legião Urbana – Trecho da música Quando o sol bater na janela do teu quarto

## Resumo

Investiga a situação dos “19 da Filosofia”, grupo de 19 alunos da FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia) expulsos e perseguidos pela ditadura. Analisa a trajetória dos 19 da Filosofia, procurando mostrar as consequências dessa expulsão em suas vidas. Narra a história da FNFi desde a sua criação até o período da sua extinção. Mostra a importância do papel da FNFi no movimento estudantil bem como em outros movimentos contrários a ditadura. Destaca a herança política da FNFi no movimento contra a ditadura militar, enfatizando a situação dos estudantes durante esse período.

1. Ditadura militar – Brasil. 2. Faculdade Nacional de Filosofia – História. 3. Movimento estudantil – Brasil – História.



## **Abstract**

It investigates the situation of the “19 of the Philosophy”, group of 19 pupils of the FNFi (National College of Philosophy) expelled and persecuted by the dictatorship. It analyzes the trajectory of the 19 of the Philosophy, looking for to show the consequences of this expulsion in its lives. It tells the history of the FNFi since its creation until the period of its extinguishing. It shows the importance of the paper of the FNFi in the student movement as well as in other contrary movements the dictatorship. It detaches the inheritance politics of the FNFi in the movement against the military dictatorship, emphasizing the situation of the students during this period.

1. Military dictatorship - Brazil. 2. National college of Philosophy - History. 3. Student movement - Brazil - History.

## Sumário

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| <b>1.</b> | <b>Introdução</b>   | 10  |
| 1.1.      | <i>Da construção do tema</i>  | 11  |
| <b>2.</b> | <b>O golpe civil-militar de 1964: um pouco de história</b>  | 18  |
| 2.1.      | <i>Antecedentes do golpe</i>  | 18  |
| 2.1.1.    | Panorama político, econômico e social no pré-golpe  | 20  |
| 2.1.2.    | Panorama cultural no pré-golpe  | 29  |
| 2.2.      | <i>O golpe civil-militar</i>  | 32  |
| 2.3.      | <i>A revolução dos caranguejos</i>  | 37  |
| <b>3.</b> | <b>O movimento estudantil</b>   | 41  |
| 3.1.      | <i>O movimento estudantil antes da UNE</i>  | 42  |
| <b>4.</b> | <b>Faculdade Nacional de Filosofia: de “escola para meninas da zona norte” a “covil de víboras vermelhas”</b> | 61  |
| 4.1.      | <i>FNFi no pré-golpe</i>  | 66  |
| 4.2.      | <i>O golpe e a FNFi</i>   | 90  |
| 4.3.      | <i>Os dezenove da Filosofia</i>   | 92  |
| 4.4.      | <i>FNFi no golpe: o caminho da extinção</i>   | 102 |
| 4.5.      | <i>Os dezenove após a expulsão</i>  | 104 |
| <b>5.</b> | <b>A memória e os dezenove</b>  | 110 |
| <b>6.</b> | <b>Considerações finais</b>   | 116 |
| <b>7.</b> | <b>Referências</b>  | 119 |
|           | <b>Anexo I</b>  | 126 |
|           | <b>Anexo II</b>   | 127 |
|           | <b>Anexo III</b>  | 128 |
|           | <b>Anexo IV</b>   | 141 |
|           | <b>Anexo V</b>  | 142 |

## 1. Introdução

*“[A ditadura] se mede não por meio da contagem dos mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente”<sup>1</sup>*

A ditadura civil-militar brasileira foi marcada por fatos que envolveram diversos setores da sociedade. O presente trabalho tem como objetivo narrar e analisar, através da interseção entre a Memória e a História, o episódio da expulsão de 19 (dezenove) alunos da FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia), da antiga Universidade do Brasil, de diferentes cursos, no momento do golpe civil-militar, em 1964. Objetiva traçar a trajetória dos “Dezenove da Filosofia”, analisar a conjuntura em que se deu essa expulsão e mostrar os efeitos dela em suas vidas, bem como a importância do papel da FNFi no movimento estudantil da época.

Pretende-se, assim, contribuir de alguma forma para a construção e manutenção da memória de um período que, segundo cantou Chico Buarque na música “Vai Passar”, é uma “passagem desbotada na memória das nossas novas gerações”.

Sobre os dezenove alunos expulsos tomei conhecimento há pouco tempo, mas a ditadura militar (até o mestrado achava que esta era apenas militar) sempre me causou inquietação. Sempre me perguntei por que nunca conseguimos tempo para estudar o período pós-Estado Novo. A cada ano letivo sempre começávamos “do começo”, de forma que quando chegava o final da História Contemporânea, nossa história mais recente, acabava o ano.

Em 2008, ingressei no mestrado em Memória Social. O projeto inicial era sobre o IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde trabalho. O IFCS foi criado em 1968, durante o governo militar. Originou-se justamente da FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia). Tomei conhecimento da FNFi através das leituras sobre o IFCS.

---

<sup>1</sup> TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p.10.

Ainda em 2008, a convite da professora Joana Ferraz, comecei a freqüentar as reuniões do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. As reuniões trouxeram informações valiosas sobre o tema. E me permitiram conhecer Victoria Grabois e Cecília Coimbra, que muito contribuíram para a realização desse trabalho.

Com o tempo, o projeto do IFCS começou a ficar travado, por uma série de motivos. Até que, em julho de 2009, na defesa de Carolina Dellamore, Victoria Grabois, que foi assistir a sua apresentação, comenta sobre um grupo de dezenove alunos que foram expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia em 1964, dias depois do golpe. O engraçado foi que eu e minha orientadora nos olhamos ao mesmo tempo, como que dizendo: pronto, achamos o tema.

Durante conversa ainda informal, Victoria explicou o que foram os “dezenove da Filosofia”. Foi um grupo de dezenove alunos que foram expulsos ainda em 1964. Embora sejam conhecidos como os “dezenove” não foram expulsos de uma vez. Primeiramente, foram expulsos nove e depois os outros dez. São identificados como os “dezenove” porque sofreram a mesma punição, mesmo em momentos distintos: a expulsão.

Victoria chamou a atenção para o fato de que essa expulsão se deu em 1964. A repressão ao movimento estudantil foi mais forte em 1968, mas já teve seu início em 1964. Também destacou que esses “dezenove” foram os únicos a sofrerem esse tipo de punição. Eles tiveram suas matrículas canceladas e foram impedidos de freqüentarem outras universidades brasileiras. Outros estudantes sofreram suspensão. A diferença é que a suspensão durava um tempo determinado, que geralmente variava de seis meses a um ano. Findo o prazo estipulado pelo Conselho Universitário da Universidade, o aluno poderia retomar suas atividades acadêmicas. A expulsão tirava do estudante a sua vida universitária e seu direito de se formar em um curso superior e foi o precursor do Decreto 477 de 1969, que estabelecia a cassação de alunos e professores considerados subversivos.

### *1.1. Da construção do tema*

Michael Pollak (1992) e Maurice Halbwachs (1990) falam que a memória é coletiva e construída todo o tempo pelos grupos sociais, por isso ela também

é seletiva. A seleção implica na identificação da pessoa com aquela memória e dependerá da maneira como cada indivíduo experimentou o fato, da intensidade com que o fato o marcou. Assim, no caso dos “dezenove”, todos viveram a expulsão, mas a forma como experimentaram foi diferente. Veremos, no decorrer do trabalho, por exemplo, que alguns acontecimentos não foram lembrados por todos ou, pelo menos, a narração dos detalhes é diferente.

Depois da conversa com Victoria, e de ter definido que o trabalho seria baseado em entrevistas com os dezenove alunos expulsos da FNFi, o próximo passo foi entrevistar Victoria Grabois. As perguntas foram previamente definidas, sem que fossem uma “camisa de força”. Buscava-se compreender quem eram aqueles alunos expulsos e os motivos que levaram a essa expulsão.

Na entrevista, em 24 de setembro de 2009, Victoria forneceu a lista com os nomes desses jovens. As entrevistas forneceram informações sobre a expulsão e serviram de referencial para a pesquisa de outros fatos importantes do período. Os entrevistados ficaram à vontade para relatar o que julgavam pertinente ao tema. Elaboramos um pequeno questionário apenas como forma de delimitar as respostas e guiar a conversa.

Os entrevistados são testemunhas que viveram, viram e ouviram e, portanto, são capazes de contar. A narração atualiza a experiência vivida, tornando-a acessível a outros sujeitos, dificultando o esquecimento. O testemunho se transforma, assim, em matéria-prima de seus ouvintes e/ou leitores, embora seja uma versão incompleta e parcial dos fatos. Porém, “essa intensidade da experiência vivida, incrível para quem não viveu a experiência, é também aquilo que o testemunho *não* é capaz de representar.” (SARLO, 2007, p.36).

Além disso, quem ouve o relato, experimentando e revivendo a experiência junto com o narrador, também se torna uma testemunha, independente de ter visto ou vivido o fato e é capaz de repassar essa experiência para outros sujeitos. Dessa maneira, “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos (...) Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro.” (GAGNEBIN, 2006, p.57).

Joana D'Arc Fernandes Ferraz (2007) observa que podemos utilizar duas formas de testemunho, sendo a primeira baseada na literatura e a segunda em entrevistas. A primeira é caracterizada pelos livros escritos por pessoas que foram atingidas e é chamada de literatura testemunhal. Nesta forma de testemunho, o ouvinte recebe um texto pronto, previamente elaborado e selecionado pelo autor. Muita informação pode ficar perdida nessa seleção. A segunda é baseada na história oral e os sujeitos narram suas experiências sobre aquele fato. Embora também haja alguma seleção, a fala é mais solta e as dúvidas do entrevistador podem ser tiradas na hora. Há diálogo e troca durante o relato. A autora chama a atenção para essa cumplicidade, frisando que o entrevistador acaba sendo mais uma testemunha do testemunho do entrevistado. Mesmo os trechos que possam não vir a ser utilizados no trabalho ficam armazenados na memória também do entrevistador e não somente mais na do entrevistado.

Ainda no que tange à história oral, nos baseamos no texto de Alessandro Portelli (2002), que fala sobre um massacre na cidade de Civitella Val di Chiana pelos alemães. O autor se baseou em fontes orais para sua análise. Além disso, explica a questão da multiplicidade de visões, que acabaram acontecendo no desenvolver deste trabalho. Para ele, existe uma memória dividida que poderíamos entender apenas como a memória oficial e a dos atingidos, mas não é tão simples. Na realidade, existe uma multiplicidade de memórias fragmentadas, que são internamente divididas, mas culturalmente mediadas. Os episódios que levaram à expulsão, assim como no texto de Portelli, são confirmados por todos os entrevistados. O que difere é o peso que cada um dá ao fato que provocou sua expulsão. E essa diferenciação será feita pela história de vida de cada um.

Utilizamos as duas formas de testemunho nessa construção, as entrevistas e a oferecida pela bibliografia produzida sobre o assunto. A base principal da literatura testemunhal foi o livro de Miguel Armony, que, embora não tenha sido expulso, era aluno da FNFi, a partir de 1962, no pré-golpe.

A questão do testemunho é amplamente discutida pelos autores da Memória, que enfatizam a importância desse método para completar nosso conhecimento sobre um determinado fato, preenchendo as lacunas das nossas lembranças ou até trazendo informações que desconhecíamos. Esse ponto é

muito importante para esse trabalho, uma vez que ele se baseia, justamente, nos testemunhos dos “dezenove”. A história desse grupo não será contada de forma organizada e didática em fontes de informação que tratam do período da ditadura militar. Afinal, esse foi um dos muitos grupos atingidos pela ditadura. Então, para analisarmos a memória dessa expulsão, tornou-se um requisito fundamental que os próprios expulsos falassem de suas memórias e de suas impressões sobre o fato.

Os testemunhos podem ter uma função muito mais ampla do que a de completar lembranças individuais. Os testemunhos, no presente trabalho, são as fontes principais na construção da discussão. Eles ajudarão na reconstituição da expulsão, que tomará como base as narrativas dos entrevistados. Os testemunhos serão complementados com os documentos oficiais, dentre eles as Atas, Resoluções e Boletins da Faculdade e da Universidade do Brasil.

Podemos, ainda, em relação aos testemunhos, analisar que o testemunho em si, sendo uma reconstrução da memória, acaba gerando lacunas, descontinuidades. Verificamos nas entrevistas que a narrativa não era contínua todo o tempo. Também existem momentos de silêncio, esquecimentos, enfim, situações que tornavam o testemunho incompleto e com lacunas. Além da dificuldade na reconstrução dessas lembranças, causada pelo longo intervalo de tempo entre os fatos e as entrevistas, da falta de contato com o grupo, entre outros fatores, essa reconstrução para os “dezenove” se torna mais difícil por ter o trauma como agravante para o esquecimento.

Os contatos para as entrevistas foram conseguidos de diversas formas. A primeira entrevistada, Victoria Grabois, deu a indicação de Rachel Teixeira. Victoria sabia que Rachel trabalhava na Fundação Casa de Rui Barbosa e, portanto, seria mais fácil um contato. Um e-mail foi mandado para Rachel, que respondeu prontamente.

A entrevista com Rachel Teixeira ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2010. Rachel tinha uma lista com os nomes e contatos dos “dezenove”. Em 1999, houve um “pedido de desculpas” da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que veremos no decorrer do trabalho e Rachel ficou responsável por procurar essas pessoas, gerando a lista que ela forneceu. Porém, ela

ênfatizou que como já se haviam passado onze anos da elaboração da lista, esta poderia estar defasada. A entrevistada também indicou o nome de outro expulso, Sérgio Campos, destacando que ele era o presidente do Diretório Acadêmico na época e, por isso, seria interessante entrevistá-lo.

Ao tentar localizar Sérgio Campos já foi possível constatar que a lista estava desatualizada. Nem o e-mail nem o telefone estavam corretos. O contato acabou sendo fornecido por Cecília Coimbra. O endereço também já não era mais o mesmo que constava na lista de Rachel. No dia primeiro de março de 2010, entrevistei Sérgio Campos. Seguindo recomendações de minha orientadora, perguntei ao final da entrevista se ele possuía algum contato. A resposta foi negativa. Aliás, tirando Rachel, nenhum dos entrevistados tinha contato com os outros expulsos.

Cecília Coimbra me forneceu o contato de Dora Henrique da Costa, que também estudou na Faculdade Nacional de Filosofia. Consegui cinco contatos com ela. Dois preferiram não ser entrevistados, dois aceitaram dar a entrevista, mas não quiseram que seus nomes fossem citados. A quinta era Regina do Prado, mas o e-mail fornecido voltou e não foi possível o contato.

Pesquisando no Google, localizei Adir Moysés Luiz no *site* do Instituto de Física da UFRJ. Seu e-mail estava disponível e, assim, consegui contactá-lo. Na realidade, o contato de Adir estava na lista de Rachel, mas tive a informação de que ele havia falecido. Por isso, antes de mandar o e-mail, fiz a pesquisa no Google. Adir foi localizado no *site* do Instituto de Física da UFRJ, com o mesmo e-mail que constava na lista fornecida por Rachel.

Ao todo, foram entrevistados sete expulsos: Sérgio Emanuel Dias Campos, Victoria Grabois, Rachel Teixeira, Adir Moysés Luiz, Sérgio Silva e mais dois que preferiram não ter suas falas identificadas. Sérgio Campos e mais um dos que não quiseram se identificar foram entrevistados em suas casas, residindo no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Quatro foram entrevistados em seus locais de trabalho, sendo, Victoria Grabois (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH – da UFRJ), Rachel Teixeira (Fundação Casa de Rui Barbosa), Adir Moysés Luiz (Sala dos professores do Instituto de Física da UFRJ, na Ilha do Fundão) e mais um dos que não quis se identificar, em seu escritório também em São Paulo. Sérgio Silva fez seu relato via e-mail.



Além desses sete, três do grupo já faleceram, sendo eles Fernando Bunchaft, Elias Mansur Simão Filho e Yedda Salles. Seis não foram localizados, os e-mails voltaram, e os telefones ou estavam desligados ou com outras pessoas. São eles Paulo César Dantas Esteves, Manoel José Rocha e Silva, Sílvio Clemente da Motta, Enylton José de Sá Rego, Amaury Cano, Flávio Silva e Regina do Prado. Vale ressaltar que Manoel José Rocha e Silva já não havia sido localizado por Rachel. Aliás, nenhum entrevistado, nem Cecília, nem Dora Henrique da Costa se lembravam dele. E dois preferiram não ser entrevistados.

Os documentos escritos foram pesquisados em arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aqueles que pertenciam à FNFi foram consultados no PROEDS (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade), localizado no *campus* da Praia Vermelha. As atas do Conselho Universitário foram consultadas na Secretaria de Órgãos Colegiados, localizada na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Vale ressaltar que os documentos não puderam ser fotocopiados devido à falta de equipamentos para a realização da cópia no local e da impossibilidade de se retirar o documento para que se fizesse uma cópia externamente. Os livros da Congregação da FNFi de 1963 não foram localizados no arquivo. Segundo a arquivista, eles poderiam não estar lá ou não terem sido ainda catalogados.

O trabalho divide-se em seis capítulos. No primeiro capítulo é feita a introdução. O segundo capítulo faz um breve histórico da situação brasileira naquele período. O terceiro capítulo analisa o movimento estudantil e a sua forte atuação no cenário político. Para essa contextualização foram utilizados; notícias dos jornais O Globo e Correio da manhã, entre meados de 1963 e final de 1964, atas do Conselho Universitário da Universidade do Brasil e atas da Congregação e do Conselho Departamental da FNFi. Também foram transcritos trechos das entrevistas, como forma de demonstrar a inserção dos “dezenove” e o clima da FNFi durante os acontecimentos pré e pós-golpe.

No quarto e quinto capítulos a questão principal é a expulsão em si. Foram investigadas suas razões e objetivos, sob o ponto de vista dos próprios expulsos. Para isso, foram utilizados os testemunhos, tanto em forma de literatura quanto de entrevistas. Além disso, as atas dos órgãos colegiados da UB e da FNFi e as notícias dos jornais citados anteriormente serviram de apoio

para a contextualização. Foi feito, ainda no quarto capítulo, um histórico da FNFi, mostrando seu papel na sociedade e no movimento estudantil. No sexto capítulo, foi feita a conclusão do trabalho, através da análise da expulsão com base nos conceitos da Memória.

## 2. O golpe civil-militar<sup>2</sup> de 1964: um pouco de história

O golpe militar não é um fato isolado, por isso, não pode ser analisado sem que antes se faça uma retrospectiva da situação brasileira e dos acontecimentos que levaram a ele.

O professor Adir Moysés Luiz, um dos expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia, em sua entrevista, afirma que a história recente do Brasil se divide em duas fases: antes de 64 e depois de 64. A fala do professor e o estudo de fontes sobre o período mostram essa divisão, já que o golpe de 1964, de fato, trouxe profundas alterações para a sociedade brasileira.

### 2.1. Antecedentes do golpe

A análise deste período inicia-se a partir de 1945, quando as transformações que resultam no golpe de 1964 começam a ser desenhadas. Esse ano é um marco de capítulos importantes da história nacional e internacional. No Brasil, com a deposição de Getúlio Vargas, termina o Estado Novo e o país volta a um modelo democrático. No cenário internacional, é o fim da Segunda Guerra Mundial. O pós-1945, portanto, é um período no qual os países desenvolvidos tinham como foco a própria reconstrução, tanto física quanto político-econômica. Isso fez com que os países subdesenvolvidos, como o Brasil, tivessem que investir mais na sua subsistência de modo a diminuir a sua dependência em relação aos países enfraquecidos pela guerra.

Assim, aliando o fim do Estado Novo com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil entra em um processo de redemocratização e de definição de caminhos em relação à sua política econômica e social. Dessa maneira, é difícil “explicar o sistema político em que Goulart trabalhava sem examinar as origens desse sistema na década seguinte à Revolução de 1930 e o processo

---

<sup>2</sup> Carlos Fico (2004, p.52) faz uma análise do termo golpe civil-militar. Para o autor, a preparação do golpe foi, de fato, feita por civis e militares. Mesmo após o golpe, as medidas foram para atender as exigências do capital internacional, reivindicado pela burguesia, civil. Porém, o governo em si e o próprio aparato repressivo foi de responsabilidade militar. Assim, Fico considera o golpe como civil-militar, mas o período em que os militares governaram é chamado de ditadura militar ou regime militar.

Ivan Cavalcanti Proença (2004) também considera o golpe como militar-civil e o chama de “golpe americano”, uma vez que contava com a participação da CIA e com o financiamento de instituições como IPES/IBAD.

de redemocratização que pôs fim à ditadura de Vargas, em 1945” (SKIDMORE, 1996, p.17)

Esse processo, que durou até 1964, contou com a participação de diversos setores sociais, com destaque para os estudantes. O movimento estudantil ganhou força com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937, mas seu crescimento maior é a partir de 1945, com o fim da ditadura de Vargas. O papel dos estudantes foi fundamental para esse período, até 1964, quando seu movimento começa a ser duramente atacado e desmantelado.

Além disso, o livro Brasil: nunca mais<sup>3</sup>, considera o período de 1946 a 1964 como bastante peculiar, já que

Representa uma etapa de desenvolvimento econômico e mudanças sociais que gerariam a necessidade de modificações profundas no edifício social brasileiro, fosse num sentido nacionalista e democrático, fosse no sentido do autoritarismo militar de coloração fascista (BRASIL: nunca mais, 1985, p. 56)

E são essas modificações no campo político-social brasileiro, bem como os acontecimentos mundiais, que criarão o cenário propício para o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 e, conseqüentemente, para a expulsão dos “dezenove da Filosofia”.

A finalidade desse histórico é procurar mostrar o clima em que se encontrava o Brasil no dia Primeiro de Abril de 1964 e as forças que levaram ao golpe de 64. Como os acontecimentos se dão em diferentes áreas paralelamente, dividimos esse subitem em dois, o primeiro tratando dos fatos políticos, econômicos e sociais e o segundo relacionado aos movimentos culturais.

---

<sup>3</sup> O livro Brasil:nunca mais é fruto de um projeto, com o mesmo nome, desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns e uma equipe de pesquisadores. O projeto teve como objetivo analisar processos políticos que transitaram entre abril de 1964 e março de 1979 na Justiça Militar, especialmente os que chegaram ao Superior Tribunal Militar. A equipe conseguiu cópias de 707 processos, que, juntos, ultrapassaram um milhão de páginas. O livro é uma espécie de relatório da análise desses processos.

### 2.1.1. Panorama político, econômico e social brasileiro no pré-golpe

Após permanecer oito anos no poder, Getúlio Vargas é deposto em 1945<sup>4</sup>. Com a sua deposição, José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, assume a Presidência da República, até que o novo presidente fosse escolhido.

O destaque da campanha eleitoral foram os bons resultados do Partido Comunista Brasileiro, que consegue eleger Luís Carlos Prestes<sup>5</sup> para senador pelo Distrito Federal e cujo candidato à presidência, Yedo Fiúza, nome desconhecido, obtém um número expressivo de votos. Na época, foi a maior votação que o Partido já tinha conquistado. Com uma bancada de quatorze deputados e um senador, o Partido teve uma atuação representativa e, segundo Francisco Iglésias (1985), ocupou bem o espaço que tinha pela primeira vez.

O General Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra do Estado Novo, é escolhido como o novo presidente. O presidente Dutra faz composição com o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), com diretrizes bastantes conservadoras e o enfoque no combate ao populismo. Seu governo também foi marcado pela influência do liberalismo econômico.

Os saldos do período anterior fornecem base financeira, mas logo se perdem. A reserva criada no período da guerra, aliada à liberação do comércio, aumenta a importação, principalmente de itens supérfluos. Os recursos, que poderiam ter sido utilizados para a modernização das indústrias e dos transportes, foram usados para compra de produtos secundários.

O projeto de maior importância do governo Dutra, em termos de planejamento, foi o plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia),

---

<sup>4</sup> Vargas permaneceu no poder de 1930 a 1945, sendo que o período a partir de 1937 ficou conhecido como Estado Novo. Em finais de 1937 o país se preparava para as eleições presidenciais de 1938 quando Vargas, denunciando um suposto plano de tomada do poder por comunistas, dá um golpe de estado e toma o poder. O novo regime gera descontentamento em grande parte da sociedade. A situação piora em 1942, quando o Brasil entra na Guerra. O desgaste chega a um ponto insuportável e o próprio Getúlio dá sinais desse enfraquecimento. Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério, com destaque para o general Góis Monteiro. Renunciou formalmente ao cargo de presidente da república.

<sup>5</sup> Luís Carlos Prestes foi o líder da Coluna Prestes (1924 a 1927) que, assim como os levantes tenentistas de 1922 a 1924 defendeu bandeiras simpáticas às classes médias urbanas, como moralidade pública, democratização do voto e dignidade social (BRASIL: nunca mais, 1985, p. 55)

que trouxe um ligeiro avanço, mas foi um plano setorial, pouco implementado. No que diz respeito a obras, a mais importante foi a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1948, uma réplica do Tennessee Valley Authority, dos Estados Unidos.

Em 1946, ano da promulgação da Constituição, Dutra toma medidas contundentes contra o comunismo. Promove uma intervenção em sindicatos e expurga “todos os funcionários públicos conhecidos como membros do Partido Comunista” (SKIDMORE, 1996, p.93). Em 1947, apoiado pelo Exército, extingue o PCB.

O governo Dutra é considerado o grande impulsionador da direita na cena política. A política nacional é guiada através do alinhamento ideológico entre militares brasileiros e norte-americanos e o governo é classificado como “pró-Estados Unidos, rigidamente antipopular e autoritário” (BRASIL: nunca mais, 1985, p.56).

Em 1950, nova campanha sucessória à Presidência acontece e Getúlio Vargas é eleito com a maioria quase absoluta do eleitorado. Assim, Vargas volta ao poder, dessa vez fortalecido, já que sua vitória fora garantida pelo voto direto. O governo Vargas, iniciado em 31 de janeiro de 1951, toma o populismo como modelo, embora com cautela para não perder o apoio da burguesia. Segue a linha nacionalista, tendo como seu maior destaque o monopólio estatal do petróleo, votado em 1953. Cria a Petrobrás, fato que fez com que Vargas conquistasse o apoio de grande parte da sociedade, como militares, sindicatos e as grandes autoridades econômicas e financeiras. No ano anterior, 1952, criou o Banco do Desenvolvimento Econômico, que viria a ser muito atuante nos anos seguintes, tendo como objetivo maior orientar e planejar as atividades nacionais. Vale lembrar que o governo anterior deixou o país sem reservas e o Banco de Desenvolvimento Econômico teve um papel muito importante para a retomada do crescimento do país, procurando, inclusive, entrosar atividades públicas e privadas.

O governo Vargas é considerado o embrião do golpe. A bandeira nacionalista levantada por ele não atendia nem aos interesses do monopólio estrangeiro, que agia de maneira avassaladora na economia brasileira, nem estimulava a participação popular e a imposição de medidas nacionalizantes. (BRASIL: nunca mais, 1985, p.56).

Vargas também é acusado de fomentar atividades populistas através de organizações de trabalhadores, além de corrupção e subversão. Começa uma forte campanha contra o presidente, fortalecida pelo empresariado, gerando uma crise que exige a sua renúncia. Entretanto, em 24 de agosto de 1954, o país é surpreendido com o seu suicídio. Deixa uma carta-testamento explicando seu ato, carta essa que acaba se tornando uma denúncia do imperialismo e uma bandeira do populismo.

Num clima tenso, gerado tanto pelo suicídio de Vargas quanto pela divisão interna que levou a esse suicídio, Café Filho, vice de Vargas, assume a presidência. Acaba compondo com os opositores do governo. Com isso, pode-se afirmar que a UDN estava no poder. Seu governo toma orientação liberal, valoriza e dá mais cobertura às empresas estrangeiras do que às nacionais.

Em 1955, nova campanha eleitoral elege Juscelino Kubitschek, do PSD, presidente da república. Seu vice era João Goulart, do PTB<sup>6</sup> (Partido Trabalhista Brasileiro). Foi uma campanha bastante complexa, com os partidos e a sociedade em geral bastante desgastados. Juscelino praticamente se candidata por determinação própria, já que os pessedistas, divididos, preferiam outro nome. O eleitorado também estava bastante fragmentado e, por isso, Juscelino venceu por uma margem pequena.

Alegando que Juscelino não obteve a maioria absoluta dos votos, a UDN tenta impugnar a eleição. Na realidade, via-se em Juscelino a manutenção das idéias de Vargas e o crescimento do comunismo. Café Filho, do PSP (Partido Social Progressista), encontrava-se afastado da presidência por motivo de doença. Carlos Luz, do PSD, assume seu lugar. O Brasil vive um novo clima de golpe, gerado pelos mesmos motivos da crise do governo anterior, dessa vez contra a posse de Juscelino.

O general Henrique Teixeira Lott, ministro da guerra, desconfiava que a UDN tentaria um golpe para impedir a posse de Juscelino. Por isso, liderou um levante militar que, em 11 de novembro de 1955, depôs Carlos Luz do poder. Nereu Ramos, também do PSD, então presidente do Senado, assume o poder até a posse de Juscelino.

---

<sup>6</sup> O PTB foi criado em 1945 por Getúlio Vargas e dissolvido em 1964. Com o fim do golpe, foi reorganizado por Leonel Brizola.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino assume plenamente a presidência, com João Goulart como vice. Assim, mais uma vez os golpistas tiveram de recuar, mas, reunidos em torno da Escola Superior de Guerra<sup>7</sup> (ESG), voltaram para a fase de preparativos para o golpe.

O governo de Juscelino foi tranqüilo, se comparado com seus antecessores. O presidente manteve o tom da conciliação com os adversários políticos. Procurou evitar confrontos diretos e, com isso, conseguiu certo apoio. Conservou os sindicatos, mas manteve o Partido Comunista na ilegalidade.

Implanta o chamado Plano de metas, que consistia num conjunto de trinta e uma metas para o desenvolvimento econômico do país. O Plano fica conhecido pela idéia dos “cinquenta anos em cinco”. Toma como prática central, também, a substituição de importações, procurando desenvolver a indústria e diminuir a dependência do Brasil em relação às importações. Em 17 de junho de 1960 rompe com o Fundo Monetário Internacional, o que faz com que perca dinheiro, mas ganhe grande força política. Institui também o Conselho de Desenvolvimento, uma espécie de administração paralela que tem o objetivo de auxiliar na elaboração e condução de projetos desenvolvimentistas. É um presidente de muita mobilidade, que faz viagens constantes por todo o território nacional.

Além do desenvolvimento econômico e social, também é um governo marcado pelo desenvolvimento artístico e cultural. Há grande vitalidade artística nesse período. Dá grande apoio ao ISEB<sup>8</sup> (Instituto Superior de

---

<sup>7</sup> Segundo o *site* da ESG (<http://www.esg.br/a-esg/historico/>) sua criação foi em 1949 e visava fazer o planejamento da segurança nacional. Os militares da ESG, conservadores, alinharam-se aos militares dos Estados Unidos e aos ideais anticomunistas sendo, assim, uma instituição importante no embasamento teórico do golpe de 1964.

O livro *Brasil: nunca mais* considera as origens da ESG no período em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) combateu na Segunda Guerra Mundial sob o comando norte-americano. Terminada a Guerra, esses militares freqüentaram cursos militares norte-americanos. (BRASIL: nunca mais, 1985, p. 69).

<sup>8</sup> O ISEB foi criado pelo Decreto n° 37.608 de 14 de julho de 1955 pelo então presidente Café Filho. Era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e, segundo a ementa do Decreto que o cria, tinha como objetivo ser um curso de altos estudos sociais e políticos. Viria a se tornar um grande pólo de discussão social da época, e era freqüentado por alunos e professores da Faculdade Nacional de Filosofia. A propósito, um de seus dirigentes era o professor Álvaro Vieira Pinto, da FNFi. Foi extinto três dias após o golpe.

Sônia Segnanfredo (1963), aluna de Filosofia da FNFi ligada à direita, ataca duramente o ISEB e mais ainda o professor Vieira Pinto em seu livro e considera o Instituto como “emprego fixo” e “ordenado seguro” dos acadêmicos que se formam na FNFi. Vale ressaltar que o livro de Sônia foi publicado pela editora GRD, de Gumercindo Rocha Dorea. A GRD contava com o apoio do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e editou diversos títulos anticomunistas e favoráveis ao regime instaurado em 1964.



Estudos Brasileiros), que promove várias atividades de estudos e debates sobre a sociedade brasileira, com foco maior em questões referentes ao nacionalismo e ao desenvolvimento econômico. O ISEB veio do governo anterior, mas obteve grande força e prestígio no governo Kubitschek. Isso sem contar com Brasília, um de seus maiores e mais ousados projetos, que o faz reconhecido até os dias atuais.

As obras faraônicas de Juscelino fizeram com que fosse acusado muitas vezes de corrupção. A inflação aumentava a passos largos e a dívida externa brasileira praticamente dobrou. Também era conhecido como Presidente Bossa Nova, por causa das grandes festas que dava e das constantes viagens. Juca Chaves compôs uma música chamada *Presidente Bossa Nova*<sup>9</sup>, que narra um pouco das “vantagens” de ser um presidente bossa nova.

Embora com começo bastante tumultuado, com dois golpes, como vimos anteriormente, o governo de Kubitschek foi um governo tranquilo, que chegou ao seu final normalmente. A campanha sucessória elege Jânio Quadros, pela UDN, como presidente e João Goulart, do PTB, como vice. Na época, o voto não era vinculado. Votava-se em um candidato para presidente e em outro para vice. Por isso elegeu-se um presidente de um partido e o vice da chapa de outro. A faixa presidencial foi passada em 25 de janeiro de 1961, sem nenhum problema, nenhuma tentativa de golpe.

---

<sup>9</sup> Bossa nova mesmo é ser presidente  
Desta terra descoberta por Cabral  
Para tanto basta ser tão simplesmente  
Simpático, risonho, original.  
Depois desfrutar da maravilha  
De ser o presidente do Brasil,  
Voar da Velhacap pra Brasília,  
Ver a alvorada e voar de volta ao Rio.  
Voar, voar, voar, voar,  
Voar, voar pra bem distante, a  
Té Versalhes onde duas mineirinhas valsinhas  
Dançam como debutante, interessante!  
Mandar parente a jato pro dentista,  
Almoçar com tenista campeão,  
Também poder ser um bom artista exclusivista  
Tomando com Dilermando umas aulinhas de violão.  
Isto é viver como se aprova,  
É ser um presidente bossa nova.  
Bossa nova, muito nova,  
Nova mesmo, ultra nova!

Em 1961, Jânio Quadros inicia seu mandato. Uma das questões fundamentais de seu governo foi o fato de o presidente ter nomeado um ministério bastante heterogêneo, com pessoas cujas idéias não se ajustavam. A propósito, o próprio vice, João Goulart, nada tinha a ver com Jânio. Seus partidos eram diferentes, sendo o de Jânio a UDN, de direita, e o de Jango o PTB, de esquerda. Também foi um governo com divergências na sua própria essência, já que no aspecto interno era conservador e severo, de acordo com a direita e o FMI e no aspecto externo era revisionista, de acordo com a esquerda, embora não chegasse a ser revolucionário. Seguiu a linha econômico-financeira do liberalismo clássico, com ênfase na poupança, sem excesso de gastos, descomprometimento do Tesouro e recessão. Nas relações internacionais do país, toma algumas medidas importantes, como aproximação com os estados socialistas, criação de embaixadas em países africanos, cogita o restabelecimento de relações com a união Soviética, condecora Che Guevara, recompõe-se com o FMI.

Tendo sido antecedido por um presidente acusado de corrupção, Jânio faz devassa no governo de Juscelino, esmiuçando tudo com comissões de inquérito presididas, na maioria, por militares, “como se só eles tivessem o privilégio da decência” (IGLÉSIAS, 1985, p. 196). Já começa, aí, o fortalecimento dos militares e dos grupos que já haviam tentado dar um golpe em 1955.

O comportamento de Jânio na presidência é muito criticado. Relaciona-se com membros do governo através de bilhetinhos, persegue o funcionalismo, interfere em coisas pequenas, como indumentária de funcionários. Enquanto isso, as necessidades do país eram deixadas de lado. Até que, em 25 de agosto de 1961, com sete meses de governo, após presidir uma solenidade militar, Jânio encaminha à Câmara seu pedido de renúncia. A situação era bastante complicada. A crise institucional que se seguiu à renúncia de Jânio foi crucial para o amadurecimento do golpe.

Com a renúncia do presidente, seu vice deveria assumir o poder. No entanto, o vice, João Goulart, além de estar na China no momento, não tinha a simpatia dos militares e de outros círculos nacionais. Via-se nele o herdeiro de Getúlio Vargas, com práticas consideradas subversivas pelos setores tradicionais da política. Como Jango tinha vínculos com políticos do PCB e do

PSB (Partido Socialista Brasileiro), sua posse como presidente era vista como a tomada do poder pelos comunistas e esse era o grande medo da direita. Jango assumiria sem o apoio de grande parte dos setores influentes da política nacional. Assim, estava sendo preparado o ambiente propício para o êxito do golpe de 1964.

Diante da renúncia, João Goulart volta ao Brasil, entrando no país pelo Rio Grande do Sul. Lá, o governador Leonel Brizola armava o dispositivo da legalidade, contando com o III Exército, considerado a maior unidade das Forças Armadas, para a resistência. Também defendem a legalidade de sua posse partes ponderáveis dos partidos tradicionais, novos partidos, sindicatos e associações de todo tipo. Porém, as altas esferas militares e políticos de direita não aceitavam a posse. Para resolver o impasse, o Congresso Nacional acaba aprovando o regime parlamentarista, passando a política do país ao gabinete nomeado pelo parlamento. Com isso, Goulart consegue assumir a presidência, mas praticamente sem nenhum poder.

Tancredo Neves, do PSD, foi o primeiro a presidir o gabinete. A situação do país era muito difícil, com a crescente crise financeira aliada a crise institucional. Formam-se dois grandes blocos: a Frente Parlamentar Nacionalista, com predomínio da esquerda e defensora da modernização do país com a participação do povo, e a Ação Democrática Parlamentar, com predomínio do centro e da direita e defensora da iniciativa privada e do capital estrangeiro. Esse gabinete, que vai de 8 de setembro de 1961 até julho de 1962, foi o de maior importância dentre os três que existiram nesse período parlamentarista. Tomou medidas com grande tendência para a esquerda, como, por exemplo, mantém a política externa liberal de Jânio, reata com a União Soviética, toma posição contrária às sanções impostas ao regime de Cuba na reunião da Organização dos Estados Americanos, toma medidas contrárias a companhias norte-americanas, dá início a discussões pelas reformas de base (agrária, eleitoral, bancária, administrativa, universitária, urbana).

O segundo e o terceiro gabinetes, presididos, respectivamente, por Brochado da Rocha e Hermes de Lima, não tiveram atos expressivos. O país vivia, nesse período, a expectativa do plebiscito, aprovado no segundo gabinete, sobre o parlamentarismo, que ocorreria em 6 de janeiro de 1963.

Nesta data, os brasileiros dizem não ao parlamentarismo. Em 23 de janeiro, volta o presidencialismo e, com isso, Goulart tem, finalmente, a plenitude de seus poderes e o direito de assumir integralmente a presidência da república.

A proposta central de Goulart está especificada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, de 1963-65, elaborado pelos ministros do Planejamento, Celso Furtado, e da Fazenda, San Tiago Dantas. O plano tinha como objetivos o combate à inflação e aceleração do desenvolvimento. Porém, os congressistas não apoiaram as medidas necessárias e o plano não obteve sucesso.

O país vivia um período de crise financeira, sendo que o capital estrangeiro crescia enquanto os salários dos trabalhadores estagnavam. Houve forte campanha de sindicatos, parlamentares, estudantes e de diversos outros setores ligados ao nacionalismo. Sem apoio ao plano, o governo retoma as reformas de base, mas sua imagem já estava extremamente desgastada. A esquerda o acusa de imperialista, enquanto que o centro e a direita o acusam de subversivo. Conta com o apoio de uma parte do Congresso e de sindicatos e grupos que proliferaram em 1963. A crise institucional torna-se cada vez mais intensa, acontecem várias greves no país, a esquerda acusando a direita de golpismo e vice-versa. Diante disso, Goulart pede o estado de sítio ao Congresso, que nega. Goulart retira o pedido, mas esse fato acentua ainda mais a crise, já que tanto a esquerda quanto a direita se sentem ameaçadas pelo pedido do estado de sítio. Teme-se cada vez mais o golpe, embora ainda não se saiba quem o dará. A mobilização popular é crescente, com a participação até mesmo dos trabalhadores do campo com as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores rurais. Daniel Aarão Reis (1990) observa que “as contradições sociais e políticas agravavam-se num ritmo mais veloz do que os prazos institucionais permitiam.” (REIS FILHO, 1990, p.22).

Em 1962 é criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que ganha ainda mais força com a crise. A atuação da AP<sup>10</sup> (Ação Popular) congrega as diversas correntes e obtém vitórias importantes. Ainda há o agravante da mobilização de militares, como o Movimento Nacional dos

---

<sup>10</sup> A Ação Popular foi criada em 1962 e era composta de cristãos progressistas ligados a Ação Católica, em particular à Juventude Universitária Católica (JUC).

Sargentos, que pedem que se revogue o artigo da Constituição que os impedem de se elegerem. No dia 12 de setembro de 1963, acontece, em Brasília, um protesto, com o apoio do CGT e da UNE, contra a decisão do Supremo Tribunal Militar, que mantém essa proibição. Esses acontecimentos ganham destaque como motivos de alerta da direita. O clima de efervescência gera tamanha preocupação dos golpistas que a CIA (Central Intelligence Agency), a central de inteligência norte-americana, interfere abertamente nos preparativos finais que resultarão no golpe de 1964.

Porém, não é só a esquerda que se mobiliza, a direita também. Se, por um lado, a esquerda tem o apoio do governo, a direita é apoiada por grandes associações do comércio, da indústria, da imprensa e do capital internacional. O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) financia a campanha eleitoral de candidatos do centro e da direita. Aliás, como veremos no decorrer do trabalho, o IBAD terá uma participação de destaque contra o movimento estudantil.

Outro fator importante é a participação do povo nesse processo. Segundo Iglésias (1985), a liberdade do governo de Juscelino leva a um período no qual todos opinam, reivindicam, participam. Proença (2004) e Eder Sader (1982) possuem opiniões contrárias a de Iglésias. Para os dois autores, a participação foi de segmentos sociais organizados, tais como sindicatos, as Ligas Camponesas e estudantes, entre outros. Mas o povo, mesmo, não teve uma atuação mais contundente. Na realidade “a radicalização das lideranças populares não foi acompanhada por uma efetiva radicalização geral das massas populares.” (SADER, 1982, p.34. Grifos do autor).

Enfim, o Brasil saía do período de espera, do curto governo Jânio e do período do parlamentarismo, e voltava a ter participação ativa do processo político nacional. “O Brasil parecia rico, empenhado, dono do seu destino. As instituições que o haviam levado a tal ponto é que não pareciam estáveis, podendo ser abaladas e revertidas a qualquer momento” (IGLÉSIAS, 1985, p. 202).

Com um clima ameaçador, forte crise financeira e a certeza de que haveria um golpe, pairando apenas a dúvida se seria do governo ou de seus opositores, começa o ano de 1964. Sérgio Campos, um dos alunos expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia, em sua entrevista, comenta essa

incerteza. Segundo Sérgio, “Não se sabia se seria um golpe com o Jango, do Jango ou contra o Jango, mas se percebia que o que viria pela frente seria muito pesado”.

O comício de 13 de março assusta, mas o fato que realmente deixou a burguesia em alerta foi a revolta dos marinheiros, em 26 de março, durante a comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que era ilegal. O grupo da Marinha, que tinha como objetivo prender os militares envolvidos na revolução acabou aderindo a ela. Todos acabam presos, mas são liberados pelo Ministro da Marinha. Para os oficiais, o ato do Ministro dá abertura para o fim da hierarquia militar e o conseqüente apoio à insubordinação.

No dia 30 de março, mais um fato agravante. Goulart comparece a uma reunião no Automóvel Clube pelo aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar. A reunião também é vista como afronta, já que o Automóvel Clube é uma entidade da alta burguesia, não sendo possível ser utilizada por baixas patentes militares. Esses eventos foram fundamentais para o desfecho golpista, pois eles mostram que o movimento pelas reformas também eram constituídos por setores militares.

Além de todos esses fatos, a direita amadureceu primeiro o golpe. Os golpistas já tinham tentado chegar ao poder em 1937, 1945, 1954 e 1961, sem sucesso. Essa experiência da direita culminou com a vinda das tropas de Minas Gerais na noite de 31 de março, antecipando-se a data de 2 de abril, estabelecida anteriormente. O golpe obteve logo o apoio de São Paulo e, depois, do Rio de Janeiro. Goulart vai para Brasília, onde desaconselha a resistência e vai para o exílio. O único segmento que ainda apoiava Goulart era o estudantil, que não tinha poder suficiente para evitar um golpe. Diante da crise e da total falta de apoio Goulart é retirado do governo.

### 2.1.2. Panorama cultural no pré-golpe

A efervescência não era só no campo político-econômico-social. A cultura também produziu movimentos importantes no pré-golpe. A necessidade de atingir as multidões gera no campo artístico um movimento para a experimentação. E os estudantes tiveram um papel de destaque nesse

movimento. A produção cultural, basicamente controlada pela esquerda, será marcada por temas políticos. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda (1992), “a efervescência política e o intenso clima de mobilização que experimentávamos no dia-a-dia favoreciam a adesão dos artistas e intelectuais ao projeto revolucionário” (HOLLANDA, 1992, p. 15). Assim, a participação social é um dos pontos chave do processo. Politicamente o país vivia uma crise aguda. O processo de industrialização dos anos 1950 e a atuação do capitalismo monopolista internacional causam problemas sérios em um país cujas estruturas econômicas eram agrário-exportadoras. Assim,

Todos participavam direta ou indiretamente do poder, mas sem conseguir definir uma hegemonia. O Estado, visto como uma espécie de entidade superior, de onde se esperam as soluções de todos os problemas, terá nas massas a base de sua legitimidade. (HOLLANDA, 1992, p. 16)

Em 1961, foram criados os CPCs (Centros Populares de Cultura) nos grandes núcleos urbanos e, também, no campo. O objetivo do CPC é a busca e a valorização de uma cultura nacional. O interessante é que as peças de teatro são feitas para que o público não seja mero expectador, mas que participe também do espetáculo. Destacam-se os grupos Arena e Oficina nesse processo. O anteprojeto do manifesto do CPC reforça essa tendência e afirma que “fora da arte política não há arte popular”. O objetivo do CPC era mais do que promover a participação popular, era ser parte integrante do povo. Assim, o CPC queria fazer “arte popular revolucionária”, a arte advinda da essência do povo. Era o intelectual ao lado desse povo, escamoteando as diferenças de classes. Arnaldo Jabor, em entrevista a Heloísa Buarque de Hollanda, em 1978, analisa o movimento cultural e afirma que “a gente pensava que a fome era um caso de falta de informação: se o povo fosse bem informado, aconteceria a revolução, sem nos darmos conta da extrema complexidade do problema” (HOLLANDA, 1992, p.26).

Para propagar suas mensagens, o CPC organizava atividades culturais, tais como realização de peças de teatro, composição de músicas, organização de shows, a gravação de dois discos (*O Povo Canta* e *Cantigas de Eleição*). Produziu o filme *Cinco vezes favela*, além de um documentário. Também editou vinte e seis títulos na coleção *Cadernos do Povo*. Promoveu

cursos de extensão, entre tantas outras atividades. Adriana da Silva Freitas (2008) acrescenta que o CPC pretendia organizar-se como empresa de prestação de serviços. Porém, dependia do governo federal para a construção do teatro no prédio da UNE. O teatro chegou a ficar pronto e foi inaugurado em 30 de março de 1964. No dia seguinte ao golpe, o prédio da UNE foi incendiado.

O CPC foi muito importante para o movimento cultural e para o movimento estudantil da época. Cada Faculdade tinha uma equipe do CPC e a FNFi também tinha a sua. Essas equipes ficavam responsáveis pela montagem dos espetáculos, por iniciativa própria ou a pedido de terceiros.

Fernando Peixoto (1989) fala sobre a complexidade político-social do Brasil daquele momento e da influência desse quadro na formação e atuação do CPC. Assim, várias questões eram discutidas nos textos, como a crescente atuação do imperialismo americano, o projeto das Reformas de Base, o nacionalismo, entre outros temas importantes para a época. A peça de teatro *O Auto dos 99%*, por exemplo, apresenta uma crítica satírica que mostrava a dificuldade de se entrar numa universidade, já que apenas um em cada cem jovens conseguia chegar ao nível superior, deixando noventa e nove de cada cem excluídos. A questão do acesso à universidade era uma das principais bandeiras do movimento estudantil.

A estréia desse *Auto* foi no II Seminário da Reforma Universitária, em Curitiba, através de leitura dramática. *O Auto dos 99%* também foi citado por Sérgio Campos em entrevista concedida a autora do presente trabalho como mais um motivo para colocar a FNFi na mira da direita. Segundo Sérgio, o *Auto* fora apresentado pela equipe do CPC da FNFi para os marinheiros, atendendo a uma solicitação do sindicato destes. Pedido aceito, mais problemas para a FNFi. O entrevistado ainda conta que, após o golpe, foi indiciado em um IPM da Marinha por causa dessa apresentação.

Percebemos a influência dos temas nacionalistas e sociais estudados no ISEB na produção artística do CPC e no movimento estudantil. O CPC “inspirou-se esteticamente no Teatro de Arena e ideologicamente no PCB e no ISEB” (GARCIA, 2004, p. 135).

A música vive também um período muito importante, com as canções de protesto e de fundo social. Criada no final da década de 1950, a Bossa



Nova, um dos gêneros musicais brasileiros mais famosos no mundo, ganharia o apoio do CPC. Com músicas mais inspiradas pela visão popular e nacionalista, a Bossa Nova propõe, a partir de 1962, uma maior aproximação com cantores de morro, como Cartola, em detrimento da inspiração no jazz americano, proposta inicial do movimento. Segundo um dos alunos expulsos da FNFi em entrevista concedida a autora, vários artistas, como Sérgio Ricardo e Carlos Lira, faziam *shows* na FNFi. No caso das músicas, muitas são sucesso até hoje. Embora a arte popular revolucionária não tenha tido o êxito esperado, ajudou na “mobilização das camadas mais jovens de artistas e intelectuais a ponto de seus efeitos poderem ser sentidos até hoje” (HOLLANDA, 1992, p.28).

A consciência formada por esse processo cultural causará maiores efeitos em 1968, com a rearticulação dos movimentos de massa e a força que ganhará o movimento estudantil.

O golpe militar, num primeiro momento, não impediu a produção cultural da esquerda. Porém, embora essa circulação não fosse proibida, ela não chegava às classes populares. Com isso, essa produção é consumida “por um público já “convertido” de intelectuais e estudantes da classe média” (HOLLANDA, 1992, p. 30).

## 2.2. *O golpe civil-militar*

Os militares tiveram papel de destaque na trajetória nacional desde seus primórdios. A seqüência de intervenções dos militares na vida política do país remonta desde o período escravista. Os militares também desempenharam papel importante na repressão de movimentos populares. Tivemos em nossa história diversos episódios de levantes populares, destacando dois que foram, também, mais marcantes na ação repressiva do Estado: Canudos (1897) e Contestado (1912).

A própria república, em 1889, foi instituída através de um golpe militar e foi dos militares os primeiros anos de governo republicano. Tiveram importante atuação no Estado Novo e em todo o período posterior, como vimos no item anterior. Mas “o movimento máximo de trajetória tão sinuosa, ora positiva, ora negativa, avanço e recuo, é 1964, quando o conservadorismo

político apela para o soldado, instiga-o à participação” (IGLÉSIAS, 1985, p. 205). Afinal, em 1964 eles de fato tomam o poder, seus atos não se resumem à participação, ainda que intensa, como nos outros episódios. Ivan Cavalcanti Proença (2004) destaca que nem todos os militares eram a favor do golpe e que alguns dos que eram a favor acreditavam realmente que o golpe era necessário. Passado algum tempo, vários dos que defendiam reconheceram que não havia necessidade de um golpe, muito menos com toda a truculência que marcou a ditadura brasileira e vieram, inclusive, a ser punidos por se mostrarem contrários ao golpe.

O movimento golpista foi amplamente apoiado por setores civis, como religiosos conservadores, políticos de direita, empresários, banqueiros e até mesmo por uma parcela reacionária do movimento estudantil (PROENÇA, 2004, p. 5). Esses setores pretendiam garantir poder aquisitivo bem como aumentar e manter sua participação e influência na política do país. Com a efervescência cultural e discussão política que ocorria na sociedade desde o governo de JK, aliado às reformas de base propostas por Jango, que previam uma maior intervenção do Estado na Economia, os interesses daqueles setores não seriam contemplados. Além disso, havia o “fantasma” do comunismo, utilizado como argumento contra o governo Jango e a favor do golpe. Segundo Adir Moysés, em sua entrevista

Os anticomunistas diziam absurdos do tipo: “Os comunistas comem criancinhas...”. Foi isso que acelerou o Golpe. Eles tinham medo de alguma revolução comunista no Brasil, por causa da Revolução Cubana. Tinham medo de acontecer no Brasil o que aconteceu em Cuba e deram um golpe de choque preventivo, e conseguiram paralisar tudo. A parte recente da história do Brasil foi sepultada com o Golpe de sessenta e quatro.<sup>11</sup>

A influência da Revolução Cubana, essencialmente comunista, sobre a juventude nesse período pré-golpe também é destacada por Cecilia Maria Bouças Coimbra (1995). Segundo a autora, a vitória dessa revolução passa “a embalar toda uma juventude latino-americana, como o sonho que pode se tornar realidade. Daí a intransigente defesa que se faz do princípio de não-intervenção em Cuba.” (COIMBRA, 1995, p. 3). Isso faz com que aumente o

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Adir Moysés Luiz a autora da dissertação em 16 de agosto de 2010, no Rio de Janeiro.

medo de alguns setores civis e militares de que a Revolução Cubana se alastrasse pelo mundo e chegasse ao Brasil.

O desejo de se garantir o fortalecimento do capital internacional e o medo do comunismo foram as causas principais do golpe. Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 24) enfatiza que “o desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart”.

Imediatamente após o golpe, já começam os sinais de violência. O jornal Correio da Manhã, em nota, afirma estar sendo ameaçado. O motivo seria a publicação de notícias de protesto contra a violência cometida pelo governo da Guanabara. O general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, disse em entrevista coletiva à imprensa que “iniciou a conspiração contra o regime comunista que estava se instalando no Brasil, no dia 8 de janeiro de 1961” (Correio da Manhã – 1º Caderno – 04/04/1964 – p.2.). O general acrescentou que o estopim foi o discurso de Goulart no Automóvel Clube e que “às 6h, depois de muito meditar sobre a fala presidencial, foi para o telefone e desencadeou todo o seu dispositivo militar” (Correio da Manhã – 1º Caderno – 04/04/1964 – p.2.). Afirmou também que o deslocamento de Minas para o Rio se iniciou na manhã de 31 de março.

Bárbara Freitag (1984, p.137) explica que se faz necessária a reorganização da sociedade política (governo, tribunais, exército, polícia) e da sociedade civil (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa). Essa definição clara de papéis é importante no novo cenário econômico, baseado no capital estrangeiro e no domínio das empresas privadas nacionais e multinacionais. A burguesia nacional se alia à burguesia internacional<sup>12</sup>, juntamente com alguns setores da classe média, para que se possa implantar e manter esse novo modelo, que depende de profissionais tecnocratas cada vez mais especializados e dos intelectuais. Por outro lado, as classes subalternas, trabalhadores e camponeses, excluídas da participação direta do processo, fornecedoras apenas de mão-de-obra, precisam ser

---

<sup>12</sup> De acordo com Dreifuss (1981), a burguesia nacional era a ponte para a entrada do capital estrangeiro no país. Valorizava o capital estrangeiro em detrimento do nacional. Por isso, tornou-se uma forte aliada da burguesia internacional.

reprimidas e controladas. Com isso, os meios de comunicação de massa são controlados, bem como os sindicatos, que são praticamente exterminados com o golpe. As escolas sofrem intervenção do Estado, tanto com repressão quanto com a reformulação de currículos e outras medidas que culminam com a reforma universitária de 1968 e com o Decreto 477/1969.

O golpe traz como resultado o arquivamento do projeto de desenvolvimento através das Reformas de Base, que enfatizava o nacionalismo e o povo. O modelo econômico adotado tinha como essência a concentração de renda, o achatamento de salários e a desnacionalização da economia, visando atrair investimentos estrangeiros e fortalecer o grande capital nacional. Daniel Aarão Reis (1990, p.53) observa que o objetivo principal do golpe foi proteger o capitalismo através da “sombra armada dos militares”.

A repressão tinha como objetivo auxiliar na implantação desse modelo econômico, funcionando como dispositivo fundamental para o controle da massa dos trabalhadores e dos estudantes.

No dia 9 de abril é promulgado o Ato Institucional número 1, trazendo uma série de normas de cunho repressivo. O AI-1 se inicia com um comunicado à nação, onde se explica o golpe, ou melhor, a “revolução”, uma vez que traduz “o interesse e a vontade da nação”, e seus objetivos. O Ato também descreve essa “revolução” como um “movimento civil e militar”, deixando clara a participação de setores da sociedade civil no golpe. A Constituição de 1946 é mantida, mas ficou determinado que o presidente e o vice fossem eleitos pelo Congresso Nacional, que é mantido.

O Congresso se articula e elege para presidente o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assume no dia 16 de abril. Entre o dia 2 de abril, com a saída de Goulart, e o dia 15 de abril o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu interinamente a presidência. Na realidade, o poder estava com o Comando Supremo da Revolução, junta formada por representantes das três Armas que ficou responsável pela transição para o novo regime. Essa junta é, inclusive, a que elabora o AI-1, e era formada por Arthur da Costa e Silva (Exército), Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica) e Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha).

O AI-1 suspendia, em seu artigo 7º, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, o que atingia diretamente os servidores públicos de todas as esferas e até mesmo os militares. Com essa suspensão, mediante investigação, todos os que gozavam dessas garantias poderiam ser demitidos, dispensados, aposentados ou reformados, dependendo do caso. Aliás, o professor Adir Moysés comentou em sua entrevista ter sido expulso do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) após sua expulsão da FNFi. O fato foi divulgado no jornal Correio da Manhã, que publicou uma notícia sobre a demissão de Adir e de Jaime Goldstein no dia 14 de novembro de 1964. Os dois foram demitidos por terem sido apontados no IPM da FNFi como membros atuantes do Partido Comunista. Adir tinha como agravante o fato de que já havia sido expulso da Faculdade. Eles são dispensados por serem considerados prejudiciais às atividades do Centro.

O artigo 10 do AI-1 previa a cassação de direitos políticos. E esses dois artigos foram bastante utilizados no ano de 1964 e por todo o período ditatorial, embora esse poder tenha sido ainda mais devastador quatro anos depois, com o Ato Institucional número 5. Embora o Congresso tenha sido mantido, figuras importantes da Casa que faziam parte do governo deposto foram cassadas, transformando esse órgão importante em um mero cumpridor de ordens do governo, sem nenhuma voz, representação e força. Foram cassados também oficiais das Forças Armadas, parlamentares, cidadãos comuns, membros do judiciário, todos sem apreciação judicial, através de atos sumários. Foram encontradas várias notícias nos jornais O Globo e Correio da Manhã sobre afastamentos de servidores públicos e de militares das mais diversas patentes.

As Universidades são extremamente afetadas, com vários professores respondendo ao Inquérito Policial Militar (IPM) <sup>13</sup>, alguns cassados, outros exilados. No que se refere aos estudantes, não foi diferente. De maneira geral, houve uma grande perda de cientistas e intelectuais, acentuando nossa defasagem no que diz respeito à produção intelectual. Na maioria dos casos, esses especialistas vão para os centros universitários da América Latina,

---

<sup>13</sup> Segundo Dislane Zerbinatti Moraes (2004, p.83), os militares fundaram, com o golpe, um “direito novo”, que permitia que militares pudessem julgar civis. Dessa maneira, professores, intelectuais, artistas, estudantes, enfim, qualquer pessoa da sociedade civil que tivesse comportamento considerado subversivo poderia ser julgada e condenada pelos militares.

América do Norte e de outros continentes, deportados sob a justificativa de uma suposta subversão. Miguel Armony (2002, p.207) analisa que “a parte de Ciências humanas foi virtualmente extinta. Sociólogos, economistas, pensadores ou filósofos foram presos, calados ou exilados. Cientistas perderam seus cargos e suas verbas, enfrentaram comissões de inquérito policial”.

De repente pensar virou sinônimo de subversão. O movimento estudantil também foi duramente combatido, estudantes sofreram punições severas, como a expulsão dos dezenove alunos da Faculdade Nacional de Filosofia.

### *2.3. A revolução dos caranguejos<sup>14</sup>*

No primeiro momento, os grupos mais atingidos pelo golpe foram os militares (os que eram contrários ao golpe e/ou progressistas), os sindicalistas e os estudantes, sendo que os últimos sofrerão ainda mais em 1968. Outros grupos foram atingidos, com destaque a pessoas que apoiaram ou participaram do governo João Goulart, que realizavam, de alguma forma, propaganda considerada subversiva e que faziam críticas às autoridades. Márcio Moreira Alves<sup>15</sup>, no dia 10 de abril, fala em sua coluna sobre o estilo bélico que parece que será adotado por muito tempo.

O ano de 1964 segue, com toda a perseguição e arbitrariedade instituída com o AI-1 quando, em 27 de outubro de 1965, é decretado o Ato Institucional número 2. O Ato acaba com todos os partidos políticos e o registro de novos partidos passa a ser estabelecido pela Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, que é a lei orgânica dos partidos políticos. Institui também, entre outras questões, a eleição indireta, ou seja, o presidente seria eleito pelo Congresso. Além disso, só poderia haver dois nomes para a escolha. O AI-2 acaba com o pluripartidarismo e estabelece o bipartidarismo. Com isso, criam-se a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A ARENA tinha cunho conservador e representava os interesses do governo

---

<sup>14</sup> No dia 14 de abril de 1964, Carlos Heitor Cony utiliza esse título para a sua coluna no jornal Correio da Manhã. O autor discorre sobre a revolução e afirma que se trata de uma “revolução que leva pra trás”.

<sup>15</sup> Triste Desfecho. Correio da Manhã – 1º Caderno – 10/04/1964.

militar. O MDB era formado por opositores do regime. O MDB fazia a chamada oposição consentida, já que era prevista e aceita pelo governo ditatorial.

Os partidos não valem de nada, com direitos limitados e representação mínima, servem apenas para ratificar as ordens do presidente. O mandato de Castelo Branco, que deveria terminar em janeiro de 1966, foi prorrogado até 15 de março de 1967. Ainda em 1967, elabora-se outra constituição, diante da revogação da de 1946 pelo novo sistema. Outros atos são promulgados, com valor de lei. Ao todo, são dezessete atos institucionais, não somente os cinco mais “famosos”, sendo o último de 14 de outubro de 1969. O mais importante, sem dúvida, é o AI-5, de 1968.

O próximo governo, de março de 1967 até agosto de 1969, será do Marechal Artur da Costa e Silva. É nesse período, em 1968, que se promulga o AI-5, ato que acaba com todos (os poucos) direitos que os cidadãos brasileiros, independente de que grupo fosse, ainda tinham. É o auge da repressão. É com Costa e Silva que o Brasil ganha uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa.

Costa e Silva é afastado por doença e seu vice, Pedro Aleixo, contrário ao AI-5, é impedido de assumir o cargo. Uma Junta Militar, formada pelos ministros das pastas militares, um de cada Arma, assume o controle do país, entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Outra Constituição é promulgada em 17 de outubro de 1969, e é chamada oficialmente de Emenda Constitucional número 1.

Em 31 de outubro de 1969, assume Emilio Garrastazu Médici, o mais violento governo da ditadura. É o período do “milagre brasileiro”, do abandono gradual da contenção financeira, marcado pelo crescimento industrial e por grandes obras, como a ponte Rio-Niterói, e do crescimento da estatização da economia. É também o período das guerrilhas, dos protestos armados, dos assaltos a banco, dos movimentos de rebeldia e, por outro lado, da truculência na repressão, da censura cada vez mais forte, da utilização mais aberta da tortura e das mortes.

Também é um período marcado pela criatividade. Na música, por exemplo, pipocam letras marcadas pelas preocupações políticas e sociais. Os artistas conseguiam driblar a censura através do uso de metáforas. Os maiores exemplos são Cálice e Apesar de Você, de Chico Buarque, mas houve muitas

outras. Era o auge dos festivais da canção, que faziam protesto de maneira pacífica. Hollanda (1992) destaca que as músicas eram cada vez mais elaboradas e os compositores com formação universitária, como Chico Buarque, Edu Lobo, entre outros, utilizarão artifícios poéticos em suas letras, através de metáforas e outros recursos. Os festivais de música popular promovidos na época na televisão exigem “um certo *status* literário” (HOLLANDA, 1992, p.36). A partir de 17 de novembro de 1970, através de um decreto-lei, o presidente passa a ter o direito de editar decretos secretos. O governo Médici termina em 15 de março de 1974.

Em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel assume a presidência. É um período marcado pelo aumento do endividamento do país e da inflação, em grande parte causada pelo tratado nuclear com a Alemanha e a construção da usina de Angra. Em 13 de outubro de 1978, revoga o AI-5<sup>16</sup>. Escolhe João Batista Figueiredo como sucessor, para um mandato de seis anos. Figueiredo mantém o foco na tecnocracia, aumentando ainda mais a inflação e o endividamento, que batem recordes e geram desemprego crescente. Isola-se cada vez mais e acelera a abertura. A eleição direta para os governos estaduais já são permitidas, bem como a eleição de candidatos cassados pelos golpistas. Em 28 de agosto de 1979 promulga a Lei nº 6.683, mais conhecida como a Lei da Anistia, que causa polêmicas até os dias de hoje. A forte crise econômica e o enfraquecimento do regime militar, que perdia apoio da burguesia, ajudaram na atuação dos Comitês de Anistia. As várias falhas na Lei fazem com que até hoje milhares de pessoas ainda tenham processos em andamento na justiça. Inclusive um dos entrevistados, Adir Moysés. O maior questionamento que se faz é a interpretação que o judiciário deu a esta lei, ao igualar torturados e torturadores como crimes conexos.

O final da ditadura é marcado pela inflação galopante e pelo grande endividamento do país. Era normal ver funcionários dos mercados remarcando

---

<sup>16</sup> A partir de 1974, o regime militar começa a dar sinais de enfraquecimento. Setores civis começaram a se sentir prejudicados com algumas medidas políticas e econômicas. Existe também um descontentamento de grande parcela da sociedade com a dura repressão. Sem contar com a pressão dos movimentos sociais, como Teologia da Libertação e CEB (Comunidades Eclesiais de Base). Geisel assumiu tendo como uma de suas responsabilidades a abertura. Segundo fala do próprio Geisel, a abertura seria “lenta, gradual e segura”. Assim, os militares permitiram certa abertura, mas continuaram com o poder total da política e economia do país. Uma dessas medidas que visavam mostrar o “abrandamento” da ditadura foi a revogação do AI-5.



os preços. Como ainda se utilizavam etiquetas colantes com os preços, era normal também ver um bolo de etiquetas coloridas sobrepostas. Wanderley Guilherme dos Santos (1985) considera o Brasil de 1984 igual ao Brasil de 1964. Afinal, os problemas em 1984, depois de vinte anos sob o regime militar, que dizia pretender justamente a mudança do quadro desenhado em 1964, eram os mesmos: carestia, desemprego e inflação. Sem contar com as divergências na política. As distâncias sociais aumentaram, a renda ficou cada vez mais concentrada nas mãos de poucos, o funcionalismo público civil foi duramente golpeado, aumentou o favelamento urbano, os serviços de saúde e saneamento pioraram, as condições dos transportes de massa eram precárias, entre tantos outros fatores. Percebemos, diante disso, a contradição na priorização dos investimentos. Afinal, o governo preferiu investir em energia nuclear a investir nas necessidades básicas do país.

Os anos de 1983 e 1984 são de grande importância pela campanha pelas eleições diretas. Foram vários comícios e manifestações por várias cidades do país. Até hoje, a marca do movimento conhecido como “Diretas Já” é o comício realizado no Rio de Janeiro, no qual Fafá de Belém canta o hino nacional. O golpe termina em 1985, com a eleição, ainda indireta, de Tancredo Neves, que fora escolhido por Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo, antes de sua posse, assume José Sarney, eleito vice-presidente pelo Colégio Eleitoral, governando o país de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, quando assume Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto após o golpe.

Paulo Eduardo Arantes (2010) ressalta que os governos pós-ditatoriais mantiveram muitas diretrizes traçadas pelos militares, tais como: a valorização da iniciativa privada, a adoção de diretrizes empresariais para o setor público e a criação das agências reguladoras, que nasceram em 1967, pelo Decreto-Lei nº 200.

Procuramos contar, neste capítulo, de maneira sucinta, a história do país de forma a embasar a análise da expulsão. Afinal, todos os acontecimentos relatados acima influem diretamente no movimento estudantil e, conseqüentemente, no dia a dia das universidades e nos atos de repressão aos estudantes, como a expulsão. No próximo capítulo, analisaremos como se comportava o movimento estudantil diante de todos esses acontecimentos.

### 3. O movimento estudantil

“Ser jovem é ser revolucionário”  
(Che Guevara)

Em entrevista realizada no dia 16 de agosto de 2010, com o professor Adir Moysés Luiz, um dos dezenove expulsos da FNF, havia pendurado na lateral da CPU de seu computador uma espécie de postal com uma caricatura de Che Guevara e a frase “Ser jovem é ser revolucionário”. Esta imagem reproduzia aquela “famosa” fotografia de Che com boina, cabelos alvoroçados e olhar forte e perdido, tirada por Alberto Korda, em 5 de março de 1960, em Havana, durante um memorial dedicado às vítimas da explosão de La Coubre. Esta viria a ser a mais famosa imagem de todo o século XX e a mais reproduzida da história da fotografia. Para muitos, a importância dessa fotografia se deve ao fato de ela conseguir transmitir com exatidão toda a revolta, determinação e dor do fotografado. A dimensão não só da expulsão e das perdas materiais que aqueles jovens tiveram, mas da forma como eles viam o mundo, da forma como um golpe botava por terra, da noite para o dia, toda uma ideologia de vida podem ser refletidas sobre esta imagem.

Para Artur José Poerner (1979), o estudante brasileiro e da América Latina é muito mais maduro, politicamente, do que o europeu ou o norte-americano e é movido por algo mais do que o anarquismo, como algumas pessoas julgam. Esse algo mais do estudante brasileiro

consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas, imediatistas e carentes de imaginação, podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma consequência inevitável das leis naturais –, o estudante brasileiro é um opositor nato. E tem sobejas razões para isso. (POERNER, 1979, p. 32)

O livro Brasil: Nunca Mais (1985, p. 131) também destaca que “Na história do Brasil, assim como na história de todos os países nos tempos modernos, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos.”.

### 3.1. O movimento estudantil e a UNE

A participação dos estudantes antes da criação da UNE era desmobilizada e o movimento era unido para resolver problemas pontuais, sendo dissolvido tão logo fosse resolvido. Não havia debates nem estratégias. Outra falha das organizações anteriores a UNE era o regionalismo, com os estudantes de cada Estado resolvendo as suas questões. Existiram alguns movimentos de solidariedade, mas geralmente eram feitos muito tempo depois, não tendo, assim, a força necessária.

A UNE nasceu em 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, com a percepção da necessidade de organização permanente e nacional do movimento estudantil, tendo sua atuação iniciada verdadeiramente durante o Estado Novo (1937 a 1945). A criação da UNE foi apoiada pela Casa do Estudante na medida em que esta tinha idéias expansionistas que visava também a sua filiação em organizações internacionais. Ou seja, a UNE seria um apêndice da Casa. Porém, a UNE acabou conquistando a simpatia dos estudantes com seus ideais políticos e sociais e ganhou maior expressão do que a sua progenitora. Foi fundada durante o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, iniciado em 11 de agosto de 1937, na Escola de Belas Artes, embora só tenha sido reconhecida oficialmente em 1938, no II Congresso Nacional dos Estudantes. Em 16 de agosto, nova sessão é realizada e o estatuto é finalmente aprovado, definindo que a finalidade da entidade seria de representar os estudantes brasileiros e, para isso, todas as organizações do país seriam igualmente representadas. O Conselho Nacional dos Estudantes também é considerado como um novo órgão, denominado posteriormente de Congresso, organizado todo ano pela UNE, cuja finalidade era, entre outras, a de escolher a nova diretoria. Assim a primeira diretoria, por exemplo, pode ser entendida como a Diretoria do 1º Conselho Nacional dos Estudantes. (POERNER, 1979).

Em dezembro de 1938 realiza-se o 2º Congresso Nacional dos Estudantes, que contou com a apresentação de teses sobre vários assuntos

referentes à sociedade brasileira, como cultura, educação, analfabetismo, economia, alimentação, emprego, saúde, questões feministas, esportes, entre vários outros. As discussões foram feitas por estudantes de todo o país, mostrando a importância da criação de uma instituição que os congregasse. Foi também no 2º Congresso, que se tornou órgão deliberativo da UNE, que a sua primeira diretoria se elegeu, recebendo apoio não só dos estudantes, mas também do Ministro Gustavo Capanema e do presidente Getúlio Vargas. A missão principal da diretoria era tirar a UNE do papel e colocar em prática tudo o que havia sido definido nos dois congressos e no estatuto, promovendo o debate e a união dos estudantes. Apesar dos poucos recursos, a diretoria reorganizou as entidades filiadas e aumentou seu número, fortalecendo a cooperação. Também apresentou ao Ministério da Educação as resoluções do 2º Congresso, comprometendo-se a apoiar o governo na reforma do ensino, um dos pontos-chaves dos debates. Participou ativamente de várias campanhas estudantis, como a de estudantes do Paraná contra o aumento nas taxas de matrícula, entre outras.

Entretanto, há uma grave crise entre a UNE e a Casa do Estudante, que via no fortalecimento da primeira uma ameaça a sua sobrevivência. A Casa do Estudante, criada em 13 de agosto de 1929 por estudantes cariocas, tinha como foco apenas a organização de torneios esportivos e eventos recreativos, não atendendo as demandas de união e debates dos estudantes. A UNE, após sua fundação, passa a ocupar uma saleta do prédio da Casa, que havia, anteriormente, cedido todo o prédio. Percebendo que não conseguiria controlar mais a UNE, em 1939, a diretoria da Casa do Estudante faz o seu despejo.

O movimento estudantil foi, aos poucos, ganhando força e maturidade. O 3º Conselho Nacional de Estudantes, em agosto de 1939, consegue reunir quase a totalidade das associações estudantis existentes no Brasil. A UNE ainda estava se organizando e os contatos ainda estavam sendo feitos. O 3º Conselho terminava com várias decisões importantes, como a participação da UNE na reforma do ensino, instituir a carteira do estudante, entre outras, sendo a mais importante a solicitação feita ao Governo Federal do seu

reconhecimento oficial. Além disso, também elegeu a próxima diretoria, que tinha como principal objetivo consolidá-la. Essa foi uma gestão com grandes desafios, já que a UNE havia perdido os recursos da Casa do Estudante. Porém, o entusiasmo que os delegados do Conselho levaram para seus Estados uniu ainda mais os estudantes, que tiveram participação em diversos movimentos pela paz e pela neutralidade, com o advento da II Guerra Mundial, bem como dá grande impulso ao teatro estudantil. Na leitura do relatório final da gestão, durante o 4º Conselho Nacional dos Estudantes, em 19 de julho de 1940, os estudantes consideraram a UNE consolidada. O 4ª Conselho teve como decisões mais importantes a fundação do Teatro da UNE e a reformulação dos estatutos, além de eleger a nova diretoria, que tem seu mandato prorrogado até 1942, pela não realização do Conselho de 1941.

Entre 1942 e 1945 as atenções da UNE se voltam contra o Eixo e o nazi-fascismo internacional, bem como para a democratização do Brasil. No início de 1942, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil oferece suas instalações para a UNE, que ainda estava sem sede, utilizando-se de bares e cafés para fazer suas reuniões. Em junho de 1942, Getúlio Vargas faz um discurso no qual defende idéias de apoio aos países do Eixo. Os estudantes, contrários aos ideais nazi-fascistas e influenciados pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, cujo governo era considerado democrático e liberal, mobilizaram-se contra esse pronunciamento, influenciando, inclusive, a opinião pública e a imprensa que simpatizava com o Eixo. Em 4 de julho, os estudantes fazem uma passeata, pedindo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. A entrada na guerra contra o Eixo permite o controle dos bens desses países pelas autoridades brasileiras. No Rio de Janeiro, essa decisão fechou várias entidades de origem alemã, japonesa e italiana, inclusive o Clube Germânia, localizado na Praia do Flamengo. Os estudantes reivindicam esse prédio ao presidente Getúlio Vargas e acabam tendo seu pedido negado pelo ministro Gustavo Capanema. Em 18 de agosto de 1942, os estudantes decidem ocupar o prédio, transformando-o em sede da UNE. Poerner (1979) ressalta que todos esses êxitos foram obtidos pelo fato de não haver quase nenhuma divisão no movimento estudantil.

Em 14 de setembro de 1942 ocorre o 5º Congresso da UNE, que teve como foco discussões sobre a entrada do Brasil na guerra. Traçaram-se planos de ação para a luta contra o fascismo, sem que fossem esquecidos, entretanto, problemas da própria classe estudantil. Também foi feita a eleição para a nova presidência, que contava com um candidato conservador<sup>17</sup>, Sebastião Pinheiro Chagas contra Hélio de Almeida, estudante de tradição política, tendo sido já presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, e que viria a ser ministro de João Goulart e candidato eleito em 1965 ao governo do Estado da Guanabara, vetado, porém, pelo regime ditatorial. Hélio ganha o pleito e a nova diretoria procurou intensificar o contato com o governo para que pudesse levar a frente os planos de ação do Congresso, como a organização de atividades cívicas, o aumento da atuação estudantil nos acontecimentos políticos do país, entre outras. Muitas atividades foram organizadas, sem contar com a criação do primeiro restaurante estudantil, na sede da UNE, a participação massiva em campanhas pela guerra, como Campanha Pró-Banco de Sangue, que tinha como objetivo obter sangue para mandar para os campos de batalha, a Campanha do Livro para o combatente e a Campanha Pró-Voluntárias Laboristas, que procurava jovens enfermeiras para servir no Exército Nacional. No entanto, Hélio renuncia ao seu mandato em 3 de abril de 1943, depois que o Ministério da Educação cria a Juventude Brasileira, com moldes na juventude fascista italiana, instalando, inclusive, a nova entidade na sede da UNE. Tinha início a segunda crise da UNE. Esse fato gerou um grande protesto dos estudantes, fazendo com que o ministro recuasse, retirando a administração do prédio da Juventude Brasileira, ficando para ela apenas uma sala, mas a contrapartida seria a proibição da volta de Hélio para a presidência. Aos poucos, a Juventude começou a morrer, até acabar.

Outros movimentos serão organizados contra o Estado Novo. O nome de Getúlio Vargas é indicado pelos presidentes de entidades estudantis para receber o título de “Doutor Honoris Causa” da Universidade de São Paulo, devido a atos governamentais que favoreciam os estudantes, como concessão de bolsas de estudos e a oficialização da UNE. Porém, essa indicação provoca

---

<sup>17</sup> É importante frisar que o núcleo conservador se localizava no CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira), que iria ter papel fundamental na resistência ao golpe de 1964.

grande protesto. O Conselho Universitário concede o título, mas, depois de muito tumulto, o presidente acaba recusando. A partir desse episódio, a relação entre os estudantes e Getúlio passa por um período de trégua até o fim da guerra. Era quebrada em atos esporádicos, como em novembro de 1943, quando haveria eleição prevista no início do Estado Novo. Como a promessa não fora cumprida por Vargas, gerou a “Passeata do silêncio”, duramente reprimida e que acabou com a morte de um estudante. As lideranças estudantis ainda estavam preocupadas com a guerra, com campanhas de adesão para a FEB (Força Expedicionária Brasileira). Foram poucos os estudantes recrutados pela Força, mas foram muitos os voluntários, como forma de mostrar a importância que davam à Nação, dispondo-se a lutar por ela.

Com o fim da guerra, os estudantes voltam a olhar novamente para os problemas nacionais. Começa uma forte campanha pela redemocratização do país e pela anistia. A anistia de Luis Carlos Prestes causou a cisão da UNE, até então fortemente unificada. Prestes, líder comunista, passa a apoiar Getúlio, alegando preocupação com as candidaturas reacionárias dos militares Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes a presidência. Os estudantes que são contra Getúlio vão para a UDN (União Democrática Nacional) e os que ficaram a favor de Prestes continuam no Partido Comunista Brasileiro. Em 1945, a direção da UNE fica nas mãos do candidato udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Entre 1947 e 1950 a UNE é dirigida por socialistas e volta-se pela defesa do patrimônio brasileiro, lutando pela criação da Petrobras e pela proteção de nossas riquezas minerais. A campanha “O petróleo é nosso” foi lançada pela UNE em 1947, intensificando a repressão policial contra os estudantes.

Entre 1950 e 1956, a UNE será dominada pela direita. Em 1951 é praticamente dirigida pela estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado por solicitação de Paulo Egydio Martins. Em 1949, Paulo Egydio havia sido eleito para a presidência da União Metropolitana dos Estudantes (UME) no Distrito Federal, tornando-se o primeiro estudante de

direita a conseguir destaque no movimento estudantil. Helen era agente do Departamento de Estado norte-americano e sua intervenção no movimento estudantil brasileiro era conter o avanço dos ideais comunistas entre os estudantes.

Essa fase de dominação direitista é marcada pela apatia da agitação, embora algumas atividades nacionalistas, previstas no estatuto, não pudessem ser interrompidas. Além disso, em 1950, Vargas voltava ao poder através do voto, o que obrigava a UNE a seguir a linha nacionalista, tanto da própria organização quando de Vargas. Além do mais, entre 1953 e 1954 a UNE fora presidida pela UDN, conservadora, e foi nesse período a realização da maior parte da luta nacionalista e também a campanha pela deposição de Vargas, através da realização de manobras e alianças.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek o foco dos estudantes chamados reacionários era a obtenção de empregos públicos, criados com as novas empresas que surgiram no país e não mais reprimir os opositores. Devido a essa negligência e a eleição dos progressistas na presidência da UME e pela vitória desta contra o aumento no preço dos bondes, eles reconquistam a direção da UNE em 1956 com José Batista de Oliveira Junior. A greve contra o aumento dos bondes gerou a solidariedade de sindicatos com a entidade, surgindo a União Operário-Estudantil contra a Carestia, o que causou incômodo nos Estados Unidos, que mandou a estudante Gloria May para intervir na situação. O objetivo da intervenção de Gloria era o mesmo que o de Helen Rogers: eliminar a possibilidade de difusão dos ideais comunistas. Ela tentou inserir a plataforma do anticomunismo, que foi rejeitada pela direção da UNE.

René Armand Dreifuss (1981) analisa que, ao final da década de 1950, os estudantes e outros grupos como intelectuais, políticos, militantes de partidos, clérigos e militares, começaram a infundir entre as massas noções de interesses de grupo ou de classe, idéias sobre o papel do Estado e o caráter positivo de alguns objetivos nacionais. Essa “conscientização” das massas, como era chamada, visava despertar a consciência de seu valor a fim de prepará-las como participantes e beneficiárias da mudança social.



Neste período, foram criados o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Foram criados em 1962 e em 1959, respectivamente. A elite orgânica, termo utilizado por Dreifuss para nomear a classe formada por “líderes e membros que faziam parte da estrutura formal do Complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo” (DREIFUSS, 1981, p. 209), desenvolveu uma campanha dura de contenção e desarticulação dirigida a UNE e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários). Segundo Dreifuss, o IPES dava seu apoio a essas ações através de assistência financeira, técnica e administrativa, que iam desde a participação nas eleições estudantis até o patrocínio de viagens aos Estados Unidos para estudantes. Percebendo que essas ações não estavam sendo suficientes para a contenção da UNE e da UBES, o IPES entendeu que era vital a necessidade de se infiltrar elementos que fizessem parte do grupo que atendia aos interesses da denominada elite orgânica na população estudantil militante. Essa foi vista como uma forma fundamental de se conseguir informações e definir estratégias com relação ao movimento estudantil.

O IPES também percebeu a importância em se desenvolver a ação política através de professores, que eram os elementos permanentes da estrutura organizacional, bem como que deveria fazer com que suas idéias emanassem dos próprios grupos estudantis, de dentro pra fora. Conseguiu, no Rio de Janeiro, se infiltrar na ação estudantil através do Centro Acadêmico Machado da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. (Dreifuss, 1981).

As duas instituições acabaram por atuar de forma conjunta, dando origem ao chamado Complexo IPES/IBAD. O principal objetivo desse complexo era fortalecer e permitir o processo que levaria ao golpe militar. Assim sendo, não permitiria a aliança entre classes, idéia que era aspirada pelos estudantes. O complexo IPES/IBAD era um complexo político-militar que tinha como objetivo agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração.

Representava, assim, a fase política dos interesses empresariais. Dreifuss (1981) fala em seu livro sobre os empresários que financiaram o golpe e sobre livros editados como forma de “preparar” o país para o golpe, lançando idéias contra os comunistas.

Alves (2005) expande o Complexo IPES/IBAD para Complexo ESG/IPES/IBAD, mostrando que essas instituições agiam de forma conjunta. Nesse Complexo, a ESG é a responsável pela preparação tática, de estratégias militares, de inteligência. Já o IPES e o IBAD participam financeiramente e também ideologicamente.

Em maio de 1960, acontece o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE, em Salvador. Desse Seminário, resultou a Declaração da Bahia, que Poerner (1979) destaca como sendo um dos principais textos do movimento estudantil, dando a ele a mesma importância das conclusões do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, no Estado Novo. O documento não teve grande repercussão junto aos estudantes, pela falta de objetividade e de perspectiva tática, mas ajudou a UNE a conduzir seus movimentos, na medida em que fez considerações e propôs soluções sobre a realidade brasileira, a universidade no Brasil e a reforma universitária. Dreifuss (1981) também enfatiza que a Declaração da Bahia representou um importante marco no desenvolvimento político do movimento estudantil. O documento trazia importantes reflexões sobre a situação do país, mostrando alguns problemas e apontando caminhos para sua solução. A crítica que o autor faz a carta é que faltava uma perspectiva tática para a concretização dos seus objetivos.

Em 1961 o movimento estudantil é marcado pela ascensão católica, com a eleição de Aldo Arantes e, depois, com o crescimento do papel da AP (Ação Popular), surgida em 1962 de um racha entre o grupo estudantil da JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia religiosa. O principal requisito da AP era a existência de um partido realmente revolucionário, fazendo com que ela tivesse que agir na clandestinidade. Com a renúncia de Jânio Quadros, Arantes vai para o Rio Grande do Sul participar da Campanha da Legalidade promovida por Leonel Brizola. Durante a crise gerada com a renúncia de Jânio,

a UNE transferiu sua sede para Porto Alegre a fim de, junto com Brizola, garantir a legalidade constitucional e a posse de João Goulart. Nesse mesmo momento é criado o CPC, que, como vimos de maneira sucinta anteriormente, procurava disseminar o nacionalismo e a justiça social através da arte.

Para Poerner (1979), a AP surge num período favorável, já que o país vivia um clima de ebulição social e o movimento estudantil aprofundava a crítica a Universidade e começava a debater a reforma universitária. Dreifuss (1981) também chama a atenção para esse crescimento da AP, tendo, inclusive, a UNE vários líderes da AP na sua presidência e na vice-presidência. Havia uma alternância entre o PCB e a AP para a ocupação desses cargos.

Em 1961, a UNE passa a integrar o bloco nacional-reformista e torna-se um importante componente, ainda que eventual, da Frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista. Fica cada vez mais evidente o desejo estudantil de se formar a aliança operário-estudantil-camponesa e a forte atuação da AP no movimento estudantil.

Em 1962, a UNE convoca o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que também resulta na elaboração de um documento, a Carta do Paraná. Se, por um lado, a Declaração da Bahia trazia apenas os objetivos estratégicos do movimento estudantil, tais como a socialização de setores da economia, fim da alienação do proletariado, entre outros, por outro lado, a Carta do Paraná reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do II Seminário Nacional de Reforma Universitária. A reforma universitária foi incluída como “esquema tático de luta”, como parte das reformas básicas. Mas o mais importante dessa proposta é que ela representava um ponto de partida para uma eventual aliança política entre trabalhadores, estudantes e camponeses, na medida em que o movimento de reforma universitária estivesse vinculado a outras reivindicações populares. A UNE sintetizou as reivindicações de seu programa de luta universitária como a necessidade de “expandir a aliança Estudante – Operário – Camponês” (DREIFUSS, 1981, p. 283). As organizações estudantis tinham como objetivo

criar uma “aliança de trabalhadores, camponeses, intelectuais progressistas, os militares democratas e outros setores da vida

nacional” de modo a unir suas reivindicações e fortalecê-las. Elas fizeram da reforma agrária a bandeira de luta dos estudantes. Por outro lado, esperavam que as transformações no sistema de ensino se tornassem as “aspirações objetivas e subjetivas dos trabalhadores e dos camponeses (DREIFUSS, 1981)

A Carta do Paraná foi mais bem elaborada, mostrando que o movimento amadurecia. Dreifuss (1981) e Poerner (1979) destacam que a Carta segue a linha anticapitalista e revolucionária, mas consegue definir a tática que faltou na Declaração da Bahia. Enfatiza a participação dos alunos na administração das Universidades, fixando a proporção de um terço<sup>18</sup> a serem ocupados pelos estudantes.

A maior inovação deste documento foi a questão da reforma universitária. A Carta tinha como esquema tático a inclusão deste ponto nas reformas de base de João Goulart, o que implicava na participação do povo nessa discussão. Propunha também uma maior abertura da Universidade, promovendo cursos que permitissem uma melhor qualificação de pessoas que não teriam a oportunidade de cursar o nível superior, bem como cursos de extensão, atividades culturais, enfim, inserindo a Universidade no dia a dia do povo.

Em junho de 1962, a UNE convoca, com base na Carta do Paraná, a Greve de Um Terço, que tinha como objetivo a participação nos órgãos colegiados na proporção de um terço para os estudantes. A greve foi uma ação concreta pela reforma universitária. Os estudantes já tinham o direito a um terço garantido pela Lei de Diretrizes e Bases, mas faltava fazer a regulamentação nos estatutos das Faculdades e Universidades. As Universidades tinham que entregar seus estatutos até 27 de junho de 1962. Os estudantes mobilizaram-se nessa luta, utilizando caravanas, a chamada “UNE-volante” para fazer a propaganda de seus ideais em todo o país. O prazo dado para as Universidades foi o dia 1º de junho. Tendo expirado o prazo, a UNE convocou a greve geral, que contou com a adesão de grande parte das Universidades e durou até meados de agosto. Em julho, outro líder estudantil

---

<sup>18</sup> É interessante notar que essa reivindicação permanece até hoje, já que a representação nos órgãos colegiados das Universidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, é de 70% de servidores docentes, ficando os 30% restantes divididos entre discentes, servidores técnico-administrativos, ex-alunos e comunidade em geral.

católico é eleito presidente da UNE. Embora a greve não tenha alcançado seus objetivos, Poerner (1979) considera um movimento muito importante, principalmente por conscientizar a opinião pública sobre os problemas das Universidades.

A UNE só consegue se refazer do desgaste da greve em 1963. Nesse mesmo ano é feito o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que mantém o esquema tático da Carta do Paraná, refletindo sobre alguns pontos com base na greve do ano anterior. Também realiza o 2º Congresso da UNE que elegeu José Serra, também da AP, para presidente da entidade. A partir daí, aumenta o engajamento da UNE nas questões políticas, nacional ou internacional. O movimento universitário fica cada vez mais ligado à esquerda e ao trabalhismo e passa a ascender politicamente. A gestão de José Serra foi marcada pela grande velocidade com que as coisas aconteciam. Era tempo de ação, já havia passado o tempo das fundamentações teóricas. Porém, toda essa ebulição política não impediu o investimento na politização dos estudantes, que participavam cada vez mais da realidade nacional, aproximando-se do povo. Como destaque temos a participação estudantil na campanha para a alfabetização de adultos, seguindo o método especializado de Paulo Freire. Também participaram nas campanhas sanitárias para erradicação de doenças no campo, tornando possível que o estudante conhecesse o camponês de que tanto ouvia falar e consolidando a integração estudantil-camponesa.

Rachel Teixeira, uma das dezenove expulsas da FNFi em 1964, em sua entrevista a autora do trabalho, fala sobre o curso pré-vestibular<sup>19</sup>, do qual ela também participava como professora. Para ela, era uma iniciativa muito importante, pois, para os estudantes, era um compromisso social. Eles tinham como ideologia o fato de que, como tiveram a oportunidade de estudar em uma Universidade pública, deveriam fazer algo pela sociedade. Ela destaca, também, que não só os estudantes engajados politicamente ou ligados a partidos políticos participavam. Todos os alunos tinham esse comprometimento e esse desejo de servir e mudar a sociedade. Wilson Barbosa, outro aluno

---

<sup>19</sup> Na época, não existiam os cursinhos pré-vestibulares. Cada Universidade tinha o seu curso, que tinha como objetivo preparar os alunos que queriam ingressar na mesma.

expulso, dava aula de História no cursinho. Silva (1985) lembra que, a partir dos anos 1950, aproximadamente, cria-se o hábito de haver um cursinho preparatório em cada faculdade, uma vez que o vestibular era de responsabilidade de cada instituição. E o diretório tinha papel de destaque na organização de tais cursos.

Outro movimento forte nas Universidades era o CPC. Criado em 1961, o CPC ganha força em 1962, com o objetivo de se tornar uma empresa da cultura popular. Em princípio, promovia um teatro de esclarecimento e protesto nas favelas e subúrbios, tendo papel de destaque nos centros urbanos. Através da UNE-volante, o CPC pode percorrer o país levando sua mensagem cultural, o que permitiu que fosse copiado em outros estados. Porém, havia divergência entre as duas correntes do CPC: os chamados moderados, do compositor Carlos Lira e os chamados radicais, do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. Os moderados, por exemplo, preferiam a autenticidade dos sambistas, enquanto que os radicais preferiam sambas ideológicos. Mas sua maior contradição era pretender um cunho empresarial sem ter preparo para tal. De qualquer forma, o CPC teve um grande papel como disseminador da cultura popular.

Paralelo a tudo isso o IPES cria outra forma de controle do movimento estudantil e de propaganda positiva para suas atividades: a instituição do Departamento de Estágios. O Departamento colocava os estudantes em interação direta com os empresários e propiciava a eles a prática do mundo dos negócios e ao seu universo de valores comerciais e ideológicos. Também patrocinava feiras de livros, que serviam para distribuir publicações que o IPES julgava que deveriam ser divulgadas. O marco principal na luta ideológica do IPES contra o movimento estudantil foi o lançamento do livro *UNE – instrumento de subversão*, em 1963. O livro fazia um relato de atividades esquerdistas nas universidades, sendo que seu maior alvo era a FNFi. Entre 1960 e 1964

a Faculdade Nacional de Filosofia assumia papel de liderança no movimento estudantil, ponta de lança de politização e conscientização e o fórum para intelectuais como Jean Paul Sartre e para políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes levarem ao movimento estudantil suas idéias e atividades. O que se passava na FNF causava óbvias repercussões no país, dado seu papel de

diapásão das atividades estudantis e dado também o fato de que o diretório dos estudantes era controlado por um dos mais ativos blocos esquerdistas-trabalhistas, liderado por Enylton de Sá Rego. O livro tornava-se, assim, bastante útil para desabonar os ativistas envolvidos e sua atuação. E isso ele se propôs fazer plenamente. (DREIFUSS, 1981, p. 289)

Pode-se notar que a FNFi era muito forte politicamente e precisava ser controlada. Sônia Seganfredo (1963), aluna de Filosofia da FNFi, foi convidada a cooperar com o IPES e a publicação de seu livro foi uma ação para conter o movimento estudantil. A UNE continuava seu caminho, aumentando ainda mais sua tendência para a esquerda trabalhista.

A importância da UNE e do movimento estudantil, principalmente no governo João Goulart, fica clara com a análise da charge abaixo



Figura 1: Charge Appe  
Fonte: Ribeiro, 1985

O mês de março de 1964 é bastante agitado, até culminar no golpe em 1º de abril. No dia 13 houve o comício pelas reformas de base, organizado pela UNE e várias outras entidades estudantis. Delegações de todos os estados ficam lado a lado com representantes operários e sindicais e o presidente João Goulart anuncia a assinatura de um decreto de desapropriação e outro que nacionalizava refinarias privadas de petróleo. Segundo Dreifuss (1981) a UNE

viu nesses decretos a concretização da sua luta pela reforma agrária e o fortalecimento da aliança Camponês – Estudante – Operário.

Os estudantes também apoiaram o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais<sup>20</sup>, que se declararam em assembléia permanente dia 26. Além do apoio político, levaram comida para os marinheiros durante a ocupação do sindicato dos metalúrgicos. No dia 28, os Diretórios Acadêmicos das Faculdades Nacional de Direito (CACO) e de Filosofia da Universidade do Brasil, juntamente com o de Sociologia da PUC, lançam manifestos de apoio aos militares revoltosos. Até que dia 31 o governador de Minas, Magalhães Pinto, declara-se em estado de rebelião contra o governo federal, recebendo o apoio dos governadores de São Paulo, Guanabara, Pará e Rio Grande do Sul. Os estudantes, principalmente das Faculdades Nacional de Direito e de Filosofia, apóiam Goulart e pedem armas para a resistência, que não chegam. Em 1º de abril de 1964, o prédio da UNE ardia em chamas<sup>21</sup>, levando seu presidente, José Serra, a pedir asilo na Embaixada do Chile. Todas aquelas conquistas caíram por terra com a intervenção militar, a destituição de João Goulart, invasão das universidades, prisão de líderes estudantis e interdição da UNE. Era dado o golpe militar. Os estudantes resistem ao lado de Jango.

A partir daí, o movimento estudantil continuou existindo, mas praticamente às escondidas, já que passou a ser combatido com extrema violência por parte do governo. Porém embora tenha havido repressão contra os estudantes no momento que o golpe é dado (um bom exemplo é a expulsão

---

<sup>20</sup> Em 25 de março de 1964, foi realizada uma assembléia de mais de dois mil marinheiros de baixa patente no prédio do sindicato dos metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Os amotinados exigiam melhores condições para os militares e apoio às reformas políticas de base defendidas por Jango. O então ministro da marinha, Silvio Mota, ordenou a prisão dos amotinados, enviando destacamento dos fuzileiros navais, comandados por Cândido Aragão. Os fuzileiros também acabam aderindo ao movimento. No dia 26 de março, os marinheiros entram em acordo com o governo e deixam o prédio pacificamente. Os líderes do movimento acabam presos pelos militares. Jango, por sua vez, concede perdão e liberta os presos, criando um forte clima de tensão com os militares.

Cabe ressaltar que o movimento dos militares de baixa patente era forte, principalmente de 1961 a 1964. Mas os marinheiros acabaram se destacando em 1964, culminando o movimento com a assembléia de 25 de março.

<sup>21</sup> O incêndio da UNE é atribuído a grupos de direita como forma de repressão à entidade e ao movimento estudantil. Porém, outra versão foi cogitada. O Correio da Manhã levanta a hipótese de que o incêndio teria sido provocado pelos próprios estudantes como forma de acabar com seus arquivos. (Correio da Manhã – 02/04/1964).



dos “dezenove”), ela serve mais como alerta e lição do que como repressão propriamente dita. Os golpistas acreditavam que poderiam conquistar os universitários com a ideologia anticomunista e os ideais do “mundo livre” (BRASIL: nunca mais, 1985, p.132). A repressão nos primórdios do golpe serviu para paralisar os estudantes. O ataque mais feroz será em 1968, quando eles voltarão a se aglutinar e mobilizar.

O controle sobre os estudantes começa já no início do golpe. Em abril de 1964, o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda instala as Comissões de Inquérito em todas as Universidades brasileiras. Essas Comissões desempenhariam o papel das Congregações e seriam as responsáveis pelo IPM (Inquérito Policial Militar) das Universidades. Através delas, o Ministro passou a envolver-se diretamente nas contratações e demissões de pessoal, de forma a evitar que docentes contrários ao novo regime fossem contratados. As autoridades militares defendiam que “os IPMs eram necessários para erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para “conquistar as mentes” do povo” (ALVES, 2005, p.80).

Além disso, o governo aprova a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em referência ao então ministro da Educação. Essa lei cria o Diretório Nacional dos Estudantes, órgão para unificação dos estudantes ligado ao governo. Porém, a criação desse diretório implica na extinção da UNE, que passa a atuar clandestinamente. Assim,

O movimento estudantil, reprimido, como vimos, em todas as suas formas legais e ostensivas de atuação, tendeu cada vez mais, e através de seus quadros mais expressivos, à ação clandestina que o levaria inclusive às guerrilhas urbana e rural. Tal opção foi acelerada pelo fracassado 30º Congresso da UNE (dois meses antes do AI-5), dito “clandestino”, na cidadezinha paulista de Ibiúna. Embora ilegal desde 1964, a UNE ainda sobreviveu na clandestinidade até o início dos anos 70. O seu “congresso da reconstrução” (o 31º), já ostensivo em face da abertura, ocorreu em meados de 1979, em Salvador (SILVA, 1985, p. 42).

O jornal Correio da Manhã já publicava matérias sobre o fechamento da UNE praticamente desde o início do golpe. No dia 2 de julho de 1964,

Márcio Moreira Alves<sup>22</sup> denuncia o fechamento e se mostra contrário ao fim da UNE. No dia 4 de julho o jornal noticia<sup>23</sup> na primeira página que a extinção da UNE vai ao Congresso. O jornal ainda informa que Castelo Branco encaminha mensagem regulamentando as atividades estudantis no país e cria o Conselho Nacional dos Estudantes (CNE), em consequência da extinção da UNE e outras entidades. Os estudantes ficam proibidos de qualquer ação ou propaganda de caráter político “bem como incitar, promover, ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. No dia 7 é noticiado que o senador Aurélio Viana lamenta o fechamento da UNE, principalmente por vir de um “governo originário de um movimento revolucionário que se afirmou ter por objetivo a redemocratização”<sup>24</sup>, mostrando como alguns setores acreditavam que o golpe era realmente uma revolução.

No dia 1º de novembro os estudantes declaram repúdio ao projeto do Diretório Nacional dos Estudantes projetado pelo ministro Suplicy de Lacerda. A posição oficial será tomada nos dias 10 e 11 do mesmo mês, durante o Congresso Extraordinário da UME, na Ponta do Calabouço<sup>25</sup>. No dia 4 sai uma notícia sobre a reação dos estudantes de todo o Brasil e até da França contra o projeto Suplicy<sup>26</sup>. Até que, no dia 9 de novembro, a Lei é aprovada.

No dia 1º de dezembro O Correio da Manhã informa que Francisco Ernani de Hollanda Farias, vice-presidente da UNE na gestão 1963-1964, foi preso em Fortaleza, no dia 5 do mês de novembro. Segundo o jornal, “sua detenção significa que não cessou o terror contra os estudantes”<sup>27</sup>, nada havia contra ele. Como veremos mais adiante, a tendência era piorar o terror contra os estudantes, principalmente a partir de 1968, com o AI-5 e, logo depois, com o Decreto 477.

Várias serão as formas utilizadas pelo governo como controle e repressão aos estudantes. A reforma do ensino, por exemplo, que era um dos pontos de pauta das reivindicações dos estudantes, se dará através de uma

---

<sup>22</sup> Márcio Moreira Alves. Correio da Manhã – 1º Caderno – 02/07/1964 – p. 7.

<sup>23</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 04/07/1964 – 1ª página.

<sup>24</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 07/07/1964 – p.2.

<sup>25</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 01/11/1964 – p.3.

<sup>26</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 04/11/1964 – p.13.

<sup>27</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 01/12/1964 – p.2.

política que visa o controle social e político, deixando a educação a serviço de interesses econômicos. O foco do governo nos estudantes e operários deve-se ao fato de que esses setores “dão dinamismo à formação social concreta” (FREITAG, 1984, p. 79). Percebemos isso com a força e a participação dos estudantes na vida nacional, como vimos anteriormente. Além disso, o estudante não faz parte de uma estrutura estanque da sociedade.

O estudante que está sendo escolarizado, ou qualificado, poderia ser localizado na instância da sociedade civil, mas, na medida em que se insere na vida profissional, ele pertence ao mesmo tempo a três instâncias: é membro da sociedade civil, porque pertence a uma ou várias das instituições que a constituem, participa do mundo do trabalho (instância da infra-estrutura) e é ator ativo, ou passivo, da sociedade política. (FREITAG, 1984, p. 79)

A reforma universitária era uma aspiração dos estudantes. Porém, a reforma de 1968, implantada através da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, não atendia a seus interesses. Foi uma reforma bastante contraditória, já que, por um lado, é inovadora e, de outro, altamente conservadora. Inovadora porque acaba com a cátedra vitalícia, dá mais flexibilidade ao ensino, reorganiza as Universidades, cria novas Universidades nos estados que não possuem, reformula as instâncias superiores das Universidades. Por outro lado, enquanto as Universidades eram reformuladas, muitos professores, alunos e funcionários foram cassados, torturados, presos, mortos, por terem idéias contrárias ao regime. Além disso, a própria reformulação foi algo instituído, não discutido em conselhos Universitários nem em qualquer outra instância. Segundo Freitag (1985, p. 85) a reforma foi discutida nos gabinetes.

Na realidade, segundo Fernando Henrique Cardoso (1972), a reforma educacional realizada no período de 1967-1968 era tecnocrática e visava justamente a modernização da mão-de-obra e a preparação do Brasil para a entrada de empresas estrangeiras, cuja tecnologia de produção era mecanizada e mais especializada do que a nacional. Freitag (1984), também chama a atenção para o fato de que a reforma procurava atender as exigências do novo modelo econômico mundial, implantando cursos de curta duração e o sistema de créditos. Hollanda (1992, p.93) também afirma que “a repressão ao movimento estudantil e a Reforma Universitária tentam assegurá-la como espaço meramente acadêmico de feições burocráticas”. Ainda segundo a

autora “o ensino vai-se especializando, tendendo à sofisticação e à valorização da “competência técnica”, resultando muitas vezes num arremedo colonizado de novidades européias” (HOLLANDA, 1992, p.93).

A reforma foi elaborada por uma comissão composta, segundo Freitag (1984), de cinco americanos e dois brasileiros e fora constituída nos termos do convênio firmado entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e USAID (United States Agency for International Development), conhecido como Convênio MEC-USAID. Esse convênio elaborou uma série de acordos e medidas com o objetivo de implantar o sistema norte-americano nas universidades brasileiras. Para isso, seria necessária uma profunda reforma universitária, que foi feita em 1968. Esse acordo visava justamente uma formação técnica dos estudantes para atender às necessidades do mercado e do capital. Além disso, o acordo também foi interpretado pelos estudantes como privatização do ensino. De fato, essa privatização foi estimulada na reforma universitária. Acabou sendo motivo de duras críticas de vários setores da sociedade e, principalmente, dos estudantes, causando descontentamento e protestos.

Porém, a reforma também tinha como objetivo conter os estudantes, insatisfeitos por não estarem inseridos no processo de discussão política e social e da própria reforma, que protestavam cada vez mais. Aliada a reforma universitária, também se introduziu a profissionalização do nível médio, que absorvia os estudantes que queriam entrar para o mercado de trabalho, permitindo essa entrada sem passar pela universidade. Freitag (1984) observa que a reforma também diminuiu a qualidade de ensino, na medida em que o vestibular admitia o número de candidatos correspondentes ao número de vagas, não mais sendo eliminatório. Silva (1985) também chama a atenção para a privatização do ensino provocada pela reforma. As faculdades particulares foram estimuladas como forma de aproveitar os estudantes que ficaram como excedentes nos vestibulares das universidades públicas.

Os primeiros quatro anos do golpe significaram amadurecimento do movimento estudantil. Mesmo na clandestinidade, a UNE continuava atuando e promovendo discussões e protestos importantes. Os estudantes agiam

principalmente através de comício-relâmpago. Mas, passados esses quatro anos, ficava claro que a política educacional não era feita para atender as necessidades e reivindicações dos estudantes. O governo valorizava cada vez mais as Universidades particulares em detrimento das públicas. O processo seletivo também se tornava cada vez mais acirrado e estimulavam-se os excedentes para que fossem para as Universidades privadas. A implantação da reforma universitária consolidava essas novas diretrizes educacionais, contrárias aos anseios estudantis.

Assim, para conter qualquer protesto estudantil, é promulgado o Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Esse decreto traz uma série de normas para infrações disciplinares dentro das Universidades, bem como sua punição. Considera como infrações passeatas, paralisações, distribuição de panfletos, enfim, qualquer atividade que seja considerada de cunho subversivo.

No próximo capítulo, falaremos sobre a FNFi e sobre os “dezenove”, procurando mostrar a sua relação com a sociedade e entender os motivos da expulsão.

#### **4. Faculdade Nacional de Filosofia: de “escola para meninas da zona norte”<sup>28</sup> a “covil de víboras vermelhas”<sup>29</sup>**

As duas frases do subtítulo desse capítulo foram extraídas do livro de Poerner e são interessantes para ilustrar as mudanças que ocorreram na FNFi ao longo de sua história do ponto de vista de um estudante da época, muito embora ele não fosse da Faculdade. Demonstra, principalmente, a maneira como o governo e a grande mídia mostravam a FNFi para a sociedade. Ser comunista naquele período era considerado ser muito pior do que uma víbora, que, como tal, deveria ser atacado. E a FNFi era, no início dos anos 1960 até o golpe, o maior reduto de comunistas em uma Universidade, sendo, então, considerada um “covil”.

A FNFi foi instituída através do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, pelo ministro Gustavo Capanema, fazendo parte da então Universidade do Brasil. Segundo Maria de Lourdes de A. Fávero (1989), a Revolução de Outubro<sup>30</sup> brasileira gerou a necessidade de renovação nas instituições, uma vez que a estrutura do poder estava modificada. Porém,

Isto não chega de todo a se concretizar: a renovação da estrutura de poder limita-se à mera mudança de quadros oriundos das mesmas classes dominantes prevaletentes anteriormente. Em decorrência, renovação a ser experimentada pelas instituições é também limitada. (FÁVERO, 1989, p. 13).

Embora, politicamente, pouca coisa tenha se modificado, podemos destacar algumas iniciativas importantes referentes ao ensino superior brasileiro. A principal delas foi a própria elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto no. 19.851 de 11 de abril de 1931<sup>31</sup>. Dispõe o Decreto, em sua ementa, que o Brasil obedecerá ao sistema

---

<sup>28</sup> Poerner, 1979, p. 211 – De acordo com o texto de Poerner, essa frase era uma espécie de refrão entre os alunos, pois, segundo seus criadores, as da zona sul cursavam a PUC.

<sup>29</sup> Poerner, 1979, p. 212.

<sup>30</sup> A Revolução de Outubro no Brasil foi a Revolução de 1930, que acaba com a política do café com leite dominante na época, marcando o fim da República Velha. É chamado de Revolução de Outubro por ter tido seu início no dia 3 de outubro de 1930. Getúlio Vargas assume o poder.

<sup>31</sup> Texto acessado no site do Senado Federal

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24824>.

universitário, podendo ser dividido em institutos isolados. A organização administrativa e técnica das universidades serão feitas de acordo com as orientações do decreto e a organização dos institutos por estatutos próprios, obedecendo, porém, às orientações do decreto. Embora o decreto já tenha sido revogado e reformas no ensino já tenham sido feitas depois da elaboração desse Estatuto, é importante destacar as recomendações que são seguidas até hoje, como a centralização da administração da Universidade no Reitor e no Conselho Universitário e a administração dos institutos pelo Diretor, pela Congregação e pelo Conselho técnico-administrativo.

A FNFi originou-se da UDF (Universidade do Distrito Federal), criada pelo Decreto Municipal no. 5.513 de 4 de abril de 1935<sup>32</sup>, pelo Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro, na época) Pedro Ernesto. A UDF durou apenas quatro anos, tendo sido extinta em 1939. Foram vários os acontecimentos que contribuíram para o seu fechamento, inclusive a inconstitucionalidade, já que não é da competência do prefeito organizar uma Universidade. Mas destacamos, para esse trabalho, essa retaliação ao modelo renovador que a UDF propunha e o já presente fantasma do comunismo, uma vez que alguns de seus dirigentes foram acusados de tal prática, inclusive o prefeito Pedro Ernesto.

O Decreto nº 1.063 de 20 de janeiro de 1939 transfere os cursos da UDF para a Universidade do Brasil (UB) e dá conta da distribuição dos cursos pelas Escolas e Faculdades da UB. Em seu Artigo 2º trata da transferência para a FNFi, ainda não oficialmente criada e com outro nome.

Art. 2º A Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Política e Economia e os cursos transferidos da Faculdade de Educação serão incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>33</sup>

Embora ainda não houvesse um decreto que a criasse, já havia a previsão de criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras na

---

<sup>32</sup> O texto do Decreto está no Anexo 2 do livro Faculdade Nacional de Filosofia: projeto ou trama universitária?

<sup>33</sup> Extraído do site da Câmara Federal <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacao-1-pe.html>.

Lei nº 452 de 5 de julho de 1937<sup>34</sup>. A Lei nº 452/1937 “Organiza a Universidade do Brasil” e, no Capítulo II “Da composição da Universidade do Brasil”, no Artigo 4, a Faculdade de Filosofia é a primeira da lista

**Art. 4º** A Universidade do Brasil será inicialmente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras;

Porém, esse nome é abandonado e em 4 de abril de 1939 o Decreto-lei nº 1.190 organiza a Faculdade Nacional de Filosofia. Na exposição de motivos do decreto-lei que cria a Faculdade, o ministro assinala que ela “representa sem dúvida um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação.” A Faculdade é composta por quatro seções fundamentais, que são: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, além de Didática. Os cursos são agrupados em ordinários e extraordinários, sendo os primeiros voltados à obtenção do título de bacharel ou de licenciado e os demais são cursos avulsos, de aperfeiçoamento, de especialização e de doutorado. (<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>).

Segundo o decreto<sup>35</sup>, a FNFi tinha como finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.

Com a extinção da UDF havia a preocupação de que a FNFi começasse a funcionar imediatamente. Como não havia instalações para ela, o governo a

---

<sup>34</sup> Extraído do site do Senado Federal <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102890>.

<sup>35</sup> Extraído do site da Câmara Federal <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacao-1-pe.html>.



instala provisoriamente na escola municipal José de Alencar, no Largo do Machado, com a cessão da Prefeitura. Embora precariamente, ela funciona nessa escola até 1942, quando parte de seus cursos são transferidos para o prédio da antiga casa da Itália<sup>36</sup>, situado na Avenida Antônio Carlos, n° 40, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1944 acontece a transferência de todos os cursos para o Centro da cidade. Fávero (1989) destaca que de 1939 a 1945 várias medidas são tomadas para consolidar a criação da Faculdade. Assim,

em 1942, instalam-se os laboratórios de química, biologia, física e os museus especializados de mineralogia, zoologia e antropologia. Gradativamente, introduzem-se diversas práticas requeridas pelo trabalho científico: na seção de ciências, a pesquisa de campo e o trabalho de laboratório passam a ser componentes obrigatórios; no curso de história natural são implantadas linhas de pesquisa de biologia, zoologia e botânica. Para melhor familiarizar os alunos com o trabalho científico desenvolvido em instituições nacionais, são estabelecidos estágios no museu nacional (FÁVERO, 1989, p. 32).

Fávero também ressalta o crescimento da Biblioteca, que foi uma das preocupações de Otto Maria Carpeaux, diretor da Biblioteca, e de San Tiago Dantas, diretor da FNFi<sup>37</sup>. Assim, aos poucos, a Faculdade começa a se organizar.

Uma questão fundamental é a presença do autoritarismo, da conciliação e da dominação na FNFi, no que diz respeito à contratação de professores. Essa denúncia aparece nas entrevistas concedidas a autora do presente trabalho e no livro de Poerner. Eremildo Vianna, diretor da FNFi em 1963, é acusado de contratar professores sem concurso para poder pressioná-los a aprovar seus encaminhamentos na Congregação. Mas, observando a pesquisa de Fávero (1989), percebemos que esse tipo de conciliação acontecia desde a criação da FNFi.

O Decreto que cria a FNFi deixa claro, no Artigo 25, que o provimento das vagas para professores catedráticos será feito por concurso de provas e títulos. Porém, no artigo 61, cria-se uma brecha, pois a redação do artigo diz que

---

<sup>36</sup> Com o fim da II Guerra Mundial, o prédio foi tomado da Itália.

<sup>37</sup> Até os dias de hoje a biblioteca da FNFi é conhecida por ser uma “senhora” biblioteca e foi lembrada por Victoria Grabois em sua entrevista. A maior parte de seus títulos está na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Súcias (IFCS), que, apesar do nome, concentra os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História.

Art. 61. Nos cinco primeiros anos de funcionamento da Faculdade Nacional de Filosofia, poderá o Presidente da República comissionar funcionário público para exercer qualquer dos cargos ou funções instituídas nesta lei.

Fávero (1989) analisa as cartas trocadas entre reitores e diretores das Faculdades com Gustavo Capanema que explicitam que a falta de concurso e os critérios de seleção utilizados visam atender interesses político-ideológicos, tanto que o pedido de contratação é feito por carta, não por instrumentos legais e públicos. Detalha também o perfil os professores, os que vieram da UDF e os contratados para a FNFi.

A questão da contratação de catedráticos torna-se ainda mais séria com a publicação do Decreto-lei nº 8.393 de 17 de novembro de 1945<sup>38</sup> que dispõe sobre a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar da Universidade do Brasil. O artigo 17, que trata do Reitor, define que

Art. 17. A Reitoria, representada na pessoa do Reitor, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias.

§ 1º O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício, ou aposentados, eleitos, em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário.

§ 2º A nomeação do Reitor se fará pelo prazo de três anos, findo o qual poderá haver recondução, mediante nova proposta do Conselho Universitário, ratificada pelo Conselho de Curadores.

E, no artigo 24, que trata da nomeação de diretores de cada instituição de ensino, fica definido que

g) a direção de cada um dos estabelecimentos da Universidade será exercida por um diretor, nomeado pelo Reitor, ad-referendum do Conselho de Curadores, dentre os professores catedráticos efetivos em exercício ou aposentados, eleitos em listas tríplice por votação uninominal da congregação respectiva;

Assim, a aprovação desse decreto-lei, aliada a seleção de professores do ponto de vista político-ideológico deixa a Universidade à mercê de interesses pessoais acima dos interesses de ensino e pesquisa ou, no caso da

---

<sup>38</sup> Extraído do site da Câmara Federal <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacao-1-pe.html>.

FNFi, da preparação de profissionais para lecionarem no ensino secundário e normal.

Em 1946, as seções da FNFi foram substituídas, passando a denominar-se de Departamentos. Também nesse ano é aprovado o segundo Regimento pelo Conselho Universitário. A direção e administração passam a ser exercidas pela Congregação, Diretoria e o Conselho Departamental. Em 1948, foi implementado o curso de Jornalismo.

Em 1962, é implementado na FNFi o curso de Psicologia. A estrutura aprovada em 1946 perdura até a extinção da Faculdade, em 1968, nela prevalecendo grande concentração de poder no âmbito das cátedras. (<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>).

#### *4.1. FNFi no pré-golpe*

No período de 1960 a 1964 a FNFi se destacou no movimento estudantil como a mais politizada das Faculdades brasileiras. Com essa afirmativa, fica fácil entender toda a repressão na FNFi, mesmo antes do golpe e o desfecho sinistro que foi a expulsão de dezenove alunos, já no primeiro trimestre do golpe. Essa importância da FNFi no movimento estudantil foi destacada por Dreifuss (1981) e pelos entrevistados. Todos eles se lembravam da Faculdade como um pólo de agitação.

No seu início e por um bom tempo, a FNFi foi apenas mais uma Faculdade, apenas uma produtora de “professorezinhos” (POERNER, 1979, p.206), que saíam de lá para tomarem o rumo da aposentadoria e da cátedra<sup>39</sup>. Porém, a FNFi tinha uma peculiaridade: a convivência de vários cursos diferentes em um único espaço. Assim

O estudante de Geografia logo entendeu que de pouco lhe adiantava lutar por mapas para o seu curso, pois o de Física nada tinha e o de Química tudo pedia. Nos corredores da Faculdade, os alunos

---

<sup>39</sup> O comentário de Poerner deve-se ao fato de que a função principal da FNFi, segundo o decreto que a criou e até as entrevistas, era justamente a formação de professores.

descobriram que não era o seu curso em particular que não funcionava. Tratava-se da Faculdade, como um todo, que carecia dos meios mais elementares para ensinar, privação somada a uma incompetência metida à besta da parte dos professores, salvos, evidentemente, por honrosas exceções. (POERNER, 1979, p.206)

Esse trato diário com estudantes de outros cursos gerou troca de experiências que foram decisivas para o fortalecimento político da FNFfi. Para além dos problemas nacionais e internacionais, pensava-se na estrutura universitária em si e no papel da FNFfi em suas vidas e na sociedade.

Todos os entrevistados afirmaram a importância dessa convivência, que fazia da Faculdade Nacional de Filosofia uma Universidade dentro da Universidade. Conviviam cursos das ciências exatas e humanas, filosofia com química, letras com física, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e de aspirações. Assim, de acordo com Poerner (1979), os estudantes começaram a perceber a diferença da Universidade para a qual eles haviam prestado vestibular e a repartição que eles encontravam, com professores que eram, usando as palavras do autor, “burocratas da cultura”, com bibliografias desatualizadas e decidiram tentar modificar suas condições de estudo.

Todos os cursos estavam no mesmo prédio ou num prédio muito próximo. Rachel Teixeira comenta em sua entrevista que a FNFfi era um verdadeiro campus universitário. Sérgio Campos destaca que a “FNFfi era multidisciplinar, abrigava vários cursos de Ciências, Artes, Línguas, Humanas, era uma riqueza. Convivia-se com estudantes de todas as áreas. Creio que esta ‘visão universal’ foi um dos fatores que possibilitou a experiência diferenciada que seus estudantes viveram.”<sup>40</sup>

A Faculdade funcionava em dois prédios: um localizava-se na Avenida Presidente Antonio Carlos, nº 40 e o outro no prédio antigo da Academia Brasileira de Letras (ABL), na Avenida Presidente Wilson<sup>41</sup>. Victoria Grabois descreve a organização da Faculdade entre os prédios

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>41</sup> O prédio da Avenida Presidente Wilson, nº 231, é cedido a FNFfi através do Decreto nº 50.344, de 15 de março de 1961.

[O diretório] funcionava no terceiro andar daquele prédio [da avenida Antônio Carlos]. No prédio funcionavam os cursos de Ciências Sociais, História, Geografia, História Natural, Física, Química, Matemática, Pedagogia (porque não existia Psicologia; apesar de existir o Instituto de Psicologia, que foi fundado pelo meu tio, ele funcionava em outro lugar). [...] No prédio da ABL funcionava Letras Neo-Latinas, Anglo-Germânicas e Clássicas, e Jornalismo; não existia Comunicação.<sup>42</sup>

Miguel Armony (2002), que era aluno da FNFi na época, acrescenta que no anexo também funcionava a biblioteca. Outro espaço muito lembrado é o Salão Nobre, local onde aconteciam as reuniões e as grandes discussões dos estudantes. Armony faz a descrição do Salão

Descia-se do elevador no quarto andar e qualquer uma das portas à sua frente abria para o Salão Nobre. Imponente, alto, tomava dois andares. No quinto andar ficavam as galerias (...) Na frente um palco, sobre o palco uma mesa e dos lados dois balcões para os oradores (ARMONY, 2002, p. 49)

Um dos entrevistados afirmou que o local com o qual ele mais se identificava era o Salão Nobre, justamente por ser onde se organizavam as agitações. Armony lembra que

De lá saíram todos os protestos, as passeatas, os comícios. Os movimentos. Ali se decidiam as greves. Os passos da reforma universitária: mudanças nos currículos, critérios de classificação no vestibular, novos cursos, cursos noturnos. Ali foi derrubado o diretor da faculdade. (ARMONY, 2002, p.118)

Além dessa proximidade entre os seus prédios, a FNFi ficava próxima de outros locais conhecidos como “focos de agitação”. O restaurante Calabouço<sup>43</sup>, que era mais freqüentado por estudantes secundaristas, ficava

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida por Victoria Grabois a autora da dissertação em 24 de setembro de 2009, no Rio de Janeiro.

<sup>43</sup> O Restaurante Central dos Estudantes, que ficou conhecido como Calabouço pelo fato de se dizer que o local que o abrigava havia sido uma prisão de escravos, oferecia refeições de baixo custo para os estudantes. Quando foi criado, atendia a todos os estudantes. Com o tempo, as universidades passaram a ter restaurantes próprios e o Calabouço começou a atender os secundaristas. Segundo um entrevistado, o Calabouço fazia parte de uma rede de restaurantes populares, o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). O SAPS é criado através do Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com o objetivo de fornecer alimentação barata aos trabalhadores. O Calabouço, que havia se tornado para o governo como um foco de resistência, foi o local da morte do estudante Edson Luís em 1968. Em seguida foi fechado e demolido.

próximo a FNFi, o que permitia essa interação entre secundaristas e universitários. O Calabouço localizava-se na Avenida Infante Dom Henrique, praticamente ao lado do Aeroporto Santos Dumont. Com isso, ou os universitários da FNFi iam até lá para fazer seus discursos, ou os secundaristas iam até a FNFi saber as discussões mais atuais. Os estudantes aproveitavam o restaurante para discursar e entoar as palavras de ordem. Segundo um entrevistado e Sônia Seganfredo (1963), os estudantes iniciavam seus discursos com a expressão “Comensais do Calabouço”, e a utilizavam algumas vezes durante o discurso referindo-se aos colegas que, enquanto comiam, ouviam os discursos e participavam das discussões políticas.

A FNFi também ficava próxima da sede da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Libertação Nacional (FLN), que ficavam na Avenida Franklin Roosevelt. Aliás, é numa reunião da FLN que Armony e outros estudantes se tornam membros do “Grupo dos 11”<sup>44</sup> criado por Brizola.

Os estudantes, aliados a professores que tinham afinidades com as suas discussões e propostas, dentre eles Maria Ieda Linhares, José Américo Pessanha e Vieira Pinto, começaram a pensar de que maneira poderiam contribuir para a melhora no ensino e nas relações dentro da Faculdade. J. L. Werneck da Silva (1985, p.38) destaca que

A Nacional de Filosofia (da UB) e uma das instituições que resultam no seu desdobramento pós-1964 (o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ) foram duas das unidades acadêmicas que, no limite do nosso conhecimento, mais desenvolveram as práticas da discussão paritária entre professores e estudantes.

Além disso, havia uma forte influência do Partido Comunista na Faculdade. Segundo Armony (2002), as atividades do Partido Comunista na FNFi eram intensas, apesar de o mesmo estar na clandestinidade. O PCB contava com uma base de 120 (cento e vinte) militantes, sendo a maioria composta de membros do movimento estudantil.

---

<sup>44</sup> O G-11 era um grupo formado por onze pessoas (como num time de futebol) e tinha como objetivo organizar e preparar as massas para um movimento revolucionário pelas reformas de base. Foi criado em fins de 1963 por Leonel Brizola.

A atuação do PCB entre os estudantes abrangia questões nacionais, internacionais e locais, além das questões universitárias e estudantis. Era comum estudantes ligados ao PCB panfletando nas ruas e fazendo comícios-relâmpagos. Nesses comícios os estudantes denunciavam questões como o imperialismo que dominava o país, a necessidade das reformas de base, entre outras. Também panfletavam dentro de edifícios, colocando panfletos ou edições do jornal *Novos Rumos* por baixo das portas.

O PCB tinha uma estrutura bem organizada dentro da FNFi. Segundo Armony (2002), o órgão que representava o PCB na Faculdade era chamado de Organização de Base, que era dirigida por um secretário de base, que assumia o cargo mediante eleição. Havia uma subdivisão em cada um dos cursos. Vale destacar que dois dos futuros expulsos, Adir Moysés e Fernando Bunchaft foram representantes da seção de Física.

Além do diretório, havia também os núcleos ou centro de estudos, cuja finalidade era reunir os estudantes do curso ao qual era ligado, promovendo debates acerca do curso e de política. Adir lembra, em sua entrevista, da existência do Núcleo de Estudos de Física (NEF), do qual ele foi o primeiro presidente. Sérgio Campos, em sua entrevista, conta que vários cursos tinham movimentos como esse. Adir ressaltou que o NEF não tinha como objetivo concorrer com o diretório, mas sim aglutinar os estudantes da Física e permitir que suas propostas fossem levadas ao diretório com mais consistência. Esses núcleos escolhiam seus representantes através de eleições, da mesma forma que no diretório: “A faculdade tinha cerca de vinte cursos e a idéia era fazer, nos cursos que pudessem, um grupo de estudos para motivar os alunos nas atividades políticas e culturais. Nesse grupo eu pude participar diretamente na organização estudantil”<sup>45</sup>.

O diretório desempenhava um papel muito importante dentro das Universidades. Raquel Teixeira acrescenta que na FNFi, além das discussões sobre as diretrizes políticas, também era função do diretório acadêmico

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida por Adir Moysés Luiz a autora da dissertação em 16 de agosto de 2010, no Rio de Janeiro.

[fazer] as matriculas, e tudo era perfeito, era um trabalhão, a gente fazia tudo funcionar bem para manter a importância do diretório. Era o diretório que geria o restaurante dos estudantes, pra não deixar gente que não tivesse direito comer, era o diretório que mantinha o pré-vestibular, o diretório mantinha um jornalzinho informativo para os estudantes.<sup>46</sup>

Além do PCB, existiam outras organizações na FNFi, com uma menor representatividade, como a AP<sup>47</sup> (Ação Popular) oriunda da JUC<sup>48</sup> (Juventude Universitária Católica), o PC do B<sup>49</sup> e a POLOP<sup>50</sup> (Política Operária). Também havia centenas de estudantes que acompanhavam as idéias e atividades dessas organizações, mas não queriam ingressar em qualquer uma delas, já que tinham como agravante estarem clandestinas. Eram os chamados “simpatizantes”.

Um dos entrevistados explicou que a FNFi era também um grande pólo aglutinador. Não aconteciam apenas debates políticos, mas eventos de todo o tipo. Cantores se apresentavam na Faculdade e alguns shows que lá aconteciam não chegavam a entrar em cartaz em casas de espetáculo. Com preços populares ou gratuitos, atraíam não somente os estudantes, mas a sociedade em geral. Havia palestras (com destaque a Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir que estiveram na Faculdade em 1961), peças de teatro, filmes, entre outros.

A FNFi começa a ficar conhecida nacionalmente como local de debates, luta e unidade. Até nas férias os alunos freqüentavam a Faculdade. Sérgio Campos descreve sua chegada a FNFi

Um dia, saí da sessão de psicoterapia e fui conhecer a FNFi. Era época de vestibular e eu saí de lá inscrito no vestibular do Curso de Filosofia. Fui aprovado e logo me encantei com a FNFi. O ambiente

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> A AP surgiu em 1962. Era formada de cristãos progressistas ligados a Ação Católica, em particular à JUC. Foi composta principalmente por lideranças estudantis.

<sup>48</sup> A JUC foi uma associação civil católica reconhecida em 1950. Tinha como objetivo difundir ensinamentos da Igreja no meio universitário. Seus membros tiveram participação ativa em movimentos sociais, com destaque para o meio universitário. Diversos líderes da UNE saíram da JUC.

<sup>49</sup> O PC do B foi criado em 1962, fruto de um racha no PCB. Alguns de seus fundadores foram também responsáveis pela criação do PCB. Segue a linha maoísta e adota a sigla PC do B como forma de se diferenciar do PCB.

<sup>50</sup> A POLOP foi criada em fevereiro de 1961, contrária à linha do PCB. Teve suas origens na Juventude socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Deu origem a várias organizações de \*esquerda, como COLINA, VPR, entre outras.



me intrigava muito, porque, mesmo sendo período de férias, estava cheia de alunos! Sentava na sala do Diretório e naqueles primeiros momentos me bastava ficar olhando a efervescência daquelas pessoas. Percebia que ali acontecia algo que me interessava conhecer...<sup>51</sup>

Os jornais da época dedicavam um espaço considerável às instituições de ensino. Não eram apenas notícias sobre as passeatas, mas sobre as eleições para alguns órgãos, como diretores e reitor, eleições do DCE (Diretório Central dos Estudantes), enfim, não só a FNFi, mas todas as instituições da época estavam no dia a dia da sociedade, através dos jornais. A televisão ainda não era tão acessível e os jornais tinham papel de destaque não só como fonte de informação, mas também como fonte de entretenimento.

Em 1962, Enylton de Sá Rego, que viria a ser expulso em 1964, é eleito presidente do Diretório Acadêmico. A gestão anterior era considerada de direita, bastante conservadora. Sobre essa dualidade, Sérgio Campos explica que

Na Faculdade, a divisão era clara: de um lado, o Diretório de direita (com uma posição bastante conservadora, preocupado apenas com aperfeiçoamentos materiais e técnicos, sem conseguir realizar uma análise crítica mais profunda da realidade social da universidade. Para este grupo, a universidade (...) era identificada com as lideranças mais retrógradas do país; do outro lado, havia uma oposição forte nos Centros de Estudos, hegemonicamente de esquerda, que encampava a proposta de Reforma Universitária da UNE – União Nacional dos Estudantes e defendia sua aplicação no contexto da FNFi. Esta contradição só se resolveu na eleição para o Diretório, com a vitória da chapa de oposição, encabeçada por Enylton. Nessa época, conheci Yedda (já falecida; expulsa em 64).<sup>52</sup>

Enylton, durante a campanha eleitoral, afirmava não ser comunista, mas a favor das reformas<sup>53</sup>. Seu primeiro grande desafio foi a “Greve de um terço”, convocada pela UNE, como vimos anteriormente. A greve na FNFi foi de ocupação, ou seja, a Faculdade ficou ocupada pelos estudantes através da realização de atividades culturais e estudantis. Foram realizados diversos eventos para atrair os estudantes. O CPC (Centro Popular de Cultura) se

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> O comunismo era o grande “fantasma” da época, então era comum algumas pessoas fazerem essa afirmação. De qualquer forma, o extremismo chegou a tal ponto que qualquer pessoa que fosse a favor de reformas, de qualquer natureza, eram consideradas comunistas.

apresentava, havia shows e foram dadas até mesmo aulas de reforço para os alunos que estavam com dificuldades (a greve foi no meio do ano, antes das provas finais do 1º semestre)<sup>54</sup>. Armony (2002) relata que os estudantes viram até alguns jogos da copa do mundo de 1962 na Faculdade. Sérgio Campos acrescenta que

Durante a greve, para manter os estudantes em atividade, foi feita uma programação cultural, com palestras de professores simpatizantes da nossa luta, realização de cursos sobre assuntos de interesse da Faculdade (foram feitos debates sobre os currículos adotados nos cursos, convocando professores para defenderem suas posições), o teatro do Centro Popular de Cultura da UNE fazia apresentações fantásticas (lembro-me do Auto dos 99%) etc.<sup>55</sup>

Os estudantes também promoveram uma ocupação no prédio do Ministério da Educação e conseguiram dormir no andar em que ficava o gabinete do Ministro. Ao final da greve, mesmo não conseguindo a representação de um terço nos órgãos colegiados, os estudantes consideraram-se vitoriosos. Afinal, eles não seriam punidos pelo governo federal e não foram prejudicados nas provas de final de semestre, que foram adiadas pelo próprio Ministério da Educação. Porém, os alunos da FNFi tiveram uma conquista ainda maior. Sérgio Campos relata que

Com a vitória de Enylton, houve certa abertura na participação dos alunos na Congregação: além do presidente do Diretório, poderiam comparecer mais dois representantes às suas reuniões. Também os departamentos (cada curso era vinculado a um Departamento) começaram a aceitar a presença dos alunos em seus debates, em alguns deles com direito a voto.<sup>56</sup>

Enylton foi presidente na primeira gestão de esquerda do Diretório Acadêmico. Seu mandato ainda seria marcado por muitas outras lutas, que tinham como objetivo maior a democratização da universidade. Assim,

ocorreram lutas intensas pelo aumento do número de vagas e por mudanças no seu aproveitamento; pela defesa da democratização

---

<sup>54</sup> Cabe lembrar que, na época, o sistema educacional era diferente, tendendo mais para o modelo francês. O ano letivo era corrente, não dividido em períodos, como hoje em dia. Assim, as avaliações principais aconteciam no final de cada semestre.

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

do vestibular, facilitando a entrada dos filhos das classes empobrecidas. Foi ampliado o Curso Pré-vestibular, cujos professores eram alunos da Faculdade e que oferecia bolsas para os mais necessitados.<sup>57</sup>

Armony (2002, p.39) enfatiza que a palavra de ordem que empolgou a FNFi nos dois anos que antecederam o golpe (1962-1964) foi: “unidade”.

O ano de 1963 é um ano marcado pela efervescência política e cultural. Os movimentos populares tornam-se cada vez mais fortes. O ISEB, formado por muitos professores e alunos da FNFi, se destaca na realização de debates sobre temas político-sociais, nos quais os estudantes conquistam cada vez mais espaço, sobretudo os da FNFi.

Na FNFi, o ano de 1963 foi bastante conturbado e se tornaria o ano crucial para as punições que os estudantes viriam a sofrer em 1964, principalmente a expulsão dos “dezenove”. Houve eleições para o DA e era do interesse dos estudantes ligados ao movimento estudantil que a nova gestão fosse dirigida pelo PCB. O objetivo era que se começasse a consolidação da democratização do ensino superior, através de reformas internas na faculdade, tais como “Mudanças nos currículos. Aprovação no vestibular pelo critério de classificação<sup>58</sup>, sem nota mínima. Criação de cursos noturnos. Criação de novas cadeiras”. (ARMONY, 2002, p.156)

O Partido escolheu Sérgio Campos para concorrer à presidência. Sérgio era um simpatizante, mas namorava Yedinha (Yeda Salles, uma das expulsas)<sup>59</sup>, que era comunista. Sérgio Campos relata que Yeda

cursava o segundo ano do Curso de Filosofia. Era bastante estudiosa, tendo uma formação política e cultural bem consistente. Conversávamos sobre a situação que a Faculdade e o país viviam e, mais do que tudo, estudávamos filosofia. Foi uma mestra para mim ajudando-me a entender aquele mundo que estávamos vivendo. Assim, a partir da prática que vivia na Faculdade e da colaboração intelectual de Yeda, consegui superar minhas dúvidas e adquirir a

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>58</sup> Em 1966, tem início o movimento dos “excedentes” nas Universidades públicas. O movimento nasceu devido a falta de vagas, que deixava de fora alguns estudantes, mesmo aprovados.

<sup>59</sup> Segundo Armony, algum tempo depois da expulsão Yeda estuda estatística e vai trabalhar na Universidade Federal do Norte Fluminense (UENF), em Campos. Morre em um acidente de trânsito.

compreensão do mundo que tenho até os dias de hoje, tanto do ponto de vista filosófico, como político.<sup>60</sup>

As eleições para o Diretório Acadêmico aconteciam concomitantemente às eleições para os Centros ou Núcleos de Estudos. Sérgio relata que

Para minha surpresa, acabei sendo escolhido como candidato à presidência do Diretório na chapa da situação. De fato, eu pretendia lançar-me como candidato à presidência do CEF – Centros de Estudos Filosóficos, pois me considerava um iniciante na política. É certo que já poderia me considerar uma pessoa com definições claras em relação ao encaminhamento das lutas estudantis, mas ignorava as forças políticas que determinavam as decisões que levaram à minha escolha. Havia uma frente política formada pelo Partido Comunista e a Ação Popular que atuavam clandestinamente e lideravam a esquerda na Faculdade. A direita, por sua vez, vivia uma transformação, acompanhando a radicalização que acontecia no país. Ela abandona qualquer prática democrática e começa a ser conduzida por um grupo radical, terrorista, autodenominado GRD – Grupo de Resistência Democrática. Como consequência, minha chapa é única e obtém uma vitória expressiva. Nosso programa procurava dar um passo adiante, considerando as vitórias alcançadas no Diretório anterior.<sup>61</sup>

Durante o segundo semestre de 1963, a FNFi praticamente não saiu dos jornais. Muito menos, das pautas das Congregações e das reuniões do Conselho Universitário (Consuni). Foram vários movimentos que a colocaram ainda mais em evidência e, obviamente, colocou os superiores da Universidade do Brasil e os futuros golpistas em alerta máximo. Ela havia se tornado, claramente, o “covil de víboras vermelhas”.

No dia 17 de setembro de 1963, o reitor da UB, Pedro Calmon, recebe um telefonema de dois estudantes denunciando acontecimentos estranhos na FNFi<sup>62</sup>. O reitor lhes recomenda levarem o problema ao diretor da Faculdade, Eremildo Luis Vianna. Logo depois, o próprio Eremildo telefona para o reitor e lhe pede que vá a Faculdade. Ao chegar lá, o reitor se depara com barricadas e fica sabendo que duzentos e cinquenta alunos, mais ou menos, decretaram greve na Faculdade. O número de grevistas é considerado ínfimo, já que havia, ao todo, cerca de mil e oitocentos alunos matriculados. Com certeza, essa colocação é feita como uma forma de diminuir o movimento. O ministro Paulo

---

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Ata do Conselho Universitário de 19 de setembro de 1963.

de Tarso é chamado também e faz um apelo aos grevistas que deixassem entrar os alunos que quisessem assistir aula, pedido que foi negado. A polícia entra na Faculdade, mas é contida pelo reitor, que chama a força federal. A pedido do ministro, Eremildo suspende as aulas. Consta na ata<sup>63</sup> que o ministro, em um pequeno discurso, deixa claro que não admitiria o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) na Faculdade.

Naquele ano houve eleição para diretor da Faculdade e os estudantes não aceitavam a candidatura de Eremildo. Em uma reunião com o presidente do DA, Eremildo deixa claro que não queria aproximação com os estudantes e que não atenderia às suas reivindicações. Os estudantes começam, então, uma forte campanha para que ele não conseguisse se eleger.

Na sessão seguinte do Consuni<sup>64</sup>, Calmon propõe uma Comissão de Inquérito para a apuração dos acontecimentos na FNFi, que é aprovada. No dia 11 de novembro de 1963, o reitor afirma que recebeu do diretor da FNFi um expediente referente à punição de quinze alunos envolvidos nos incidentes de setembro<sup>65</sup>. No dia 18 de novembro acontece uma sessão extraordinária do Consuni para analisar o recurso do DA contra a suspensão dos quinze alunos. Como o embate é grande, o Conselho decide devolver o processo a FNFi para que a Congregação decida. Infelizmente, não foi possível o acesso ao livro de atas da Congregação da FNFi do ano de 1963<sup>66</sup>.

E a congregação decidiu pela suspensão dos quinze alunos. Victoria Grabois, em sua entrevista, afirma que, para ela, a maior decepção foi saber que João Goulart havia acatado essa punição. Ela enfatiza que, embora o Consuni seja soberano, uma punição como essa dependia da aprovação da presidência, e não se esperava que um presidente como ele tomasse essa atitude. Jango só revoga a suspensão em janeiro de 1964. Com isso, os quinze alunos ficaram sem fazer as provas finais, que foram remarcadas para o início do ano letivo. Victoria lembra que

Nós estudamos muito porque queríamos mostrar que éramos excelentes alunos. No dia primeiro de abril, quando nós faríamos

---

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Ata do Conselho Universitário de 26 de setembro de 1963.

<sup>65</sup> Ata do Conselho Universitário de 11 de novembro de 1963.

<sup>66</sup> O arquivo se encontra em processo de organização e alguns documentos ainda não foram localizados ou catalogados.

prova de Filosofia, a faculdade fechou; ninguém mais entrava na faculdade e no dia dezessete de abril o Conselho Universitário se reuniu. Quinze alunos que estavam suspensos foram expulsos e acrescentaram mais quatro nomes à lista dos alunos. Dos quatro, o único que eu sei não ter sido suspenso foi o Paulo César, que era da Química.<sup>67</sup>

Um dos expulsos, também suspenso em 1963, forneceu a cópia de alguns documentos sobre esse episódio. Um deles é uma carta, denominada Carta dos 15 da FNFi aos estudantes, datada do dia 22 de outubro de 1963, com duas folhas. Nesta carta, os quinze suspensos alertam os colegas universitários da sua suspensão e da possibilidade de expulsão e conclamando-os a luta.

O documento, reproduzido abaixo, mostra que, mesmo antes do golpe, já se pretendia controlar e reprimir os estudantes, detentores de grande força naquele período.

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Victoria Grabois a autora da dissertação em 24 de setembro de 2009, no Rio de Janeiro.

# CARTA DOS 15 DA FNFi AOS ESTUDANTES

Caro colega universitário!

Nós, os 15 abaixo-assinados — dos quais 3 membros do Diretório Acadêmico — em vias de sermos expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia, por resolução de seu Diretor, professor Eremildo Luiz Viana, do dia 18 de outubro, sentimo-nos no dever de nos dirigirmos a você, neste momento em que tentam nos afastar da coletividade universitária da qual nós e você fazemos parte.

Devemos prestar-lhe contas de nossos atos, porque o julgamento da comunidade universitária e do povo é o que importa para nós.

Que fizemos? Por que somos punidos?

Somos punidos porque havendo entre nós quinze, colegas de diversas ideologias, estamos em unidade na direção de uma luta que há 80 dias empolga os colegas de nossa Faculdade.

Este é o nosso crime maior: participar da direção da unidade dos colegas, em luta por uma aspiração que só pode dignificar nossa condição de estudante e cidadão: participação dos alunos e professores catedráticos e não catedráticos, no encaminhamento das eleições para a nova direção de nossa Faculdade.

Pleiteamos que a nossa opinião seja levada em conta, que um programa de gestão seja delineado, enfim, o que resumimos na palavra DIALOGO. Neste diálogo que se ouviu nossa voz pela reforma universitária, por uma Direção que inserisse nossa Faculdade na aspiração geral dos estudantes e do povo, pelas reformas de estrutura da sociedade brasileira.

A isto, um grupo de catedráticos, liderados pelo atual diretor, sr. Eremildo Luiz Viana, opôs e opõe uma resistência desesperada.

Defendendo as atuais estruturas universitária e social, ultrapassadas e os privilégios delas decorrentes, temem a discussão, o confronto de idéias e a participação da grande maioria que estuda e aspira a criar, que luta e deseja contribuir para a melhoria do ensino, da cultura e da vida de nosso povo.

Contra essa intransigência senil dirigimos sim — e disso nos orgulhamos — uma greve valente de protesto, por dois dias, na qual derrotamos as investidas da polícia, do Diretor e seus agentes da F.J.D. infiltrados entre nós.

Contra esse obscurantismo feudal participamos sim — e por isso nos consideramos honrados — da ocupação pacífica do salão nobre da Faculdade, transformado em símbolo de resistência medieval ao debate de grandes questões do pensamento moderno: humanismo, existencialismo, marxismo, cristianismo. Por único instrumento escadas e por única aspiração, no dizer do poeta:

"Luz! Luz para o novo mundo!"

Nesta luta, temos sido parcela dirigente sim, mas de toda uma coletividade unida, plenamente consciente e criadoramente participante.

Com a expulsão de nós quinze, pensam — que ilusão! — golpear a liderança dos estudantes da Faculdade, intervir no Diretório Acadêmico e nos Centros de Estudos, atemorizar os colegas e desta maneira, a partir da Filosofia, reprimir e exemplar todo universitário, todo Diretório, toda Faculdade, que ouse erguer mais alto sua luta.

Mas não só isto, nem principalmente isto. De fato, por que toda esta sanha, este ódio, estas tentativas de desmoralizar os rapazes e moças da Filosofia, uma vez acusados de baderneiros, outra de "agitadores", ainda outra de participantes em bacanais ou de estudantes "profissionais"?

Por que se unem neste fogo concentrado contra a Filosofia, certa Imprensa, onde nunca encontram eco as vozes estudantis quando clamam pela reforma universitária; certos catedráticos e cúpulas universitárias há anos surdas aos nossos reclamos, e determinados políticos retrógrados, que quando se lembram dos universitários brasileiros é para nos colocar no pelourinho, juntamente com nossas entidades representativas?

— É que a Filosofia tem uma importante experiência vivida e comprovada, a partir do Diretório do colega Enylton Sá Rego: a da UNIDADE PELAS BASES.

Unidade através das turmas, dos cursos, dos centros de estudos, na luta e convívio diários, em torno dos pequenos e grandes problemas. Unidade que não surge de conchavos. Unidade que é a união de pessoas de diferentes concepções filosóficas e religiosas em torno de princípios e perspectivas, objetivos e meios, comuns: PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA. PELAS REFORMAS DE BASE, POR UM GOVERNO CAPAZ DE REALIZÁ-LAS.

A vida nos mostrou que a unidade é possível, que com unidade nossa força se multiplica, se luta melhor e só assim se alcança grandes vitórias!

Este processo de unidade pelas bases, germina e se desenvolve em todo o movimento estudantil. No momento atual, na Filosofia êle adquire grande amplitude, profundidade e consciência.

É esta consciência, este "mau exemplo" que agora se trata de sufocar, de isolar do conjunto do movimento universitário. Daí, que se assista a êste fato insólito: um diretor de Faculdade, o sr. Viana, não se contenta em combater a unidade dentro de nossa Faculdade e intervém abertamente, através de jornais na campanha eleitoral que ora se trava para a diretoria da União Metropolitana dos Estudantes, procurando acirrar divergências e dificultar o caminho da unificação dos estudantes de tôdas as Faculdades da Guanabara.

Isto é o que nos sentimos obrigados a lhe dizer, colega!

Esta é a nossa prestação de contas a você!

O que está em jôgo não são as nossas pessoas!

O que está em jôgo não são interesses eleitorais momentâneos, neste instante em que a campanha para a direção da UME proporciona, infelizmente, uma divisão temporária das forças democráticas de nossa coletividade estudantil. O que está em jôgo são os interesses permanentes do movimento estudantil.

O que se decide agora é:

Resguardaremos a autonomia das entidades estudantis ou vencerá a intervenção nelas?

Fortalecer-se-á a unidade do movimento estudantil na Guanabara ou prevalecerá a divisão

Cultura ou obscurantismo?

Democracia ou opressão?

A decisão está com você, com seu Diretório Acadêmico, com os colegas de sua Faculdade, com todo o movimento estudantil.

**SALVE A UNIDADE DO MOVIMENTO UNIVERSITARIO  
BRASILEIRO, EM MARCHA PARA NOVAS VITÓRIAS!!!**

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1963.

|                             |                               |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Sérgio Salomé               | — 1.º ano de Ciências Sociais |
| Rachel Teixeira             | — 1.º ano de Letras           |
| Amaury Cano                 | — 1.º ano de Matemática       |
| Wilson Barbosa              | — 4.º ano de História         |
| Carlos Mauricio Chaves      | — 4.º ano de Física           |
| Adyr Moisés Luis            | — 4.º ano de Física           |
| Fernando Bunchaft           | — 4.º ano de Física           |
| Ieda Salles                 | — 3.º ano de Filosofia        |
| Flávio Silva                | — 3.º ano de Filosofia        |
| Regina do Prado             | — 3.º ano de Filosofia        |
| Vitoria Grabois             | — 1.º ano de Ciências Sociais |
| Elio Gaspari                | — 1.º ano de História         |
| Elias Mansur                | — 2.º ano de Matemática       |
| Paulo Cesar Esteves         | — 4.º ano de Química          |
| João Guilherme Vargas Netto | — 1.º ano de Matemática.      |



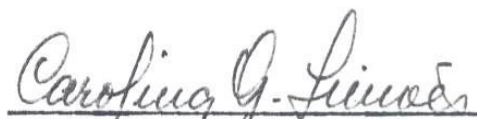
No dia 31 de outubro de 1963, o Diretor da Faculdade lança uma nota de esclarecimento aos estudantes<sup>68</sup>, afirmando que “não houve expulsão alguma de qualquer aluno da Faculdade” e que a Congregação “preventivamente e, como medida de exceção, com fundamento no item XVI do art. 170 do Regimento Interno, suspendeu temporariamente as matrículas de quinze (15) alunos”.

Um dos expulsos também forneceu a cópia de uma carta datada de 31 de outubro de 1963, através da qual ele é “convidado” a prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos nos dias 17 e 19 de setembro, que originaram o inquérito.

Ilmo. Sr.  
João Guilherme Vargas Netto  
Rua Voluntários da Pátria 97  
Rio de Janeiro - Guanabara

De ordem do Sr. Presidente da Comissão de Inquérito instituída por Portaria nº 67 de 23 de setembro de 1963 do Sr. Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, fica V.S. convidado, pela terceira vez, a comparecer sob pena de revelia e confissão, às 14 h. do dia 5 de novembro de 1963, terça-feira, no Laboratório da Cadeira de Biologia Geral da Faculdade Nacional de Filosofia, à Avenida Presidente Antonio Carlos 40, 7º andar, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos nos dias 17 e 19 de setembro de 1963, que originaram o inquérito.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1963.

  
Secretária da Comissão

---

<sup>68</sup> Vide anexo I.

E, por fim, recebem uma advertência<sup>69</sup>, datada do dia 31 de janeiro de 1964. Neste documento, os estudantes são apontados como infratores “sendo responsabilizado por haver praticado atos de desrespeito a ordens emanadas do Diretor, por praticar atos que importaram na perturbação da ordem, por haver contribuído para o desprestígio da Faculdade”. Através do documento, são advertidos “severamente pela incidência nos atos averiguados pelo mencionado inquérito”. Segundo dois entrevistados, a greve de 1963 foi o que causou a expulsão dos “dezenove” em 1964. Para Victoria Grabois “foi essa atividade de resistência dos estudantes na greve a causa da minha expulsão”.

A suspensão foi motivo de grande protesto dos estudantes. A fotografia abaixo mostra uma delas.



Fotografia 1: Passeata contra a suspensão  
Fonte: Armony, 2002, p.179

No dia 8 de outubro de 1963, o Conselho Departamental da FNFi reuniu-se em sessão extraordinária “para se pronunciar a respeito de solicitação do Salão Nobre, feita pelo DA, a fim de realizar ali uma assembléia de estudantes, no dia seguinte (nove), às quinze horas”<sup>70</sup>. O pedido foi aprovado pelos Conselheiros,

<sup>69</sup> Vide anexo II.

<sup>70</sup> Ata do Conselho Departamental de 8 de outubro de 1963.

desde que a ORDEM DO DIA se restrinja às eleições para a Diretoria da UME, sem que se discuta a situação nacional (outro ítem da Ordem do Dia), tendo em vista os desejos de paz dos alunos e do povo brasileiro em geral, bem como por prudência, para que não sejam provocadas perturbações da disciplina desta faculdade<sup>71</sup>

Já começava, antes do golpe, a repressão e controle dos estudantes. Para conseguir o Salão Nobre, eles não poderiam falar de política.

A greve de setembro de 1963 foi a primeira de muitas manifestações contra a eleição de Eremildo. Rachel Teixeira relembra o episódio, narrando que

a grande crise de 63, que desencadeou o ódio dele contra nós, foi motivada por uma crise de sucessão. Mas eu nem me lembro de todos os detalhes. A Congregação tinha de enviar ao reitor uma lista tríplice, que era enviada pelo reitor ao Ministro da Educação, que nomeava o diretor. Era praxe que o primeiro da lista fosse o indicado. O Eremildo estava tão ansioso pela reeleição que meteu os pés pelas mãos, porque ele apresentou uma lista tríplice em que os dois outros nomes eram inviáveis, um por motivo de saúde (paciente terminal) e o outro porque já era diretor de outra faculdade. O medo do Eremildo de não se reeleger num governo de esquerda (João Goulart) era tanto que ele criou uma lista viciosa que não desse opção ao ministro. E talvez tivesse passado despercebida se não fosse o nosso movimento, um movimento que foi assim espetacular. Nós fomos ao Pedro Calmon, que era o reitor, e muito embora fosse muito vacilante, era um intelectual, era um educador. Então o Pedro Calmon não dava razão pra gente em nada, mas ouvia. Nós denunciávamos que a lista tríplice não era tríplice, porque só o Eremildo podia ser escolhido. Num governo de esquerda, nós conseguimos ter acesso ao próprio ministro da Educação, Júlio Sambaqui, fomos recebidos por ele no Palácio Gustavo Capanema conseguimos furar o bloqueio e denunciar o golpe do Eremildo. E o ministro da Educação recusou, devolveu a lista tríplice à Congregação. Foi uma derrota terrível pro Eremildo e uma grande vitória nossa. Começou a se articular uma outra lista, ninguém queria ser diretor da faculdade, com medo dele, até que nós conseguimos um diretor que era de da área de Educação, José de Faria Góes Sobrinho, que foi o diretor até o golpe. Mas com o golpe o Eremildo voltou com força total. O Faria Góes foi posto lá por nós, mas depois do golpe se juntou a ele, não era uma pessoa ideologicamente firme. Enfim, houve vários episódios assim horrorosos, foi uma época muito ruim na Faculdade e todo o ódio acumulado contra o que havíamos conseguido – um movimento estudantil tão forte que éramos recebidos por reitor e ministro – recaiu sobre nós na forma de ódio, revanchismo, punição.<sup>72</sup>

Armony (2002) conta que a ajuda de Pedro Calmon pode ter sido causada por uma revanche entre ele e Eremildo. Os dois haviam sido

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

candidatos ao cargo de Reitor da Universidade do Brasil e, mesmo sendo duramente atacado por Eremildo, Calmon acabou vencendo o pleito.

Como não foi possível o acesso ao livro de atas da Congregação<sup>73</sup> do ano de 1963, não houve como fazer o cruzamento entre os dados fornecidos pelo relato dos estudantes com a opinião dos representantes da Congregação.

Rachel Teixeira relata outro fato ocorrido em 1963, que seria mais um motivo para a expulsão. O Centro de Estudos Filosóficos tinha como responsável Flávio Silva, um dos expulsos. Segundo Rachel, Flávio não era sequer de esquerda, era uma pessoa voltada para a filosofia. O Centro organiza um ciclo de debates para o final de 1963. Flávio Silva e Yeda Salles organizavam juntos esse evento. Eremildo, quando viu a programação e os debatedores,

implicou com alguns nomes. Disse que era pregação marxista e proibiu a realização do ciclo de debates. E o diretório acadêmico, do qual eu fazia parte, não acatou a proibição e bancou o ciclo: “Nós vamos fazer nem que seja na marra”. E nessa época, em novembro de 1963, o Eremildo deu uma suspensão, apenas uma suspensão, a alguns alunos, inclusive eu. Então eu não pude fazer as provas finais, fiz tudo em época especial, em fevereiro, porque estava suspensa no período das provas finais. Em março veio o golpe e com ele a possibilidade de revanche do Eremildo: Em julho, ele soltou a segunda lista e expulsou os antigos suspensos. Todo mundo que está nessa segunda lista tinha sido punido com suspensão por causa da questão do Centro de Estudos Filosóficos.<sup>74</sup>

A fala de Rachel traz alguns pontos importantes para análise. Primeiramente, o peso que a entrevistada atribui ao ciclo de palestras. Rachel afirmou em sua entrevista que sempre fora boa aluna e que dava muito valor aos estudos. Isso pode explicar o fato de ela considerar o ciclo uma razão mais forte do que a derrota política de Eremildo, descrita anteriormente.

A FNFi mostraria seu destaque em relação a outras faculdades ainda em 1963. Com a saída de Enylton do diretório, que passou a ser presidido por Sérgio Campos, a FNFi decide lançar e apoiar a candidatura de Enylton à presidência da UME (União Metropolitana dos Estudantes). O PCB, que não costumava lançar candidatos no movimento estudantil, resolve apoiar o

---

<sup>73</sup> O arquivo se encontra em processo de organização e alguns documentos ainda não foram localizados ou catalogados.

<sup>74</sup> Idem.

estudante Osíris Lopes Filho, da Faculdade de Direito, que era declaradamente de direita e não queria muita aproximação com os comunistas. Osíris era um candidato forte e era certo que venceria. O PCB decide apoiá-lo como forma de tentar obter algum dividendo. Os estudantes da FNFi rechaçam as diretrizes do PCB e resolvem lançar a candidatura de Enylton. A apuração foi feita no Calabouço e Osíris vence, na proporção de dois votos para um. Na FNFi quem vence é Enylton. Armony (2002) afirma não se lembrar de detalhes da gestão de Osíris, mas que “seu programa era meramente assistencialista e despolitizado, como queria a direita.” (ARMONY, 2002, p. 138). Foi uma derrota para a FNFi, que acreditava que os estudantes das demais instituições de ensino estavam tão mobilizados quanto eles.

Para fechar o ano de 1963, outro episódio coloca a FNFi em evidência e fortalece ainda mais o movimento da direita contra ela. Sérgio Campos analisa que

nosso enfrentamento mais difícil estava por vir. É importante que seja dito que nesta época a FNFi ocupava um papel de destaque no movimento estudantil que repercutia além da universidade, tornando-a um alvo valioso para a direita tentar uma vitória. E, não tardou a surgir a oportunidade que ela buscava.<sup>75</sup>

A formatura de todos os cursos era realizada ao término do ano letivo no Teatro Municipal. E assim aconteceu no término de 1963, com Celso Cunha como paraninfo e Anísio Teixeira como patrono. Porém,

os alunos de Jornalismo, curso fortemente influenciado pela direita, resolve fazer sua cerimônia no salão nobre da Faculdade escolhendo para patrono Prof. Sobral Pinto, notório jurista, e, para paraninfo, o governador Carlos Lacerda. Faria Góes e o reitor Pedro Calmon concordam com a solenidade e recusam todos os nossos argumentos. Para nós, seria uma grande derrota política permitir que Lacerda, o grande líder nacional da direita pisasse na FNFi. No dia da formatura, ainda pela manhã, a frente de esquerda convoca seus militantes e invade a Faculdade. No meio da tarde, a confusão defronte a Faculdade era grande. Chegaram Sobral Pinto e Lacerda. Ficaram furiosos. A imprensa começa a noticiar o acontecimento. Lacerda quer uma escada Magirus dos bombeiros para forçar a entrada. Na época, o Ministro da Educação que substituíra o Prof. Paulo de Tarso era o Dr. Júlio Sambaqui, organizador do PNA – Plano Nacional de Alfabetização (grande número de alunos da FNFi

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em março de 2010, no Rio de Janeiro.

participava como alfabetizadores) que, como membro do governo Goulart, identificou-se com a nossa intenção de impedir a entrada de Lacerda, afinal o maior opositor do governo federal. Disse-me ele, então, que, pertencendo aquela área à Universidade do Brasil – UB (atual UFRJ), eles não poderiam entrar, tendo a evidente intenção de realizar tal ato político. Em seguida, convoca o Exército para liberar o prédio, devolvendo-o à administração da Universidade. Nossa ação foi considerada a manifestação contrária ao Lacerda mais importante daquele ano de 63. Para nós, mais uma vitória de Pirro...<sup>76</sup>

Naquela época não havia distinção na colação de grau, todos os estudantes, de todos os cursos, colavam grau juntos, procurando definir paraninfos comuns ou alternando a escolha que agradasse os diferentes cursos a cada ano.

O início de 1964 é marcado pela mobilização política. E a FNFi estava engajada em vários movimentos. O diretório, por influência do PCB, estava cada vez mais alinhado com o governo e muitos estudantes participavam do Programa de Alfabetização de Adultos, que fazia parte do PNA (Programa Nacional de Alfabetização)<sup>77</sup>, baseado no método de Paulo Freire.

Em 2 de janeiro de 1964, há uma sessão do Consuni que discute os últimos acontecimentos da FNFi e aprova a proposta do Professor Clementino Fraga Filho, que determinava

O Conselho Universitário, em face dos acontecimentos ocorridos na F. N. Filosofia, na tarde de 30 de dezembro p.p., resolve:

1- protestar contra a violação da autonomia universitária, atingida reiterada e gravemente nos recentes episódios, manifestando o propósito da defesa enérgica e intransigente desse princípio fundamental;

2- reiterar sua confiança na ação do Magnífico Reitor que, tendo agido na conjuntura com a prudência e a moderação que as circunstâncias lhe impunham e que o Conselho aprova, sabe e saberá sempre inspirar-se, acima de tudo, na preservação da dignidade e da autonomia da Instituição;

---

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Paulo Freire começa a desenvolver seu método de alfabetização de adultos em 1962, quando começa a dirigir o Serviço de Extensão Cultural (SEC) na Universidade do Recife. De acordo com Coimbra (2000), os pressupostos do método de Paulo Freire eram baseados nas categorias “sociológica e antropológica de comunicação”. O homem é, portanto, visto como um ser que se relaciona com a natureza através de seu trabalho, produzindo cultura. Além disso, é um ser que interage e se comunica com outros. Assim, o método é baseado no trabalho e dia-a-dia do trabalhador. A alfabetização é feita utilizando-se palavras do vocabulário do trabalhador e o professor assume o papel de um debatedor que se utiliza das palavras selecionadas e de situações vividas no dia-a-dia para alfabetizar.

3- manter-se em sessão permanente até a devolução às autoridades universitárias do prédio da F. N. Filosofia.<sup>78</sup>

Na sessão do dia 10 de janeiro, é aprovada a proposta do Professor Luiz Castro Faria e outros, através da qual o Conselho Universitário decide

1- Fechar a F. N. Filosofia até que se restabeleça em sua plenitude o clima de tranqüilidade e de respeito necessários ao seu funcionamento normal;

2- Reafirmar a sua decisão inabalável de resistir a todas as tentativas e processos de envolvimento da UB em disputas político-partidárias e conflitos ideológicos.<sup>79</sup>

Na sessão do dia 16 de janeiro, o presidente do DCE, o estudante Tomáz Leite Ribeiro, propõe a reabertura da FNFi, uma vez que a prevenção e o apaziguamento desejados pelo Conselho já haviam sido alcançados.

Os alunos da FNFi convidam os marinheiros e fuzileiros navais para assistirem ao filme Encouraçado Potemkim, que narra a história de um levante de marinheiros do navio Potemkim que se recusaram a comer a carne estragada que lhes era servida. A iniciativa faz sucesso e a sala onde o filme foi passado fica lotada de marinheiros.

A Faculdade é reaberta, mas as atividades acadêmicas só são reiniciadas em março, dias antes do golpe. Quando a Faculdade é aberta e os estudantes podem ter acesso a ela, o diretório observa que o governo aproveitou-se do fechamento para fazer uma varredura. Escaninhos foram encontrados abertos, faltavam vários materiais de cunho político da sala do diretório. Sérgio Campos lembra que

A reativação da Faculdade demorou muito tempo. O Diretório percebia movimentos estranhos no seu interior. A verdade é que o Serviço Secreto do Exército fazia seu trabalho de varredura de tudo que era do seu interesse para incriminar os alunos. Todo este material foi parar nos IPM's da Filosofia realizados depois do golpe de 64. Assim, aconteceu meu aprendizado político, tanto prático, como teórico. Foram momentos de muita decisão, vivendo um sofrimento pessoal forte pela minha inexperiência, mas que me tornaram um militante. Durante meu mandato de presidente do

---

<sup>78</sup> Ata do Conselho Universitário de 2 de janeiro de 1964.

<sup>79</sup> Ata do Conselho Universitário de 10 de janeiro de 1964.

Diretório, entrei para o Partido Comunista e iniciei outra etapa de minha formação política.<sup>80</sup>

No dia 18 de fevereiro, acontece a primeira reunião do Conselho Departamental da FNFi. Nessa ocasião “o Senhor Diretor agradeceu a colaboração dos colegas na fase acidentada por que passou a Faculdade, frisando que o seu conceito não foi abalado, continuando como a de maior relevo dentro do ensino superior”<sup>81</sup>. Nas sessões dos dias 18 e 25 de fevereiro são debatidas questões reivindicadas pelos estudantes, como a matrícula automática e a preferência dos repetentes às vagas. Em 13 de março, os estudantes participam ativamente do grande ato na Central do Brasil. E no dia 26 escrevem uma moção de apoio aos marinheiros rebelados.

Em meados de março a FNFi vai, aos poucos, se recuperando do episódio da colação do curso de Jornalismo. No dia 21 de março é proferida a aula inaugural, e as atividades acadêmicas iriam recomeçar em abril. Os quinze alunos expulsos preparavam-se para, com o início das aulas, fazer as provas finais do ano anterior. Só que o governo já se desgastava e a direita já começava a se preparar para tirar de cena os que se opunham a ela. Armony (2002) fala que o golpe, no final de março, já dava seus primeiros passos. O então estudante falta a uma reunião do “Grupo dos 11” no dia 30 de março porque “o ambiente na cidade já era muito tenso, dizia-se que nós estávamos sendo vigiados. A polícia de Lacerda começou a prender gente.” (ARMONY, 2002, p.76).

Segundo Armony (2002), a noite do dia 31 de março foi uma noite de vigília dos estudantes dentro da FNFi e da UNE. Os estudantes se reuniram e mantiveram-se em “assembléia permanente”, que nada mais é do que a ocupação da FNFi. Já havia sinais claros do enfraquecimento de João Goulart e da mobilização de seus opositores, mas nem os estudantes nem a própria esquerda faziam idéia do que de fato aconteceria no país.

Nessa mesma noite, os estudantes sofrem um atentado na FNFi, assim como na UNE. O clima na cidade fica cada vez mais tenso. Até que, na manhã do dia 1º de abril, os estudantes tomam conhecimento, através do rádio, da

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>81</sup> Ata do Conselho Departamental de 18 de fevereiro de 1964.



chegada das tropas ao Rio de Janeiro, que marcava, assim, o início do Golpe civil-militar. Sérgio Campos descreveu esses momentos iniciais do golpe

Na noite de trinta e um de março, sofremos um atentado, com terroristas atirando de metralhadora no prédio da FNFi. Eu tinha ido à sede da UNE, na Praia do Flamengo. Provavelmente, as mesmas pessoas que tinham atirado na FNFi metralharam, em seguida, a UNE. Tive sorte. Abaixei-me atrás da roda do nosso carro e a bala passou de raspão na minha perna. Um ator da TV Globo (parece-me que ele trabalhava no CPC – Centro Popular de Cultura da UNE) foi baleado no peito nesse atentado e fomos, os dois, para o Souza Aguiar.<sup>82</sup>

### Continuando seu relato, já no dia primeiro de abril

Quando amanheceu, retornei para a FNFi. Pedimos, então, proteção à Aeronáutica; o Comandante da Zona Aérea, Brigadeiro Teixeira, identificado com o governo Jango, colocou uma guarnição na FNFi. À tarde, percebemos que se tornara perigoso permanecer lá, pois havia sido decretada greve geral no país e o centro da cidade estava vazio. Decidimos ir consultar o Brig. Teixeira e o Almirante Aragão (Comandante dos Fuzileiros Navais) para saber o que fazer. O Brig. Teixeira nos aconselhou a sair da FNFi e ir para a FND – Faculdade Nacional de Direito. Lá estaríamos mais próximos do Ministério do Exército, ficando assim mais protegidos. O Almirante Aragão nos disse que se desejávamos participar da resistência, fôssemos às cinco horas para o Obelisco da Av. Rio Branco que ele, a esta hora, iria ocupar a região. Já de volta à FNFi, consideramos mais acertada a proposição do Brig. Teixeira e mais adequada a nossa avaliação política do golpe que estava acontecendo, ou seja, tratava-se da derrubada do governo de Jango pela direita; as forças de esquerda ficaram esperando uma resistência de setores militares, nacionalistas e democráticos, que nunca haviam se organizado para tanto. Era a derrocada. Deslocamos os alunos da FNFi para a FND em grupos de cinco. Quando cheguei de carro com alguns membros do Comitê Universitário do Partido Comunista, a FND estava bloqueada. Grupos terroristas atiravam contra o prédio onde ainda estavam os alunos de diversas faculdades, inclusive os da FNFi. O Capitão dos "Dragões da Independência", Ivan Cavalcanti Proença, posteriormente expulso, preso e perseguido durante todo o período ditatorial brasileiro, identificado com o governo Jango, ainda exercia o comando da região. Ele procurou os alunos e disse que garantiria sua segurança nos próximos quinze minutos; se não saíssem de lá nesse tempo, ele não sabia o que poderia acontecer. Assim, a FND foi evacuada e os estudantes salvos do ódio da direita lacerdista. Fomos, então, para o Flamengo e encontramos a sede da UNE pegando fogo. Os golpistas tinham invadido o Palácio da Guanabara. O Comandante Aragão foi preso e o Obelisco nunca foi ocupado. Chegamos a ver seus

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em março de 2010, no Rio de Janeiro.

caminhões circularem pela praia do Flamengo, certamente já sob outro comando. Foi o término de mais uma etapa das lutas da FNFi.<sup>83</sup>

Armony (2002) também narra em seu livro os momentos iniciais do golpe. O autor conta que havia dezenas de estudantes da Faculdade de Direito e da Filosofia entrincheirados no CACO no dia 1º de abril, mas ele não estava lá. Havia assistido a assembléia geral no dia 31 de março, onde houve uma votação contra o golpe e foi para casa. Na manhã do dia primeiro as manchetes anunciam a descida das tropas do general Amauri Krueel, do Segundo Exército (SP) em direção ao Rio de Janeiro, juntando-se aos generais Mourão Filho e Guedes, que partiram de Juiz de Fora.

Por volta do meio-dia, Armony (2002) é chamado por Maria Helena Poppe de Figueiredo, colega do autor no curso de Física, que se encontrava entrincheirada com vários estudantes na FNFi. Armony fora chamado porque foram prometidas algumas armas, por temer-se um ataque dos grupos de direita MAC (Movimento Anticomunista) e CCC (Comando de Caça aos Comunistas) ou da própria polícia, e ele e Wilson (do Nascimento Barbosa, um dos expulsos), segundo Maria Helena, eram os únicos que sabiam mexer em armas. Chegando à FNFi, ele encontra Elias Mansour (um dos expulsos, secretário político da base do PCB na Faculdade), que o avisa que os estudantes foram para o CACO.

Proença (2004), um jovem militar, fazia parte do grupo dos legalistas contrários ao golpe narra que fora chamado por dois sargentos que diziam ter um comunicado urgente para fazer. Eles relatam que no Largo do CACO havia grupamentos armados e com viaturas cercando os estudantes e alguns transeuntes que assistiam a uma espécie de comício que os estudantes faziam da sacada do prédio da Faculdade Nacional de Direito. Com a ação dos grupos repressores, os estudantes refugiaram-se no prédio e o povo fugia pelo Campo de Santana, que fica em frente ao CACO. Cercados por esses grupamentos armados, os estudantes não tinham como fugir. Ao chegar ao Largo, Proença se depara com pessoas feridas e vidros quebrados, através dos quais os repressores haviam jogado bombas de gás lacrimogêneo. Advertidos pelo regimento do Exército, sob o comando de Proença, de que deviam se retirar do

---

<sup>83</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em março de 2010, no Rio de Janeiro.

local, pouco a pouco esses grupos vão se dispersando. O autor conta que soube na época que eles se refugiaram no pátio do Hospital Sousa Aguiar. Ivan entra no prédio, pedindo aos estudantes que abrissem todas as portas e janelas para que o gás se dissipasse e é aplaudido pelos estudantes. O autor relata ter cortado a euforia, comunicando que o golpe estava consumado e que ele garantiria a retirada de todos do prédio, de dez em dez, escoltados por seus subordinados por vinte ou trinta metros, de forma que os estudantes não sofressem outro ataque dos repressores. Todos os estudantes foram retirados ilesos. O autor cita alguns dos estudantes que estavam no prédio e, entre eles, estava Victoria Grabois, uma das expulsas, e Cecília Coimbra. Assim, imediatamente após o golpe os estudantes já começariam a sofrer suas conseqüências.

#### *4.2. O golpe e a FNFi*

No dia 2 de abril de 1964, dia seguinte ao do golpe, há uma sessão do Consuni, na qual seus membros fizeram uma exposição sobre os acontecimentos do dia anterior.

O representante dos alunos lembrou e lamentou o incêndio na UNE. O professor Moniz de Aragão pediu um minuto de silêncio “em memória de qualquer brasileiro”<sup>84</sup>. O reitor da UB determinou feriado escolar até o dia 6 de abril, para que a situação se acalmasse.

No dia 6 de abril de 1964, em sessão do Consuni, o reitor fala das faltas graves ocorridas em unidades da UB, especialmente na FNFi, na Escola Nacional de Direito e na Escola Nacional de Engenharia. O reitor afirma que “acontecimentos graves ocorreram no âmbito da Universidade no dia em que eclodiu o movimento para repor a paz, a ordem e a tranqüilidade no seio da família brasileira”<sup>85</sup>.

Para o reitor, era necessário “um rigoroso exame das autoridades responsáveis para a punição”<sup>86</sup> dos perturbadores. Faria Góes, diretor da

---

<sup>84</sup> Ata do Conselho Universitário de 2 de abril de 1964.

<sup>85</sup> Ata do Conselho Universitário de 6 de abril de 1964.

<sup>86</sup> Idem.

FNFi, lembrou das comemorações pelo 25º aniversário da instituição e também relatou, junto com Hélio Gomes, diretor da Faculdade Nacional de Direito, os acontecimentos passados nas unidades universitárias. Moniz de Aragão propõe a dissolução da Diretoria Acadêmica da FNFi, da Faculdade Nacional de Direito e da Escola Nacional de Engenharia. Após ampla discussão, a proposta vai para votação e é aprovada<sup>87</sup>.

No dia 7 de abril há uma reunião do Conselho Departamental da FNFi. O diretor afirma que, embora o reitor houvesse recomendado que a Faculdade continuasse fechada, ela ficaria com as portas abertas, mas com suas atividades estudantis paralisadas. Informou também que o Diretório estava dissolvido e que a participação dos estudantes na Congregação seria definida pelo Conselho Universitário. Declara ter sofrido uma violenta campanha contra sua pessoa após a retirada de cartazes de cunho político pertencentes ao DA da Faculdade e que deixaria a direção se não conseguisse evitar a indisciplina dos estudantes. O professor José Carlos Lisboa propõe que seja exigido dos estudantes uma prova de participação na eleição da comissão executiva do DA, declarando que se trata de uma medida capaz de tornar os DAs depositários, realmente, do pensamento do corpo discente. A proposta está anexada à ata e afirma que o DA que se transforma em um organismo político-partidário se torna ilegítimo<sup>88</sup>. Vale ressaltar que o Diretório fora considerado “fora da lei” pelo governo e, por isso, fechado.

Depois de um longo tempo fechada, a FNFi reabre no dia 16 de abril<sup>89</sup>.

Na sessão do dia 16 de abril do Consuni, após falarem sobre a situação nacional, o reitor sugere que se aprove uma moção para congratular o chefe de governo “pelo início de árdua tarefa de recuperação nacional”<sup>90</sup> e a decisão da Universidade de prosseguir a reforma universitária. Conforme registrado na ata, “esgotada a pauta, o Sr. Reitor declara que havia sobre a mesa um pedido de urgência para o processo da F. N. Filosofia relativo à penalidades disciplinares contra 9 alunos”<sup>91</sup>. A urgência foi aprovada.

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Ata do Conselho Departamental de 7 de abril de 1964.

<sup>89</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 15/04/1964.

<sup>90</sup> Ata do Conselho Universitário de 16 de abril de 1964.

<sup>91</sup> Idem.

Na sessão seguinte, realizada no dia 23 de abril, nove alunos seriam expulsos da FNFi.

#### 4.3. Os “dezenove” da Filosofia

Em 23 de abril, foram expulsos nove alunos. Num segundo momento, em 2 de julho do mesmo ano, foram expulsos os outros dez.

O envolvimento, participação e questionamentos dos estudantes sobre a situação nacional e movimentos sociais foram as causas da expulsão. Sem contar com os episódios específicos da FNFi, já descritos. Tudo isso, somado aos ânimos acirrados, provocaram a expulsão desses dezenove jovens. Sérgio Campos acredita que a FNFi foi a “única faculdade que sofre isto de forma irrevogável; ou seja, a ditadura chega a expulsar alunos de outras faculdades através de atos que em pouco tempo são anulados”<sup>92</sup>.

O grupo era formado, basicamente, por alunos que, direta ou indiretamente, estavam ligados a atividades políticas. O primeiro grupo era formado por estudantes que tinham uma participação política mais destacada. Rachel Teixeira nomeia esse grupo como o grupo dos “queimados”<sup>93</sup>. A primeira lista era composta pelos seguintes nomes:

- 1- Carlos Mauricio Giesbrecht Ferreira Chaves
- 2- Elias Mansour Simão Filho
- 3- Enylton de Sá Rego
- 4- Fernando Bunchaft
- 5- João Guilherme Vargas Netto
- 6- Manoel José Rocha e Silva
- 7- Paulo César Dantas Esteves
- 8- Silvio Clemente da Motta
- 9- Sérgio Emmanuel Dias Campos

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>93</sup> Gíria utilizada na época para designar pessoas que seriam obviamente atingidas por perseguições por sua forte participação política.

O segundo grupo é formado, segundo as entrevistas, por pessoas que incomodaram o diretor da FNFi até 1963, Eremildo Vianna. Os entrevistados consideram um importante elemento para a expulsão, como uma espécie de vingança de Eremildo, fatos que vimos anteriormente, como a denúncia na fraude de sua candidatura a diretor, a greve e o impedimento da colação da turma de Jornalismo. A segunda lista de expulsos é composta pelos seguintes nomes:

- 1- Adir Moysés Luiz
- 2- Amaury Cano
- 3- Elio Gaspari
- 4- Flavio Vieira da Cunha e Silva
- 5- Rachel Teixeira
- 6- Regina do Prado
- 7- Sergio Salomé da Silva
- 8- Victoria Grabois
- 9- Wilson Barbosa
- 10- Yeda Salles

Embora Eremildo seja considerado o grande vilão das expulsões, o diretor que aprovou a expulsão, pelo menos a primeira lista, foi Faria Góes. Segundo a leitura das atas da Congregação da FNFi, Eremildo só volta a dirigir a Faculdade em junho de 1964.

A expulsão, logo nos primeiros dias do golpe, serviu como um evidente aviso aos estudantes do que lhes poderia acontecer caso mantivessem idéias “subversivas” e “comunistas”. Proença (2004) destaca a importância dessas punições como prenúncio do Decreto 477 de 1969, que engessou totalmente o movimento estudantil. Pela fala de Rachel Teixeira podemos concluir que até mesmo para os “dezenove” serviu como um exemplo e um freio. Rachel conta que, se não tivesse sofrido a expulsão em 1964

e mais adiante tivesse me metido em política, certamente eu teria morrido quando a ditadura se tornou mais dura. Porque eu sempre tive esse temperamento muito de me jogar de cabeça nas coisas e certamente eu teria morrido, como muitos amigos meus morreram em 68, 69, 70, 71. Mas eu me meti em política prematuramente.

Então, quando veio o golpe de 64 e eu fui expulsa da faculdade, todas as minhas atividades políticas a partir daí ficaram muito freadas, porque eu já tinha esse estigma na minha vida, eu tinha uma expulsão.<sup>94</sup>

Após o golpe, o presidente do diretório, Sérgio Campos, entra para a clandestinidade, mas o Diretório, mesmo fechado, ainda era mantido pelos alunos que não haviam sido expulsos. Porém, eles percebem que é impossível manter o Diretório com tantas restrições e resolvem denunciar. Sérgio e Fernando Bunchaft vão ao Correio da Manhã e entregam uma carta ao jornalista Carlos Heitor Cony, então considerado um dos principais porta-vozes da resistência ao golpe. Sérgio afirma, em sua entrevista, que essa visita dele e de Fernando ao jornal foi registrada pela repressão e que, algum tempo depois, esse registro foi encontrado em documentos dos órgãos de segurança.

Assim, no dia 16 de abril, o Consuni já aponta para a punição dos nove alunos. No dia 18 de abril, um sábado, o Correio da Manhã publica uma matéria sobre a possibilidade da expulsão de nove alunos. O jornal informa que

Foi baixado em diligências pelo Consuni da UB o processo relativo à expulsão de alunos da FNFi, apresentado anteontem, àquele Conselho, pelo prof. Faria Góis, diretor da Faculdade.

O processo enviado ao Consuni da UB foi elaborado pela Congregação da FNFi e sua principal acusação aos alunos foi determinada pelo “comportamento subversivo” dos mesmos, nos últimos acontecimentos políticos, com problemas de indisciplina e subversão<sup>95</sup>

O jornal fornece uma lista com o nome de dez alunos, os nove que foram de fato expulsos, citados anteriormente, e o de Rachel Teixeira, que acaba sendo expulsa de fato apenas na segunda lista<sup>96</sup>.

Rachel fica sem ir à faculdade o primeiro semestre inteiro por causa dos grupos de direita que ameaçavam os estudantes. Os mesmos que foram citados por Sérgio Campos, Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o GRD (Grupo de Resistência Democrática), grupos de extrema direita. Ela relata que eles “Ligavam pra minha casa, fazendo ameaças, se eu fosse a faculdade ia acontecer isso e aquilo, por isso eu fiquei um período até fora da casa dos

---

<sup>94</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>95</sup> Estuda o Conselho expulsão de alunos. Correio da Manhã – 1º Caderno – 18/04/1964 – p.5.

<sup>96</sup> Idem.

meus pais, porque eles ficaram com muito medo de que me acontecesse alguma coisa”<sup>97</sup>.

No dia 18 de abril de 1964, o jornal O Globo também publica uma nota informando que o Consuni da UB enviou ofício ao Ministério da Educação solicitando os autos do inquérito sobre atividades subversivas na FNFi para que sua Comissão de Legislação opine sobre a expulsão de nove alunos nele apontados como maiores agitadores. A nota cita apenas o nome de Sérgio Campos e também afirma que o Conselho decidiu que o momento não é oportuno para as eleições nos DAs<sup>98</sup>.

Na sessão do Consuni realizada no dia 23 de abril de 1964, o representante do DCE abre discussão sobre o aumento do preço dos restaurantes universitários, afirmando o reitor ser necessário o aumento<sup>99</sup>. Assim,

Esgotada a “hora do expediente”, o Sr. Reitor anunciou a “ordem do dia” número um da pauta – Processo 7.738/64 – F. N. de Filosofia – expulsão de alunos – O professor José L. Lopes apresentou o parecer da Comissão de Regimento, constante do processo de teor seguinte: “a Comissão de Regimento abaixo assinada designada pelo contendo Conselho Universitário para dar parecer sobre o processo n° 7738/64 – originário da Faculdade Nacional de Filosofia relativo à penalidade imposta a alunos daquela Faculdade incurada em graves faltas, devidamente apuradas pelo inquérito instaurado pela ilustre Congregação e considerada a ampla defesa apresentada (...) é de parecer que o Conselho Universitário, de acordo com a letra K, do art. 16 do Decreto-lei n° 8393 que rege a Universidade: a) homologue a decisão da Congregação da F. N. Filosofia e determine a expulsão dos alunos Paulo Cesar Dantas Esteves, Manoel José Rocha e Silva, Silvio Clemente da Mota, Sergio Emmanuel Dias Campos, Fernando Bunchaft, Elias Mansour Simão Filho, Carlos Mauricio Gierbrecht Ferreira Chaves, João Guilherme Vargas Netto e, Enylton de Sá Rego; b) aguarde a conclusão do inquérito aberto por este colendo Conselho, para apuração da responsabilidade coletiva do Diretório Acadêmico e as individuais de integrantes de seus órgãos de acordo com a decisão da mesma Congregação; c) sugere encaminhar à aludida Comissão de Inquérito do Conselho Universitário da presente antes do processo para devida documentação e futura apreciação.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>98</sup> O Globo – 1º Caderno – 18/04/1964 – p.2.

<sup>99</sup> Ata do Conselho Universitário de 23 de abril de 1964.

<sup>100</sup> Idem.



Vale ressaltar que os trechos acima foram transcritos da ata integralmente. As palavras que estão sublinhadas assim aparecem na mesma. Para chamar a atenção para a importância do assunto, ao lado desses trechos foram colocados dois traços verticais nas margens da página. Não foi permitido fotocopiar as páginas das atas.

Após a leitura do parecer, assinado pelo professor José L. Lopes, o reitor põe a matéria em discussão. O presidente do DCE, Tomás Leite Ribeiro, ressaltava que achava precipitado o Conselho decidir sobre um assunto de tamanha importância para nove alunos sem ter tido conhecimento da defesa elaborada pelo advogado Fernando Rizzo. A colocação do estudante é contestada pelo professor José L. Lopes, que declara que pelo menos seis conselheiros leram a defesa. O número é considerado baixo pelo presidente do DCE, uma vez que o Conselho era formado por quarenta membros<sup>101</sup>.

O reitor afirma que os expulsos poderiam se matricular em outras universidades, só não podiam voltar para a UB<sup>102</sup>. Essa versão é contestável, já que em todas as entrevistas, bem como em notícias de jornal, a versão é que os expulsos não poderiam frequentar nenhuma outra universidade.

Latorre de Farias lembrou que três rapazes já estavam formados, só faltava colar grau. Hélio Gomes diz que, se estavam formados, não podiam ser expulsos<sup>103</sup>. Esse fato foi lembrado na entrevista com o professor Adir Moysés, que era um desses três rapazes. Os outros dois eram Carlos Maurício e Fernando Bunchaft. A expulsão, para eles, significou não receber o diploma. No caso de Adir, ele acabou sendo expulso do curso de licenciatura, que havia iniciado em 1964, como continuidade do bacharelado, terminado em 1963.

A discussão sobre o assunto é grande. Ao final, o parecer da Comissão é aprovado e os alunos expulsos<sup>104</sup>. No dia 24 de abril a aprovação do processo de expulsão é publicada no Boletim UB n° 17 e no dia 8 de maio é publicado o Boletim UB n° 19, com a lista dos alunos expulsos. Infelizmente, como explicado na introdução, não foi possível tirar cópia desses boletins para anexar ao trabalho.

---

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

Expulso na primeira lista, um dos entrevistados afirmou que a expulsão não foi uma surpresa, pois já haviam suspenso quinze alunos (grupo no qual ele também estava) e que foi cogitada, como vimos, a possibilidade de esses quinze serem expulsos ainda em 1963. A expulsão dos quinze acabou não acontecendo, devido a diversas manifestações dos alunos e a falta de clima político na época. Mas é claro que eles haviam ficado marcados e que qualquer “deslize” deles resultaria em punição mais severa.

No dia 25 de abril de 1964, o Correio da Manhã noticia que o reitor da UB foi a Brasília tratar sobre os problemas das verbas. E afirmou que “quanto ao problema dos expulsos (...), informou caber a eles próprios solucionar o impasse recorrendo ao Conselho Universitário ou a outro órgão de grau superior”<sup>105</sup>. Nenhum dos entrevistados comentou sobre essa possibilidade.

No mesmo dia, a expulsão é noticiada no jornal O Globo, que era grande apoiador do golpe. A matéria não cita os nomes dos alunos e afirma que eles não eram estudantes, mas sim “agentes pagos de uma campanha subversiva montada com os recursos das empresas estatais e do próprio orçamento da República”<sup>106</sup>. Ou seja, ataca, de uma vez só, os estudantes, as estatais e o governo Jango. Refere-se aos estudantes como “elementos”<sup>107</sup>. Continua a matéria

Ninguém lamenta a sorte dos nove expulsos da FNFi. Felicite-se o povo inteiro, porque afinal voltará a normalidade àquela escola, tão prejudicada nos últimos tempos pelas greves e atos de indisciplina. Lembrem-se todos de que agora as centenas de moços e moças que não podiam freqüentar suas aulas porque os agitadores não deixavam, a elas voltaram em paz, preparando-se para ensinar às gerações que virão em seguida.<sup>108</sup>

A expulsão, no discurso dos golpistas, era um exemplo para todos os estudantes do país. Um exemplo do que o novo governo, o novo regime, poderia fazer com aqueles que o incomodasse.

A segunda lista de expulsos é publicada no Boletim UB nº 27, de 3 de julho de 1964, referindo-se a sessão do dia 2 de julho. Cabe informar que a ata

---

<sup>105</sup> Reitor foi buscar verbas em Brasília. Correio da Manhã – 1º Caderno – 25/04/1964 – 1ª página.

<sup>106</sup> Libertadas as Universidades. O Globo – 1º Caderno – 25/04/1964 – 1ª página.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

do Consuni do dia 2 de julho não foi registrada no livro de atas. Segundo informado pelo atual secretário, era muito comum a realização das “sessões secretas”. As sessões não eram registradas em ata e só eram publicadas as suas decisões nos Boletins das Universidades. É bem provável que seja o caso da segunda lista.

Pedro Calmon já não era mais reitor da UB quando é publicada a segunda lista. Na reunião do Consuni do dia 29 de maio de 1964, ele passa o cargo para seu vice, Deolindo Couto. Calmon informou que se via impedido de continuar na reitoria pelo fato de estar respondendo ao IPM da FNFi.<sup>109</sup>

No relatório da Comissão as agitações na FNFi são divididas em dois períodos: de 1957 a 1961 e a partir de 1962, considerado como marco dessa nova fase de agitação. Nessa mesma sessão aprova-se a criação da Comissão Corregedora, por trinta dias, podendo ser prorrogados, para a regularização das condições funcionais.<sup>110</sup> A Comissão é criada de fato na sessão do dia 4 de julho, e era composta por três membros do Conselho, sendo eles: Abelardo Britto, Leite Lopes e Cruz Lima. A Comissão é designada para que sejam tomadas as providências necessárias para sanar as irregularidades funcionais na FNFi, indicadas pela Comissão de Inquérito do Consuni. Essa Comissão suspende as funções da Congregação da FNFi, passando ela mesma a gerir a Faculdade.<sup>111</sup>

Dois dias antes, dia 2 de junho de 1964, a Congregação da FNFi<sup>112</sup> se reunia sob a presidência do Decano, professor Jorge Kingston. O Decano informa que está presidindo a sessão porque o Diretor, professor José de Faria Góes Sobrinho, renunciou ao cargo e o seu vice, professor Athos da Silveira Ramos, não se encontrava presente. O professor também comunica que a ata da última reunião não poderia ser lida por ter sido requisitada, assim como as outras de 1964 e 1963, pela Comissão de Inquérito constituída pelo Conselho Universitário e presidida pelo Professor Paulo de Góes. A Comissão fez acusações, em seu relatório, ao ex-diretor Eremildo Vianna e a Congregação e “nem ao menos, aplicou penalidades aos estudantes comprovadamente

---

<sup>109</sup> Ata do Conselho Universitário de 29 de maio de 1964.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ata do Conselho Universitário de 4 de julho de 1964.

<sup>112</sup> É importante explicar que as atas do ano de 1963 não foram localizadas e que o livro do ano de 1964 tem como primeira ata a do dia 4 de maio e, depois, pula para a do dia 2 de junho.

subversivos e desordeiros”. Como forma de protesto ao relatório, Faria Góes resolve renunciar. Após discussão, é entendido que Eremildo deve ser o novo diretor, como forma de solidariedade às acusações sofridas por ele. Eremildo é eleito com dezessete votos, um a mais do que o outro candidato, professor Werner Gustav Kraudilat. A Congregação recebe um ofício do reitor suspendendo a sessão. O ofício é lido, mas não é seguido, uma vez que a Congregação foi iniciada às 16h e o ofício só foi recebido às 17h.<sup>113</sup> Assim, Eremildo voltava com plenos poderes e apoio a dirigir a FNFi. Porém, com a intervenção sofrida pela Comissão aprovada no Consuni do dia 4, Eremildo perde sua força, bem como os componentes da Congregação da Faculdade.

No dia 4 de julho, o jornal Correio da Manhã publica um editorial sobre a segunda expulsão da FNFi,

#### Expulsão

Da FNFi foram expulsos mais dez alunos incapacitados de se matricularem em outras faculdades, estigmatizados para sempre, têm eles a existência arruinada antes mesmo de entrar na vida. É uma pena como nem o mais draconiano Código Penal conhece uma outra. É uma barbaridade (...) Pois o dono absoluto da FNFi e mentor dos seus destinos futuros é o secreto IPM, que lá se instalou, apesar de ser o diretor também militar, major-brigadeiro-médico. A FNFi é uma das mais importantes do país. Dependem dela os critérios e as normas para a formação dos professores secundários, isto é, dos responsáveis pelo material humano das Universidades nos próximos decênios, e, além disso, a formação de grande parte dos futuros matemáticos, físicos, químicos e geólogos. Criada em 1919, como simples escola normal, a FNFi cresceu muito. É hoje uma Universidade dentro da Universidade. Só dispõe de um edifício pequeno e inadequado, não possui institutos de pesquisas, assim como os possui a Universidade de Brasília, já destruída por outros interventores. Tudo concorreu para criar nela um estado de extremo nervosismo e revolta, inclusive as tentativas do senhor Carlos Lacerda de usá-la como instrumento político. E o desfecho? E a solução dessa crise de crescimento e dos problemas do ensino superior? Expulsão de alunos e intimidação dos professores. O que se perpetra na FNFi é uma ofensiva contra a cultura brasileira e um ataque ao desenvolvimento material e intelectual da nação.<sup>114</sup>

Entre os expulsos da segunda lista, alguns afirmaram esperar pela represália, outros achavam que, com a primeira expulsão, os ânimos podiam ter se acalmado. Rachel Teixeira, por exemplo, ficou fora da casa dos pais e

---

<sup>113</sup> Ata da Congregação da FNFi de 2 de junho de 1964.

<sup>114</sup> Expulsão. Correio da manhã – 1º caderno – 4/07/1964 – p.6)

sem freqüentar a faculdade no primeiro semestre, mas afirmou estar esperando para voltar às aulas no segundo

Por causa desse clima de apreensão na minha casa, eu passei três meses depois do golpe, que foi em abril, até o meu aniversário, em junho, fora de casa, escondida e longe de qualquer contato com pessoas da faculdade, porque o pavor da minha mãe era que eu encontrasse pessoas da faculdade, houvesse uma denúncia e alguma coisa me acontecesse, sei lá. Eu fiquei fora de casa, sem contato com ninguém, e aí quando eu voltei para casa, em junho, comecei a me preparar para o 2º semestre. Comecei a fazer contato com os colegas. Os colegas me levavam as matérias, eu estava muito animada para voltar ao curso, porque nesses três meses de reclusão eu estudei muito. Eu sempre digo que metade de tudo que eu sei eu aprendi nesse ano de 64, porque eu não tinha nada que fazer então eu estudava o dia inteiro. E eu estava muito animada para voltar à faculdade quando, no dia 2 de julho, saiu o decreto da expulsão.<sup>115</sup>

Outro entrevistado também se disse surpreso. Pelo que se lembrava, soube da expulsão ao chegar à Faculdade. Informado por colegas, foi diretamente para a sala do Diretório Acadêmico. Os diálogos então giraram em torno da surpresa de todos diante de mais uma lista de expulsos e do que poderiam fazer contra esta injustiça, de como pedir ao Diretor que revisse sua decisão de expulsá-los e de como informar os colegas de Faculdade sobre esse fato.

Adir, entretanto, afirmou que, para ele, não foi surpresa essa segunda expulsão, justamente porque já tinha saído a primeira lista, da qual ele havia escapado, embora tenha sido referendado como um dos alunos que já tinham concluído o curso na sessão do Consuni que deliberou a expulsão. Ele já não freqüentava a FNFi desde o golpe e contou que

depois do golpe não mais apareci na FNFi. Havia um colega do curso de Filosofia que se parecia comigo e eu disse “não apareça na FNFi porque você pode ser preso”. Ele não acreditou e prenderam ele pensando que era eu. Chamava-se Reinaldo... já faleceu.<sup>116</sup>

Enfim, as opiniões divergem, mas o fato é que mais dez alunos foram expulsos. De maneira irrevogável. Proibidos, inclusive, de freqüentar outras

---

<sup>115</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>116</sup> Entrevista concedida por Adir Moysés Luiz a autora da dissertação em 16 de agosto de 2010, no Rio de Janeiro.

universidades. Adir e mais dois entrevistados reforçam a idéia do “exemplo”, de que a expulsão foi um recado do novo regime aos estudantes. Escolheram os alunos mais representativos do movimento e da Faculdade mais representativa para servir de alerta. Adir também observa que

foram muito seletivos, escolheram dois ou três de cada curso; dos cursos que participavam mais: Física, História, Ciências Sociais, Filosofia, etc. Eles pegaram somente dois ou três de cada curso entre aqueles que participavam mais, para servir de exemplo. Se fossem expulsar todos que participavam, eles teriam que expulsar mais de duzentos alunos.<sup>117</sup>

Adir também atribui o intervalo de publicação das listas à investigação do IPM. Como já viviam em tempos de repressão, os estudantes não conseguiram se articular para protestar contra a expulsão, principalmente a da segunda lista.

No dia 11 de julho de 1964, Carlos Heitor Cony fala em sua coluna no Correio da Manhã sobre a situação dos estudantes no período, as perseguições e punições sofridas por eles<sup>118</sup>. Fala também sobre os “dezenove”. O colunista enfatiza que o objetivo dessas expulsões foi amedrontar os demais estudantes.

Nas sessões da Congregação da FNFi dos dias 11<sup>119</sup> e 14<sup>120</sup> de agosto são recebidas as resoluções do Conselho Universitário, entre elas a que resolvia sobre a expulsão dos dez alunos da segunda lista.

No dia 22 de novembro de 1964, o Correio da manhã publica uma notícia de página inteira sobre o processo sofrido por Eremildo. O ex-diretor da Faculdade havia denunciado à Comissão de Investigações da UB quarenta e quatro professores da FNFi por atividades subversivas, mas acabou sendo o único docente processado pela Comissão. Presidida pelo general Acir da Rocha Nóbrega, a Comissão acusou Eremildo de peculato e de falsificação ideológica nos anos em que foi diretor da Faculdade. A Comissão verificou problema nas prestações de contas, coação de funcionários e falsificação de documentos para comprovar despesas e obter reembolso. O general solicitou ao ministro Flávio Suplicy a demissão do professor com base no artigo 7 do AI-

---

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Os estudantes. Correio da Manhã – 2º Caderno – 11/07/1964 – 1ª página.

<sup>119</sup> Ata da Congregação da FNFi de 11 de agosto de 1964.

<sup>120</sup> Ata da Congregação da FNFi de 14 de agosto de 1964.

1. O ministro, porém, afirmou que “não podemos fazer isso com um dos mais destacados homens da revolução” <sup>121</sup>. Diante dessa resposta, o general recorreu à justiça para que se aplicasse a punição a Eremildo. O jornal publica o relatório na íntegra. Nele afirma-se que a “unidade universitária que se tornou um foco de subversão, principalmente no corpo discente, graça à má orientação pedagógica e a corrupta administração desse estabelecimento de ensino superior”. Nesse momento, Eremildo já era diretor da Rádio Ministério da Educação. Eremildo ficou responsável pela FNFi ter se tornado o “covil das víboras vermelhas”.

#### *4.4. FNFi no golpe: o caminho da extinção*

Aos poucos a FNFi vai se acabando. Com a Congregação controlada pela Comissão Corregedora, o Consuni aprova, no dia 9 de julho, a mudança no Regimento da FNFi, regulamentando a ocupação da Congregação pelos professores e estudantes.<sup>122</sup>

Na sessão do Consuni do dia 23 de julho, fica estabelecido que a representação de alunos nas Faculdades cuja diretoria estivesse dissolvida seria feita por representantes de cada série, eleitos por voto secreto. Os alunos do primeiro ano não poderiam ser eleitos para a Congregação. Também fica definido que as assembléias gerais em horário escolar precisam de autorização do diretor e devem ser solicitadas com quarenta e oito horas de antecedência.<sup>123</sup>

Em 1964 acontece uma nova eleição para o DA e, segundo Sérgio Campos, os estudantes resolvem participar das eleições de acordo com as propostas da Lei Suplicy, pois achavam que era uma forma de denunciar as restrições impostas pela ditadura. Sérgio não soube informar a data correta da eleição. A estudante Maria Olívia é eleita nova presidente do DA. Sérgio Campos, no período que se seguiu ao golpe, permanece escondido na casa de simpatizantes do Partido ou na casa de companheiros não “queimados”. Aos poucos, semi-clandestino e tomando cuidado para não ser pego, volta a

---

<sup>121</sup> Correio da Manhã – 1º Caderno – 22/11/1964 – p.14.

<sup>122</sup> Ata do Conselho Universitário de 9 de julho de 1964.

<sup>123</sup> Ata do Conselho Universitário de 23 de julho de 1964.

circular. Também assume “a tarefa de reestruturar a Organização de Base do Partido Comunista da FNFi, que havia sido esfacelada. Escrevo um documento sobre a situação do país e reúno quase todos os seus membros numa tentativa bastante frustrada de reorganizá-los” <sup>124</sup>.

Sérgio e Adir observam que as decisões sobre política se tornaram muito pessoais, uma vez que todos os grupos de esquerda estavam, naquele momento, completamente desmobilizados, com vários de seus membros presos ou clandestinos. Sérgio informa que

A nova Base da FNFi será formada com novos alunos e com alguns poucos, inclusive eu, que por falta de perspectiva ainda permaneceram no movimento estudantil. A Base antes do golpe já não acreditava na linha do Partido e o golpe representava a confirmação desta visão crítica. A maioria permaneceu com um pensamento de esquerda, mas abandonou a militância partidária e retoma sua formação profissional; alguns se transformaram em retaguarda dos partidos de esquerda com os quais tinham maior identificação. <sup>125</sup>

Mesmo expulso, Sérgio volta a frequentar a FNFi. Depois de casar com outra militante, ele começa a trabalhar em uma empresa que ficava próxima a FNFi. Todos os dias, quando acabava o expediente, utilizando suas palavras, ele “marcava ponto” na Faculdade.

A extinção da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1968, foi provocada pela reforma universitária de 1966, implementada pelo governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da ditadura, através do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 e a aprovação do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Neste momento, os seus departamentos foram reorganizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com isso, originaram-se da FNFi a Escola de Comunicação, a Faculdade de Educação, a Faculdade de Letras, o Instituto de Biologia, o Instituto de Física, o Instituto de Geociências, o Instituto de Matemática, o Instituto de Psicologia, o Instituto de Química e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS).

---

<sup>124</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campo a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>125</sup> Idem.



Conforme observado por Miguel Armony (2002), a FNFi foi totalmente fragmentada. Alguns cursos passaram a funcionar na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, outros foram para a Praia Vermelha e outros se mantiveram separados no Centro da Cidade. Podemos observar que, ainda hoje, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) ainda é bastante fragmentada.

O fim da FNFi não foi, necessariamente, o fim do seu IPM, que foi julgado apenas em 10 de agosto de 1970. Vinte e nove das trezentas pessoas do início do processo foram julgadas por “subversão, reorganização de partido ilegal e incitação de levante armado.” (ARMONY, 2002, p. 14). O processo foi arquivado e ninguém foi condenado, mas Adir ressalta que foi uma pressão muito grande em cima dos alunos e professores que participaram desse inquérito. O processo era composto por pilhas e pilhas de depoimentos e materiais que eles apreenderam na faculdade, na sala do diretório.

#### *4.5. Os “dezenove” após a expulsão*

Sérgio Campos, em 1968, fazendo parte da Dissidência GB, opta pela luta armada. É preso em 1971 e permanece até 1973. A partir daí, não entrou mais para nenhum partido ou organização, tendo sua prática política baseada em conversas com pessoas, apenas. Ao sair da prisão, telefona para seu ex-chefe, Ronaldo, em agradecimento por ele ter sido sua testemunha no IPM e é convidado a voltar a trabalhar. Retorna seu trabalho com informática e começa a dar aulas na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Victoria Grabois teve uma trajetória complexa. Além da expulsão da FNFi, era filha de Maurício Grabois, um dos fundadores do PCdoB e de trajetória política marcada pelo comunismo. Victoria se torna clandestina e, com nome falso, em 1965 vai para São Paulo. Seu marido Gilberto, juntamente com seu pai e seu irmão André partem para a região do Araguaia. Victoria, que estava grávida, permanece em São Paulo. Acaba construindo sua vida aí. Começa a trabalhar para o governo do Estado de São Paulo. Faz supletivo e presta exame para a PUC de São Paulo e para a USP. Passa nas duas, mas opta por não entrar em nenhuma, com medo de ser descoberta. Mesmo clandestina, participa de greves e movimentos contra a ditadura. Permanece clandestina até 1980, depois de decretada a Lei da Anistia. Atualmente atua

como pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ e é militante e membro da diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro.

Rachel Teixeira faz vestibular, em 1965, para a Universidade de Brasília. Ela tinha um amigo chamado Rubem Moreira, que foi seu professor no cursinho pré-vestibular de Letras da FNFi e estava fazendo mestrado na UnB. Ele escreveu cartas nas quais a convencia a ir estudar em Brasília. Como principal argumento, Rubem dizia que a UnB era uma ilha de liberdade e tinha ensino de qualidade<sup>126</sup>. Diante disso, Rachel resolve ir, mas precisava de uma autorização da Congregação da FNFi para conseguir uma transferência para a UnB. Como estava expulsa, resolveu não pedir autorização e, usando seu próprio nome, fez vestibular e se matriculou. Estudava normalmente, mas não contava a ninguém que tinha estudado na Faculdade Nacional de Filosofia. Casa-se e, em 1966, tem sua filha. Em 1968, quando a UnB é invadida<sup>127</sup>, não estava na Universidade, pois, como já estava perto de se formar, tinha conseguido concentrar as matérias em apenas três dias da semana. Em 1977, já no Rio, faz concurso para a Casa de Rui Barbosa, onde trabalha até hoje. Ela conta que Américo Jacobina Lacombe, então presidente da Casa, fez vista grossa à sua ficha por ter sido a primeira colocada no concurso. Mesmo sendo um homem de direita ele bancou sua permanência na casa de Rui Barbosa por achar que ela era muito nova na época e que a causa da expulsão tinha sido coisa de “estudentada”. Rachel contou que só soube disso anos depois, quando a ditadura já havia terminado.

Adir trabalhava no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1964, de onde também foi expulso, em novembro. Além de trabalhar, ele cursava o mestrado no CBPF, que também foi impedido de continuar. Depois de sua saída do CBPF, foi para a Escola de Química, onde terminou o mestrado em março de 1965. Adir ressaltou em sua entrevista que foi protegido pelos professores da Escola de Química por causa do seu bom currículo, por isso foi aceito sem problemas no mestrado. César Lattes tinha um grupo de

---

<sup>126</sup> Armony relata que a UnB era uma referência para os estudantes. Por ser uma Universidade nova, fora criada com conceitos considerados revolucionários. Nasceu sem a cátedra vitalícia e com professores contratados pela competência, o que a aproximava dos ideais dos estudantes da época.

<sup>127</sup> A UnB foi invadida por tropas militares no dia 29 de agosto de 1968. Dezenas de estudantes foram feridos. As tropas não tinham nenhuma denúncia que justificasse a invasão.

pesquisa na Itália, e, após terminar o mestrado, Adir pede bolsa ao CNPq e viaja para lá. Foi com passaporte oficial por saber que não conseguiria tirar o comum. Para tirar qualquer documento os cidadãos tinham que passar pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e ele, com duas expulsões, acabaria preso. Volta ao Brasil e, em 1970, passa no concurso para professor da UFRJ<sup>128</sup>, onde trabalha até hoje. Leva, então, mais um susto. Na semana seguinte a do seu ingresso na UFRJ saiu novamente no jornal a lista dos expulsos. Adir comemora, na entrevista, o fato de seu contrato já ter sido firmado quando saiu a lista, senão teria sido prejudicado novamente.

Dos outros, relatamos o que foi contado nos testemunhos. Wilson Barbosa, apontado por Armony (2002) e por um dos entrevistados como um dos mais ativos no movimento, entra para a luta armada e torna-se guerrilheiro da MAR<sup>129</sup> (Movimento Armado Revolucionário) e, depois, da ALN<sup>130</sup> (Ação Libertadora Nacional). Foi preso e trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado no Rio de Janeiro em 1970. Atualmente é professor da Universidade de São Paulo. Elio Gaspari vai para São Paulo e, atualmente, é jornalista do jornal O Globo. Carlos Maurício tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). João Guilherme torna-se assessor sindical. Enylton vai lecionar na Universidade do Texas e volta já aposentado ao Brasil no início dos anos 2000. Fernando Bunchaft, já falecido, viveu fora do Brasil até 1980. Com a anistia, volta e se torna professor da Universidade Federal da Bahia. E um dos entrevistados comenta que Elias Mansour Simão Filho foi para o Acre, onde faleceu, e que até hoje é muito lembrado e aclamado por lá. Em rápida pesquisa na internet, confirmou-se essa informação e foi encontrada até uma escola municipal que leva o seu nome. Sua família era ligada ao governo do Acre.

É importante registrar que esses “dezenove” perdem contato após o golpe, há uma dispersão muito grande. Um dos entrevistados assinala que era um momento de fuga, um “salve-se quem puder” e era difícil manter contato,

---

<sup>128</sup> A UB se transforma em UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1965, durante o governo Castello Branco.

<sup>129</sup> O MAR foi criado em 1967. Com o dismantelamento do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um grupo fundiu-se com a POLOP e deu origem a VPR e um outro grupo deu origem ao MAR.

<sup>130</sup> A ALN surgiu em 1966, com a saída de Carlos Marighella do Partido Comunista do Brasil. Tinha como proposta uma ação imediata contra a ditadura militar e defendia a luta armada. A maior parte de seus militantes eram estudantes.

não só com os outros expulsos, mas também com membros do PCB ou de outras organizações. Uns saíram do país, outros mudaram de Estado, se tornaram clandestinos, entraram para a luta armada. As vidas daqueles jovens tomaram diferentes rumos.

Até que, trinta e cinco anos após a expulsão, em 1999, alguns voltam a se encontrar. O Conselho Universitário da UFRJ, na sessão do dia 5 de agosto, resolve promover uma reintegração dos dezenove expulsos da Filosofia. Segundo a ata da reunião, foi resolvido que

a UFRJ tem uma dívida para com o jornalista Elio Gaspari e outros dezoito estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia que, em 1964, por crime de opinião, foram expulsos da Universidade do Brasil. Completaram-se 25 anos neste mês de julho que essa barbaridade, esse atentado à liberdade, esse gesto autoritário se consumou dentro desta Casa do Saber. Acha que este Conselho tem o dever de fazer um reparo a esse crime que foi cometido. Está apresentando a seguinte proposta: “O Conselho Universitário da UFRJ, reunido em sessão extraordinária, resolve: 1 – Anular os processos de expulsão de 19 (dezenove) estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, decidida em abril e julho de 1964, pela Congregação daquela Faculdade; 2 – Convocar para o dia 02 de setembro de 1999 sessão solene em desagravo àqueles 19 (dezenove) estudantes, cujas carreiras na Universidade foram interrompidas por uma decisão autoritária.” Este ato restabelecerá os direitos, fazendo justiça àqueles 19 estudantes, e a Sessão Solene deste Conselho deve ser realizada no Salão Pedro Calmon, sede da antiga Universidade do Brasil. Considera que esse é um ato de justiça que esta Universidade não pode se recusar. (Nesse momento o Reitor reassumiu a sessão)<sup>131</sup>

Os entrevistados perceberam a importância desse ato. Embora já não tivesse validade alguma, pois alguns já haviam morrido, e depois de trinta e cinco anos eles já tinham seguido com suas vidas, segundo Rachel Teixeira, foi emocionante esse pedido de desculpas da Universidade. Porém, enfatizaram a importância política desse ato para a própria Universidade. Além disso, foi uma oportunidade de encontro, já que após a expulsão eles não mais tiveram contato uns com os outros. Nem todos compareceram, por motivos diversos.

Rachel Teixeira foi a responsável pela localização dos “dezenove” para a reintegração. Antes da cerimônia, Rachel fez um encontro em sua casa para

---

<sup>131</sup> Ata do Conselho Universitário da UFRJ de 5 de agosto de 1999.

falarem sobre o evento. Nesse encontro ficou decidido que Sérgio Campos faria o discurso em nome dos expulsos. Rachel considerou a reintegração

um momento muito bonito, de conagração. A primeira reunião na minha casa foi emocionante porque rever aquelas pessoas depois de tantos anos, tendo cada um tomado rumos diferentes, foi muito bom. Depois houve outros encontros, um almoço com o Aloísio e o Sérgio Campos para acertar quemalaria em nome dos expulsos, encontros de todos em bares, os comentários sobre os professores e os colegas, a tristeza pelos que já se foram e até por alguns que não quiseram nos reencontrar porque consideram a FNFi uma página virada em suas vidas... Para mim, não. Voltar a essa época, apesar de todo o pânico e as incertezas que a caracterizaram, é sempre algo positivo.<sup>132</sup>

A reintegração aconteceu no dia 22 de novembro de 1999, em sessão solene do Conselho Universitário. O então conselheiro e atual reitor da UFRJ Aloísio Teixeira, primo de Rachel Teixeira, foi o idealizador da reintegração. Aloísio discursou enfatizando a importância desse reconhecimento do erro cometido pela Universidade para com os alunos. Sérgio Campos também discursou, reconhecendo a importância da FNFi na vida desses estudantes.<sup>133</sup>

134

Os expulsos foram convidados por carta<sup>135</sup> para a solenidade. Na reintegração, receberam um diploma simbolizando essa “volta” deles a Universidade<sup>136</sup>. A reintegração foi amplamente divulgada na imprensa na época.

Cabe ressaltar que a reintegração não teve efeitos práticos. Até porque, já havia passado muito tempo. A expulsão não foi consequência de um ato institucional, por isso esses alunos não puderam ser beneficiados pela Lei de Anistia.<sup>137</sup>

---

<sup>132</sup> Entrevista concedida por Rachel Teixeira a autora da dissertação em 22 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.

<sup>133</sup> Ata do Conselho Universitário da UFRJ de 22 de novembro de 1999.

<sup>134</sup> Vide Anexo III.

<sup>135</sup> Vide Anexo IV.

<sup>136</sup> Vide Anexo V.

<sup>137</sup> Revista Época – Rio de Janeiro – 29/11/1999.

Ainda que de maneira simbólica, encerrava-se um ciclo na vida desses dezenove atingidos pela ditadura militar. Foram usados como cobaias pelos golpistas a fim de amedrontar os demais estudantes, mas para o movimento estudantil e para os opositores do golpe foram exemplos de luta. Os precursores das severas medidas do Decreto 477 seriam também exemplos da luta e da vontade de modificar o país, adotados pelos estudantes durante toda a ditadura.

## 5. A memória e os “dezenove”

As memórias dessas pessoas foram utilizadas para a reconstrução do momento da expulsão, a partir da visão deles, servindo também de suporte para a contextualização histórica. Com base nos testemunhos, foram analisados os motivos que explicavam os episódios das duas expulsões, a partir das memórias construídas.

As memórias produzem diferentes versões. O passado é uma captura do presente, através da evocação, que pode ser feita por meio de um cheiro, gosto ou por algo que vemos, que nos remete àquele passado, produzimos memórias sobre ele. No caso, essa evocação também pode ser feita pela entrevista, através da exposição do motivo da entrevista, das perguntas, entre outros fatores. Esse passado evocado de diferentes maneiras produz memórias que capturam as percepções daqueles indivíduos sobre os fatos, ignorando o que ele não viveu, não percebeu ou não lembra. Percebemos, com as entrevistas, que cada um lembrava-se de uma parte, de um acontecimento e a junção dessas memórias permitiu uma reconstrução mais ampla.

Através da narrativa a memória é transmitida. E essa transmissão nunca conseguirá ser completa, uma vez que nossa fala, nossa língua, não dá conta de representar tudo o que pensamos, muito menos o que sentimos.

Neste trabalho, por exemplo, ainda há outra problemática. As narrativas foram gravadas em um aparelho gravador de voz e depois foram transcritas. Assim, ruídos e falhas na gravação ocasionam perdas de algumas palavras e idéias. Sem contar que a escrita não consegue representar as emoções, os silêncios “que falam”. No final da transcrição, o texto era enviado para o entrevistado revisar, o que gerava mais cortes e alterações.

Halbwachs (1990) dá grande importância aos grupos. O autor considera fundamental a influência do grupo para que haja a reconstrução da memória. Isso se explica pela própria ênfase que o autor dá a importância da memória coletiva e da impossibilidade de haver uma memória individual sem que haja uma memória coletiva. Para o autor, a partir do momento em que o grupo não mais existe, não temos mais nenhum meio de reconstruí-lo.

Porém, em relação aos “dezenove” essa questão torna-se bastante peculiar. Isso porque o grupo não era um grupo coeso, fechado. Era uma mistura de grupos. O grupo dos dezenove expulsos é uma abstração. É um grupo que foi criado de fora para dentro e que teve uma existência efêmera, com uma função específica, que foi a de expulsar dezenove alunos que, por algum motivo, foram taxados de subversivos e considerados perigosos dentro da Academia. Essa era a única característica comum. Os alunos pertenciam a cursos diferentes, a períodos diferentes e com implicações políticas também diferentes. Nunca houve uma reunião dos “dezenove”. Um dos entrevistados fez essa observação, que a expulsão não criou o grupo dos “dezenove” e que ele também não existia antes do golpe.

Assim, podemos dizer que os “dezenove” é uma identidade criada e que a memória da repressão é o que une essas pessoas, e não os “dezenove” em si. A memória relatada pelos entrevistados não está vinculada ao número de expulsos, mas liga-se ao fato da expulsão, ao movimento estudantil, à ditadura em si e às influências desses fatos em suas vidas. Eles nunca se identificaram como os dezenove expulsos. O grupo foi criado no momento da expulsão. Os grupos foram criados separadamente, uma vez que eles nem foram expulsos ao mesmo tempo. A identidade dos “dezenove” foi criada, portanto, por terem sido os primeiros da FNFi expulsos, nos primeiros meses do golpe, já com o objetivo de dismantelar o movimento estudantil, enfraquecendo a ação dos estudantes na resistência ao golpe. Podemos dizer que os dezenove expulsos são uma representação no imaginário do movimento estudantil, em particular da FNFi. Dessa forma, é um grupo criado pelo entrecruzamento de outros grupos, que tinham como ponto em comum a discordância com o golpe ou com os dirigentes da faculdade no momento deste.

Com a expulsão, os “dezenove” deixam de frequentar o grupo que os une, o grupo da FNFi, e, ainda, este tem que ser “esquecido”. Eles não podem mais falar que estudaram na FNFi, já que isso implica explicar, também, porque saíram da Faculdade. Para quem conseguiu frequentar outra Universidade, como Rachel Teixeira, foi às custas do apagamento proposital das lembranças dessa expulsão. Rachel tentou entrar nas Universidades do Rio e não foi aceita em nenhuma. Para entrar na Universidade de Brasília, prestou vestibular normalmente e omitiu a expulsão. Por todo o tempo que viveu em Brasília teve



que silenciar não só sobre a expulsão, mas também sobre toda a sua experiência universitária, além da militância.

A expulsão feita por uma instituição (a Universidade) gera uma crise em outras instituições às quais os expulsos estavam inseridos, como a própria universidade, família e amigos. Podemos dizer que há, com isso, um exílio. Não da forma como conhecemos, em que a pessoa é mandada para fora do país, mas um exílio velado, de uma parte de suas vidas que diz respeito ao campo profissional. Para Rachel, por exemplo, essa foi uma questão crucial. No momento em que ela se muda para Brasília, família e amigos ficam para trás. Faz-se necessário conseguir recomeçar, sem falar de seu passado para os novos amigos. Ainda tem a preocupação com o término dos estudos e a carreira profissional, que para ela tinha uma grande importância como forma de realização pessoal.

Nem sempre as lembranças são lineares. Na memória de momentos traumáticos a narração dos fatos nem sempre é linear. No caso dos “dezenove”, bem como de tantos outros atingidos tanto pela ditadura civil-militar quanto por outros fatos violentos de massacres e/ou repressão, o trauma influencia na forma de lembrar o sujeito e impede que essa narração seja feita de forma ordenada e linear. O trauma tira o referencial do sujeito e dificulta ainda mais a construção da memória. Há dificuldades para a pessoa relatar e expressar momentos que a marcaram e a traumatizaram. Gagnebin (2005) também ressalta que o sujeito é variável, o tempo tem vários matizes e a própria história não é linear. Com isso, a memória não pode ser linear.

Sérgio Campos em sua entrevista fala que o clima antes do golpe estava bastante estranho, mas eles não faziam idéia do que aconteceria. Cogitavam até um golpe, mas não nos moldes do que foi executado. No momento que este é dado, mesmo antes da expulsão, Sérgio Campos, Rachel Teixeira, Adir Moysés e Victoria Grabois param de freqüentar as aulas. O tempo dos “dezenove” é diferente do tempo dos fatos que acontecem tanto no país como na própria Faculdade. Por desconfiarem que poderiam vir a sofrer algum tipo de retaliação com o golpe por conta de suas atividades políticas, no momento da expulsão já não freqüentavam a Faculdade.

Em relação aos critérios para a elaboração das duas listas de expulsos da FNF i percebe-se as diferenças entre os relatos. Os entrevistados

concordam com os critérios para a primeira lista. Eram pessoas óbvias, diretamente ligadas a movimentos políticos. Mas, quando se trata da segunda lista, as falas divergem. Para Rachel Teixeira, os estudantes da segunda lista dos expulsos sofreram essa punição por terem bancado o Ciclo da Filosofia no final de 1963, contrariando o então diretor da FNFi Eremildo Vianna. Sérgio Campos concorda com Rachel. Já para Victoria Grabois, a segunda lista foi composta por alunos que tinham proibido a entrada de Carlos Lacerda na colação de grau dos alunos do curso de Jornalismo, no final de 1963.

Fica claro, com isso, as diferentes interpretações que um fato pode receber, de acordo com a memória e com a vivência de cada um. Para Rachel, que se definiu o tempo todo na entrevista como interessada nos estudos, o ciclo de palestras tinha um peso tão grande que provocou a expulsão de dez pessoas. Para Victoria, filha de Maurício Grabois, com todo seu histórico familiar de lutas, o que causou essa expulsão foi o fato político ocorrido com o curso de Jornalismo. Memórias diferentes, interpretações diferentes para os mesmos fatos.

Outra categoria importante é a instituição e suas mudanças através do tempo e, conseqüentemente, de que forma essas mudanças afetam a memória que se tem dela. A expulsão tira a FNFi do referencial dessas pessoas, bem como qualquer outra instituição de ensino superior, já que eles são proibidos de entrar para qualquer Universidade brasileira. A Faculdade, com isso, causa uma mancha na vida acadêmica dessas pessoas. Assim, os “dezenove” vêm a expulsão de forma diferente do Diretor da Faculdade e até mesmo de outros estudantes, mas, entre si, embora não sejam iguais, vêm de forma mais parecida já que foram eles que viveram de fato a expulsão.

Ainda falando de memória vivida, Halbwachs fala que

Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio tempo, e de me sentir no coração do grupo. (HALBWACHS, 1990, p. 121)

Não é necessário que o grupo exista concretamente para que a sua memória seja construída. É necessário que evoquemos todas as sensações que tivemos no momento em que o grupo existia e que os fatos ocorreram. Os “dezenove”, por exemplo, continuam sofrendo influências do grupo, ainda que não tenha existido de fato, pois a expulsão foi um fato marcante para todos. É como se o grupo, ou melhor, a expulsão, ainda estivesse em suas vidas. Afinal, não fosse esta, a vida de cada um deles poderia ter sido completamente diferente.

Assim, os “dezenove” lembram-se da expulsão individualmente, mas evocando o que sentiram naquele momento, ao mesmo tempo em que os outros membros do grupo. O grupo foi criado de fora da Faculdade para dentro. Daí as memórias de cada um deles não ter uma dependência direta com a memória dos outros membros. Mas elas acabam se fundindo a partir do momento em que as sensações são parecidas - a punição - e suas conseqüências pesam em suas vidas. Além disso, também acabam tomando conhecimento do que aconteceu com outros membros através de amigos em comum. O fato de serem identificados pelo movimento estudantil como “os dezenove expulsos da FNF” os tornam um grupo, ainda que não tenha sido intencionalmente criado por eles.

Finalizando, em relação à questão do tempo, Halbwachs fala sobre a sobrevivência dos grupos desaparecidos. Segundo ele

Assim, quando uma sociedade foi submetida a uma modificação profunda, parece que a memória atinge por dois caminhos diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos e não volta, de um para o outro, de modo contínuo. Há na realidade dois tempos nos quais conservam dois quadros de pensamento, e é tanto num como no outro que é preciso nos colocarmos para encontrar as lembranças em cada um dos quadros onde estão localizadas. (HALBWACHS, 1990, p. 126)

Não só os “dezenove”, mas toda a sociedade brasileira foi submetida a uma profunda modificação com o golpe civil-militar. Políticos foram cassados, o poder ficou concentrado nas mãos do Executivo, perdeu-se a liberdade de expressão, sindicatos foram desmantelados, a estrutura do ensino foi modificada, enfim, profundas mudanças ocorreram, mudanças estas presentes ainda hoje na sociedade.

Falando dos “dezenove”, isoladamente, podemos perceber que suas vidas foram profundamente alteradas depois da expulsão, que foi ocasionada por conta do golpe. Além da alteração mais óbvia, a proibição de freqüentar toda e qualquer Universidade do país, várias outras modificações foram ocasionadas. Rachel Teixeira, por exemplo, acabou se mudando do Rio de Janeiro para Brasília, numa tentativa de burlar a expulsão e poder concluir seus estudos. Victoria Grabois, que além de tudo era filha de um dos fundadores do PCdoB, precisou tornar-se clandestina. Sérgio Campos também viveu semi-clandestino para poder continuar militando. Adir e outros entrevistados foram para fora do país, vivendo longe de familiares e amigos.

Não há fato que não ocorra em um espaço e, portanto, não há memória que não se desenvolva, também, num quadro espacial. O espaço é tão importante para a memória que, geralmente, são apagados ou erguidos de forma a modificar ou apagar essa memória. Falando sobre a ditadura civil-militar brasileira, espaços foram apagados ou reconfigurados como forma de afirmar o golpe. A FNFi foi apagada, o prédio foi devolvido para o Consulado da Itália e ocupado também por outras instituições, como o Banco Sudameris e, mais recentemente, pela operadora de celular TIM. Armony (2002), fala sobre essa tentativa de apagamento da memória estudantil com a desocupação do prédio: “vejam, ali onde passaram aqueles fatos, ali onde viveram e sonharam aqueles estudantes, ali onde correram aquelas idéias não é mais território brasileiro, aquilo não aconteceu, não houve nem os cursos, nem os homens nem o pedaço de história que foi escrita” (ARMONY, 2002, p. 13).

O grupo dos dezenove não possuíam um espaço para eles pois, como já dito, não formavam um grupo fechado. Mas cada um deles tinha vários espaços como referência, como casa, amigos e, em comum, a FNFi. Embora o prédio da FNFi só tenha sido desocupado em 1968, deixou de ser um espaço dos “dezenove” no momento da expulsão, já que eles não puderam mais entrar no prédio nem freqüentar aulas. Aquele espaço, para eles não existia mais. O Estado os retira desse território e, futuramente, retira todos os estudantes, e, com isso o referencial de todos eles. A FNFi é vista pelos estudantes como local de resistência e luta, enquanto que pelo governo militar é vista como local de afronta e perigo. Logo, precisa ser apagado.

## 6. Considerações finais

No trabalho com entrevistas a pesquisa não é feita em fontes, é feita na própria fonte, com o testemunho daquele que vivenciou o fato. Isso nos permite ter acesso e, ao mesmo tempo, maiores informações sobre os fatos, uma vez que o entrevistado transmite suas sensações enquanto fala. Porém, mais interessante do que a entrevista em si é o cruzamento entre as entrevistas e os outros documentos.

Procuramos mostrar que a expulsão não foi um fato isolado, podendo ser considerada uma consequência de todo um processo. Por isso foi necessário fazer um histórico do país e do movimento estudantil, mostrando que a expulsão se deu por vários motivos, sendo o principal a participação dos estudantes em atividades consideradas comunistas. Na realidade, a expulsão foi consequência e objetivo. Consequência do anticomunismo e do fortalecimento do capitalismo, e objetivo de servir de exemplo para os estudantes e para o povo em relação ao que poderia acontecer com quem seguisse ou continuasse seguindo as tendências comunistas.

Este trabalho pretendeu apresentar outras memórias, outros atores desse período latente da nossa história, que não foram contemplados pela história e pela memória oficial. Mostrar que os estudantes foram atingidos muito antes de 1968. Como observa Carlos Fico (2004, p.32), “as memórias (oficiais, da esquerda e de outros grupos sociais) são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira”.

É interessante observar que, embora os entrevistados tenham afirmado que a expulsão não os atrapalhou em suas vidas, que não houve um trauma, essas memórias permanecem e continuam atualizadas. Estas pessoas mantêm viva essa memória, até hoje.

Um bom exemplo disso é o personagem Eremildo, o Idiota, criado por Elio Gaspari, um dos expulsos. O jornalista utiliza o personagem para se referir a quem usa dinheiro público indevidamente. A utilização do nome do diretor da FNFi, acusado de roubo para se referir a pessoas que, nos dias de hoje, agem dessa forma, é a manutenção e atualização da memória de Gaspari.

Mas ele não é o único que mantém essas memórias latentes. Nem o único que as atualiza.

Victoria mantém a sua memória da ditadura em sua luta pelos direitos humanos pelo Grupo Tortura Nunca Mais e, principalmente, por sua luta pela recuperação da memória e da “verdade” em relação a seu pai, irmão e ex-marido, que foram para a região do Araguaia e desapareceram.

Yedda Salles, já falecida, faz parte da memória de Sérgio Campos como sua mestra nos caminhos revolucionários. Também faz parte das lembranças de Armony, como comunista. E dos que lutam pelos direitos humanos, tendo sido homenageada, em 1999, pelo Grupo Tortura Nunca Mais com a Medalha Chico Mendes de Resistência. Yedda foi, também, uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Adir atualiza sua memória até hoje no processo de sua anistia, que se arrasta até hoje, sem previsão para ser resolvido.

Sérgio Campos atualiza a memória da ditadura escrevendo um livro sobre a vida e o assassinato de Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno ou Beto, que nunca mais foi visto por ninguém depois de preso. Sérgio frisou nas considerações finais de sua entrevista que

A repressão jamais reconheceu sua prisão e morte. Seus pais faleceram à espera de seu retorno. O Estado brasileiro nunca assumiu a responsabilidade pelo seu desaparecimento. E, pior, nós, seus companheiros, tendemos a cair numa postura apática com a memória sendo apagada com o passar dos anos. Breno sofria seu segundo desaparecimento, o desaparecimento decorrente da omissão de seus companheiros! Claro, individualmente ninguém o esqueceu, mas o que aconteceu foi nossa ausência na defesa e na busca de Breno. A idéia que surgiu foi de elaborarmos um livro-denúncia que exija um posicionamento do Estado e que reabra a luta pela recuperação da sua memória. Já entrevistamos mais de 50 pessoas entre familiares e companheiros de Breno. Sentimos como um dever coletivo e que independe de qualquer ideologia ou idiosincrasia pessoal. Acima de tudo, um reencontro com nosso companheiro com quem vivemos momentos tão especiais.<sup>138</sup>

Buscamos, nesse trabalho, reviver um passado que ainda “está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente”. (SARLO, 2007, p.60).

Procuramos, acima de tudo, revelar memórias que a ditadura não contou. Memórias diferentes da memória oficial. Memórias daqueles jovens que

---

<sup>138</sup> Entrevista concedida por Sérgio Campos a autora da dissertação em 1º de março de 2010, no Rio de Janeiro.

sofreram punição por quererem viver em uma sociedade mais justa. Espero, com a revelação dessas memórias, ter-lhes feito justiça.

## 7. Referências

**1964-2004**: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. 399p.

ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 728p. (Biblioteca de História ; 6)

ALMEIDA, Maria do Carmo Salgado de. **Censura e resgate da memória literária e jornalística dos anos sessenta e setenta**. 1988. 43f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005. 423p.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Um tempo para não esquecer: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Coletivo A, Achiamé, 2010. 280p.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: O QUE resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. 350p.

BARATA, Mário. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco**: berço da engenharia brasileira. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, 1973. 112p.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221. (Obras escolhidas, v.1)

BORTOT, Ivanir José, GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão!** Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008. 255p.

BRASIL: nunca mais. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312p.

BRASIL, sociedade democrática. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 500p. (Coleção Documentos Brasileiros ; 196).

CARDOSO, Fernando Henrique, “O modelo político brasileiro”. In: \_\_\_\_\_. O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 50-82.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995. 371p.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 25-495.



FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1995. 75p, CXXXIV.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. A memória insone: os testemunhos sobre a ditadura brasileira. In: DESERDADOS: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: HP Comunicação Ed., 2007. p. 59-81.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ABREU, R. CHAGAS, M., SANTOS, M. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007a.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_, DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jan.-jun. 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREITAS, Adriana da Silva. **Repressão aos estudantes da UFRJ no cenário ditatorial**. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 14.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. 223p.

\_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 184p.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jan.-jun. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 188p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 199p.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: \_\_\_\_\_. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. Apresentação. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/historico.htm>. Acesso em: 17 jul. 2008.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de La memória**. Madrid: Siglo XXI, 2002. 146p. (Colección Memórias de La repressão).

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: UFSCar, 1995.

MEMÓRIA e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. 554p.

MORAES, Dislane Zerbinatti. "E foi proclamada a escravidão": Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jan.-jun. 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, 1993.

PEIXOTO, Fernando. **O melhor teatro do CPC da UNE**. São Paulo: Global, 1989. 317p.

PEREIRA, Ludmila Gama. **O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)**. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: GIL, Fernando. Sistemática. Porto: Imprensa Nacional, 2000. p. 507-516. (Enciclopédia Einaudi, v.42).

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: USOS & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **O golpe militar e civil de 64**: 40 anos depois. Rio de Janeiro: Oficina do livro, 2004. 203p.

O QUE resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. 350p.

O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200p.

\_\_\_\_\_, MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988. 220p.

REVISTA Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jan.-jun./2004. 338p.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

SADER, Eder. **Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982. 195p. (Coleção Teoria e História ; 11).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. 208p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Anatomia da crise. In: \_\_\_\_\_. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Cia. Das Letras, 2007. 129p.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. 200p. 228f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 191p.

SEGANFREDO, Sônia. **UNE: instrumento de subversão**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. 134p.

SEMINÁRIO do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987. 175p.

SILVA, J. L. Werneck. **A deformação da história ou para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 96p. (Coleção Brasil: Os anos de autoritarismo).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 512p.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola politécnica. **História**. Disponível em: [http://www.poli.ufrj.br/sobre a poli historia.html](http://www.poli.ufrj.br/sobre_a_poli_historia.html). Acesso em: 17 jul. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade. **Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi**. Disponível em: <http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>. Acesso em: 14 jul. 2008.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do silêncio**: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: UFC Edições, 1998. 152p.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 314p.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira. In: O QUE resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. 350p.

## **OUTRAS FONTES**

- Boletins da UB no período de 1963 a 1964.

- Atas da Congregação da FNFi

Ata da Congregação da FNFi de 2 de junho de 1964.

Ata da Congregação da FNFi de 11 de agosto de 1964.

Ata da Congregação da FNFi de 14 de agosto de 1964.

- Atas do Conselho Departamental da FNFi

Ata do Conselho Departamental de 8 de outubro de 1963.

Ata do Conselho Departamental de 18 de fevereiro de 1964

Ata do Conselho Departamental de 7 de abril de 1964.

- Atas do Conselho Universitário da Universidade do Brasil

Ata do Conselho Universitário de 19 de setembro de 1963.

Ata do Conselho Universitário de 26 de setembro de 1963.

Ata do Conselho Universitário de 11 de novembro de 1963.

Ata do Conselho Universitário de 2 de janeiro de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 10 de janeiro de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 2 de abril de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 6 de abril de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 16 de abril de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 23 de abril de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 29 de maio de 1964.

Ata do Conselho Universitário de 4 de julho de 1964.  
Ata do Conselho Universitário de 9 de julho de 1964.  
Ata do Conselho Universitário de 23 de julho de 1964.

- Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Ata do Conselho Universitário da UFRJ de 5 de agosto de 1999.  
Ata do Conselho Universitário da UFRJ de 22 de novembro de 1999.

- Boletins da UFRJ no ano de 1999.

- Jornais do período analisado:  
Correio da Manhã. Set. 1963 / Dez. 1964.  
Jornal O GLOBO. Set. 1963 / Dez. 1964.

- Revistas do período analisado:  
Revista Época – Rio de Janeiro – 29/11/1999.

- *Sites* na internet  
<http://www.esq.br/a-esq/historico/>  
<http://www.senado.gov.br/legislacao/>  
<http://www.camara.gov.br/legin/>  
<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/fnfi.htm>.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

#### ESCLARECIMENTO

Em face da "carta dos 15 da F.N.Fi. aos estudantes", que está sendo distribuída à imprensa e aos estudantes universitários em geral, o Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia se sente no dever de prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1º) Que não houve expulsão alguma de qualquer aluno da Faculdade;
- 2º) Que a Congregação da Faculdade, em sessão realizada, ontem, deliberou homologar, por vinte e um ( 21 ) votos contra sete ( 7 ) a Portaria nº 71, de 17 de mês em curso, na qual o Diretor, preventivamente e, como medida de exceção, com fundamento no ítem XVI do art. 170 do Regimento Interno, suspendeu temporariamente as matrículas de quinze (15) alunos;
- 3º) Que o Diretor declarou, ao término dos trabalhos da Congregação, que suspenderá os efeitos da referida Portaria em caso de voltar à normalidade e à disciplina a vida da Faculdade, pois a suspensão das matrículas é um ato preventivo;
- 4º) Que é, portanto, absolutamente falsa a notícia de que os alunos cujos nomes constam da Portaria nº 71 tenham sido expulsos, pois esta medida só poderá ser aplicada após inquéritos que se achar em curso, caso haja razões que a justifiquem;
- 5º) Que, também, é absolutamente falsa a notícia de que a conferência do Sr. Wanderley Guilherme dos Santos sobre Marxismo fôra proibida em virtude do tema;
- 6º) Que a aludida conferência foi proibida pelo Diretor, por haver sido vetada, pela Congregação, a entrada do Sr. Wanderley Guilherme dos Santos no recinto da Faculdade;
- 7º) Que o Diretor da Faculdade jamais tomou atitudes discriminatórias quanto a ideologias, religiões ou etnias, e apenas fará respeitar os princípios democráticos, assegurando, como é de seu dever o império da Lei e da Constituição.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1963.



Eremildo Luiz Vianna

## ANEXO II



UNIVERSIDADE DO BRASIL

### FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

#### UNIVERSIDADE DO BRASIL

#### ADVERTÊNCIA A JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

O DIRETOR DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, à vista de conclusões da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 67, de 23/9/1963, baixada por esta Diretoria para apuração de responsabilidades dos fatos nêle apontados, e tendo presente que, em tais conclusões de Inquérito o aluno JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO é apontado como tendo infringido o art. 136 itens IV, V e VI do Regimento da Faculdade Nacional de Filosofia, sendo responsabilizado por haver praticado atos de desrespeito a ordens emanadas do Diretor, por praticar atos que impertaram na perturbação da ordem, por haver contribuído para o desprestígio da Faculdade e por haver se tornado um dos 6 maiores responsáveis pelas ocorrências verificadas,

#### R E S O L V E :

Advertí-lo severamente pela incidência nos atos averiguados pelo mencionado Inquérito, e concitá-lo a que não reincida em atos que desteam frontalmente das normas de boa convivência, respeito e camaradagem e ferem o espírito de fraternidade que deve caracterizar a vida de uma comunidade universitária.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1964

*Jose de Faria Goes Sobrinho*  
Jose de Faria Goes Sobrinho  
Diretor



## ANEXO III

**UFRJ**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**SESSÃO DE 22.11.1999**  
**SOLENE**  
**18 HORAS - FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA – SALÃO PEDRO CALMON**

### ATA

Presidente: Reitor, Prof. José Henrique Vilhena de Paiva  
Secretário: Ivan da Silva Hidalgo

Compareceram os seguintes Conselheiros: Carlos Antônio Kalil Tannus (Decano do CLA), Carlos Francisco Theodoro M. R. de Lessa (Decano do CCJE), Aloisio Teixeira (representante dos Titulares do CCJE), Oscar Acelrad (Decano do CT), Sônia Zyngier (representante dos Adjuntos/Doutor do CLA – suplente), Moacyr Barreto da Silva Junior (representante dos Professores de 1º e 2º Graus), José Luiz Fontes Monteiro (representante dos Titulares do CT – suplente), Roberto Antônio Gambine Moreira (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Carlos Alberto Messeder Pereira (Decano do CFCH), Ana Maria de Almeida Ribeiro (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Luiz Afonso Henriques Mariz (representante dos Professores Assistentes), Diego Vaz Beviláqua (representante do Corpo Discente), Sérgio Eduardo Longo Fracalanza (Decano do CCS), João Carlos Ferraz (representante dos Adjuntos/Doutor do CCJE), Maria Ângela Dias Elias (representante dos Adjuntos do CLA), José Carlos Madureira Siqueira (representante do Corpo Discente), Maria José Chevitarese de Souza Lima (Sub-Reitora de Desenvolvimento e Extensão) e Maria Cecília de Mello e Souza (representante dos Adjuntos/Doutor do CFCH). Presente, ainda, grande número de professores, alunos, funcionários, autoridades e demais convidados.

O Magnífico **REITOR** declarou aberta a sessão solene do Conselho Universitário com o objetivo de desagravar e homenagear os estudantes Paulo Cesar Dantas Esteves, Manoel José Rocha e Silva, Sylvio Clemente da Motta, Sérgio Emmanuel Dias Campos, Fernando Bunchaft, Elias Mansur Simão Filho (in memorian), Carlos Maurício Gierbrecht Ferreira Chaves, João Guilherme Vargas Netto, Enylton de Sá Rego, Yedda Salles (in memorian), Sérgio Salomé, Rachel Teixeira, Amaury Cano, Wilson Barbosa, Adir Moysés Luiz, Flávio Silva, Regina do Prado, Victória Grabois e Elio Gaspari, expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia em virtude de deliberação deste Conselho à época nas sessões de 23 de abril e 02 de julho de 1964. Dando continuidade, convidou a Sub-Reitora de Desenvolvimento e Extensão – Profª Maria José Chevitarese –, a Sub-Reitora de Pessoal e Serviços Gerais – Profª Maria Augusta Temponi –, os Decanos dos Centros Universitários – Prof. Carlos Lessa (CCJE), Prof. Oscar Acelrad (CT), Prof. Carlos Alberto Messeder Pereira (CFCH), Prof. Carlos Tannus (CLA), Sérgio Fracalanza (CCS) – para compor a Mesa central, e os demais membros do Conselho Universitário para

ocuparem as laterais do Salão Pedro Calmon. Designou Comissão composta dos Professores Luiz Afonso Henriques Mariz, José Luiz Fontes Monteiro, Sônia Zyngier, Maria Cecília de Mello e Souza, do Servidor Técnico-Administrativo Roberto Antônio Gambine Moreira e do Aluno José Carlos Madureira Siqueira para introduzir no recinto os estudantes que sofreram o processo de expulsão nas sessões de 23 de abril e 02 de julho de 1964, o que se efetivou sob o aplauso dos presentes. Solicitou a todos que ficassem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro, cantado pela aluna Livia Dias, acompanhada no piano com arranjo da Prof<sup>a</sup> Elizabeth Lucas da Escola de Música da UFRJ. Concedeu a palavra ao Prof. Aloisio Teixeira para se manifestar em nome do Conselho Universitário. O conselheiro **ALOISIO TEIXEIRA** fez o seguinte pronunciamento: *“Reúne-se hoje à nossa Casa, a Universidade do Brasil, por iniciativa do seu Colegiado máximo para promover um ato de justiça. Justiça, não para com os dezenove jovens expulsos em 23 de abril e 02 de julho de 1964, por decisão desse mesmo Colegiado, em relação a eles a vida já lhes fez justiça. Talvez a nenhum deles ocorresse solicitar, 35 anos passados dos tristes episódios que levaram à sua exclusão desta Casa, rever a penalidade que lhes foi imposta. Senhores Paulo Cesar Dantas Esteves, Professor Titular de Química da Universidade Santa Úrsula, Manoel José Rocha e Silva, ausente por ter sido o único a não ser localizado, Sylvio Clemente da Motta, Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sérgio Emmanuel Dias Campos, Professor de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fernando Bunchaft, Professor de Física da Universidade Federal da Bahia, Elias Mansur Simão Filho, ex-Secretário do Governo do Estado do Acre, ausente por já ter falecido, Carlos Maurício Ferreira Chaves, Professor de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, João Guilherme Vargas Neto, Consultor Sindical, Enylton de Sá Rego, Professor de Literatura da Universidade do Texas, também ausente pela impossibilidade de interromper o período letivo naquela Instituição, Yedda Salles, Professora Universitária ausente dessa cerimônia, infelizmente ausente de nosso convívio, Sérgio Salomé, Professor da Universidade Estadual de Campinas, Rachel Teixeira, Pesquisadora e atualmente Diretora do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, Amaury Cano, Professor de Matemática da rede pública estadual de ensino, Wilson Barbosa, Professor de História da Universidade de São Paulo, Adir Moysés Luiz, Professor de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Flávio Silva, Técnico da FUNARTE, Regina do Prado, Funcionária da Embaixada da França no Brasil, Victoria Graboís, Pesquisadora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e Elio Gaspari, Jornalista, a anulação dos processos e a extinção das punições de que vocês foram vítimas é sobretudo um ato de justiça que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil, faz a si mesma e ao fazê-lo não pretende eliminar essa mácula que tinge na sua história nem muito menos reescrevê-la. O passado não pode ser modificado nem deve ser escondido. Deve ser, isso sim, conhecido, estudado e utilizado como lição na construção do futuro, principalmente porque os fatos que aqui vão ser lembrados não honra a biografia daqueles que exerceram, na ocasião, o papel de juizes e carrascos, ainda que muitos deles tenham, nos anos subsequentes assumido posições que, se não os redimem, acrescentam pelo menos novas cores às suas biografias. A dimensão trágica dessa história é que as punições que os*

atingiram não resultaram de atos de força de um governo que se impunha à Nação, mas de decisões autônomas de uma Instituição que se pretendia um templo do saber. Recordemos o ocorrido. Tarefa aliás extremamente facilitada hoje pela brilhante pesquisa sobre a FNFi, coordenada pela Prof<sup>a</sup> Maria de Lourdes Fávero da Faculdade de Educação. Quando em 1963, e o clima político do país caracterizava-se por uma radicalização crescente sendo o Governo Federal exercido pelo Presidente João Goulart e a Direção da Faculdade Nacional de Filosofia pelo Prof. Eremildo Luiz Viana candidato à sua própria reeleição através de manobras de ameaças, o Prof. Eremildo conseguiu da Congregação da Faculdade a escolha de uma lista tríplice na qual só ele tinha condições de ser nomeado. Os estudantes se mobilizaram contra o que consideraram golpe e deram dimensão nacional à sua luta, criando condições para que o Ministro da Educação Júlio Sambaki recusasse a lista e solicitasse uma nova na qual foi incluído o Prof. Faria Góes, nomeado Diretor. Em meio a esses episódios, transcorreu o processo de formatura da turma de 1963 que, por tradição, abrangia todos os cursos em cerimônia única com únicos paraninfos e patronos. Definidos por maioria, a escolha de ambos recaiu sobre o Prof. Leite Lopes como paraninfo e Anísio Teixeira como patrono. Incentivados pela direção da Faculdade, a turma de Jornalismo insurgiu-se contra a decisão da maioria e tentou impor os nomes de Carlos Lacerda, então Governador do Estado da Guanabara e líder nacional da direita, como paraninfo e Sobral Pinto como patrono. Derrotados pela vontade da maioria, não hesitaram em prestar-se a uma provocação solicitando à direção a realização de uma cerimônia de formatura em separado. Desnecessário dizer que esta solicitação foi prontamente atendida. O objetivo da provocação era claro, desmoralizar a liderança estudantil e lançar ao descrédito sua entidade. Para impedir a realização da cerimônia, os estudantes ocuparam o prédio da FNFi e opuseram-se à entrada do Governador Carlos Lacerda. A provocação havia se voltado contra o provocador e a ameaça de desmoralização agora pesava sobre o líder da direita que acabou chamando a Polícia Militar para desalojar os estudantes e garantir sua entrada no prédio. A ilegalidade dessa decisão, pois tratava-se de um próprio federal, foi prontamente percebida pelo Governo, que mobilizou o exército para desalojar as forças policiais e garantir a ordem no local. Eremildo não perdoou o que considerou um ultraje a sua autoridade. Fechou o Diretório Acadêmico e abriu inquérito contra quinze estudantes considerados por ele os líderes do movimento, suspendendo-lhes a matrícula. Com a posse de Faria Góes na Direção do FNFi a suspensão foi revogada e reaberto o Diretório. A vitória do golpe em 1º de abril de 1964, no entanto, modificou o quadro político no país e deu margem a que Eremildo, agora nomeado Diretor da Rádio MEC e considerado homem forte do novo regime, exercesse sua vingança obtendo da Congregação a expulsão dos 19 estudantes aqui homenageados. O Conselho Universitário da Universidade do Brasil, em sessões de 23 de abril e 2 de julho homologou as decisões da Congregação do FNFi. A ilegalidade, e o que é pior, a inutilidade da decisão encontrou a resistência de apenas dois Conselheiros, o representante dos estudantes, que chamou a atenção para a necessidade de um defensor dos acusados, e o Professor Oscar Stevenson, que exigiu a leitura do processo, já que nem isso fora feito. Ambas as objeções foram recusadas pelo Conselho, que aprovou a penalidade com voto contrário de apenas dois Conselheiros. Esse é o relato dos fatos. Que o ato de justiça que a Universidade do Brasil

hoje promove visa tão somente a colocar um pós-escrito nessa história. Mas ao fazê-lo incorpora também os ensinamentos necessários para que coisas como essa jamais voltem a ocorrer, e os episódios que hoje resgatamos são ricos em lições para todos nós. A primeira delas diz respeito à natureza do projeto acadêmico-pedagógico inscrito no experimento da Faculdade Nacional de Filosofia. A existência real dessa Instituição, como sabemos, transcorreu entre os anos de 1939 e 1968, mas sua gênese pode ser buscada em duas experiências que lhe antecedem e moldam o rumo: a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, sobretudo através de sua Faculdade de Ciências. Sente-se nessa experiência a marca de Anísio Teixeira que, à frente de um grupo de educadores organizados na Associação Brasileira de Educação, define, ao assumir a direção da instrução pública na capital do país, em 1931, um projeto de organização de um verdadeiro sistema de educação integrado e completo, do pré-escolar ao ensino superior, representado este pela UDF – Universidade do Distrito Federal. A criação da nova universidade era, por princípio, a antítese do projeto autoritário de Capanema, então Ministro da Educação, com seu modelo único de universidade. A consequência imediata do cenário político e cultural do país foi a emergência da palavra de ordem da autonomia universitária, já então concebida nos diferentes planos que a compõem: didático, administrativo e financeiro. As condições políticas da época, no entanto, marcadas pelo crescente autoritarismo e pela repressão, principalmente após os episódios de 1935 e de 1937, condenaram à derrota a experiência e ao isolamento político e mesmo à repressão policial os seus idealizadores e executores, entre eles o próprio Anísio e o Prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Em 1939, a Universidade do Distrito Federal é extinta e seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil. A universidade padrão de Capanema, perfeitamente coerente com a lógica estadonovista, parecia vitoriosa. Mas o vírus da inovação já havia contaminado mentes e energias do pensamento progressista e, em apenas dois meses após a extinção da UDF, ocorre a instalação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. O começo foi marcado pela precariedade: é instalada provisoriamente na antiga Escola Municipal José de Alencar, no Largo do Machado, cedida pela Prefeitura do Distrito Federal, onde funcionará até 1942, quando se inicia a transferência de seus cursos para o prédio da Av. Antônio Carlos, nº 40, na Esplanada do Castelo, sede da antiga Casa da Itália, com seus velhos portões, onde se destacam os peixes, símbolo do fascismo italiano. Exatamente o local onde transcorreram os episódios aqui resgatados. Mas o principal problema a ser enfrentado não residia na precariedade das instalações físicas nem na escassez de recursos para tornar a nova Faculdade, como exigia o seu regimento, capaz não só de preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica, e de preparar candidatos ao magistério de ensino superior e normal, mas também realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto de seu ensino. O principal obstáculo residia na cultura dominante na Universidade do Brasil e na forma como ela se organizava e se especializava, que condenou mais uma vez à derrota o projeto pedagógico inscrito no experimento. Esse projeto pedagógico impedia a Faculdade Nacional de Filosofia como a grande instância integradora da Universidade, instância pela qual deveriam passar todos os estudantes antes

de se dirigir para os cursos profissionais. Pretendia também, selecionar entre eles, os mais vocacionados para as ciências e os estudos avançados que deveriam continuar na própria Faculdade, bem como encaminhar um grupo maior para a carreira do magistério secundário. O ideal integrativo esbarrou na resistência oposta pelos antigos centros de poder universitário expressos nas faculdades tradicionais Direito, Medicina, Engenharia, que se recusavam a confiar a formação básica de seus futuros estudantes a um órgão que lhes era estranho. Essa cultura de que o estudante é propriedade da Unidade, do momento em que passa no vestibular ao que recebe o seu diploma, derrotou o projeto pedagógico da Faculdade de Filosofia, e ainda hoje é um dos principais obstáculos à transformação da UFRJ numa verdadeira Universidade. Essa é a primeira lição que nos cabe recolher. Retomar aquele projeto pedagógico atualizando as demandas e exigências do mundo de hoje, é vital para que a luta pela existência de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade possa tornar-se vitoriosa. Não haverá entre nós uma verdadeira Universidade enquanto não se constituir um verdadeiro espaço de integração e de troca de experiências, espaço aqui entendido nas suas dimensões intelectual, organizativa e física, um campus unificado entre ramos de conhecimento, entre docentes e pesquisadores, e principalmente entre estudantes, e isso nos remete à segunda lição. Derrotados os educadores em sua tentativa de implementar o experimento integrador, encontraram nos estudantes seus continuadores. Não se trata aqui de dissertar de forma abstrata sobre o papel dos estudantes na vida universitária. Trata-se de reconhecer que os grandes defensores da modernização do ensino superior brasileiro têm sido os estudantes, mais do que qualquer outro dos corpos que compõem a Universidade, têm eles não só interesse real na melhoria do ensino como pressa na construção desse objetivo. São eles os herdeiros do Manifesto de Córdoba, de 1918, documento com o qual os educadores do continente marcam o início dos movimentos pela renovação da universidade latino-americana. Lá, no Manifesto de Córdoba, estão inscritas suas reivindicações básicas: co-governo estudantil, autonomia política docente e administrativa, eleição de todos os dirigentes, corpo docente selecionado através de concursos públicos, mandatos docentes de cinco anos só renováveis mediante a comprovação da eficiência e da competência do professor, gratuidade do ensino superior, responsabilidade social e democrática da universidade, liberdade de cátedra. No início dos anos 60, a Faculdade Nacional de Filosofia, para usar a expressão do jornalista Artur José Poeta, aqui presente, “foi o escalão avançado dos estudantes brasileiros na luta pela reforma e modernização da universidade no espírito dos educadores de Córdoba”. Vários fatores contribuíram para isso, além do interesse objetivo dos estudantes na qualidade do ensino, entre eles deve ter pesado o clima político do país, de ampliação crescente das liberdades democráticas, de intensos debates sobre os destinos do país. Mas foi certamente o caráter universal e integrador do ensino no interior da Faculdade Nacional de Filosofia, permitindo o convívio e a troca de experiências e de conhecimento entre estudantes das mais variadas áreas do saber, que forneceu o acicate para que a FNFi pudesse assumir o papel de escalão avançado. A resistência dos interesses estabelecidos, entrincheirados no instituto da cátedra vitalícia, foi grande. Só amenizada pela atitude corajosa de um grupo de professores, aqui representado pela Professora Maria Yedda Linhares, a quem pediu uma salva de palmas.

*(Aplausos). Pois bem, essa resistência foi amenizada pela atitude corajosa de um grupo de professores cuja visão da Universidade e das reformas que a ela se impunham era convergente com a dos estudantes. Os estudantes expulsos em 1964 e seus colegas, hoje aqui reunidos, não resumiam, no entanto, a sua luta a mera denúncia das estruturas arcaicas da Universidade, eles deram uma contribuição efetiva à renovação das práticas da pesquisa e do ensino na Universidade. Se não bastasse a referência à publicação no início de 1964 dos vários vultos da história nova do Brasil, empreendida por alunos ou ex-alunos da Faculdade de Filosofia, grupo esse aqui representado pelo Rubem Cesar, vale lembrar três iniciativas tomadas pelos estudantes da FNFi, a partir da eleição de Enylton de Sá Rego, do Diretório, iniciativas que tiveram continuidade na gestão seguinte, encabeçada por Sérgio Campos. A primeira delas é a constituição dos centros de estudo, que era uma tentativa de descentralizar a estrutura de representação estudantil, mas era também um instrumento de mobilização dos estudantes e verdadeiros embriões de núcleos de pesquisa e discussão acadêmica. A segunda experiência é a criação do curso pré-vestibular da FNFi oferecendo não só preparação de qualidade para aqueles que desejassem ingressar no ensino superior e na Universidade, como oportunidades para que os estudantes da FNFi transmitissem os conhecimentos que adquiriram. A terceira, foi a implantação dos cursos noturnos, quebrando um velho tabu da universidade brasileira e permitindo uma democratização maior do acesso ao ensino superior. A quarta, foi a adoção do critério classificatório no vestibular, que também foi um passo no sentido da democratização do acesso, permitindo o preenchimento integral das vagas abertas a cada ano. E o quinto, foi a dinamização da vida cultural, acadêmica e política no espaço, agora libertado e de fato autônomo, da FNFi, tornando a Faculdade um centro efervescente de debate e estímulo ao estudo e ao conhecimento. A segunda lição que podemos tirar, portanto, dos episódios que hoje resgatamos, é uma lição para todos, professores e estudantes em particular. Os estudantes não são apenas a razão de ser da Universidade, eles são, por sua própria natureza, o centro nervoso desta Instituição. E por isso, não por outra razão, não pode haver universidade de qualidade sem estudantes organizados, reivindicativos e participantes. Mas organização, reivindicações, participação devem ir além das questões políticas gerais sempre necessárias e devem vincular-se sempre diretamente à prática concreta da renovação da vida universitária, organizando, reivindicando, participando, construindo, enfim, o espaço de liberdade que é, ou pelo menos deve ser, a Universidade. A terceira lição, na verdade, a primeira, a mais imediata, a mais óbvia, diz respeito à inutilidade da repressão como forma de enfrentar as diferenças de opinião. Não se combate idéias com instrumentos de força e de coerção. Quando isso acontece, cedo ou tarde, aquele que se arvorou em papel de juiz, que não hesitou em desempenhar o de carrasco, vê voltar-se contra ele o julgamento dos homens e da história. O opróbrio recai sobre o perseguidor intolerante que honra e dignifica o perseguido que lutou por suas idéias. Esta é sem dúvida uma lição que transcende em muito os episódios aqui relatados e que se liga à história milenar da instituição universitária desde os seus primórdios, pois só se constituíram como experiências vitoriosas as universidades que, além de praticar a unidade entre ensino e pesquisa e de poder dispor os recursos materiais e humanos necessários para isso, tornaram realidade a exigência da liberdade acadêmica.*

*Sempre que essa veio a faltar ou foi cerceada em suas manifestações, a instituição universitária veio a fenecer. Essa exigência está no próprio cerne da luta secular pela autonomia das universidades. Reunidos hoje em nossa Casa, a Universidade do Brasil, dando fim a uma diáspora de 35 anos, temos o orgulho de reconhecer que aprendemos com vocês lições que permanecem atuais até hoje. A luta que vocês conduziram é, modificada pelo tempo e pelas circunstâncias, a mesma que continuamos a travar. O objetivo é o mesmo, a construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade capaz de responder às exigências da sociedade, comprometida com os destinos de nosso povo e construção de uma nação mais justa e mais democrática, e para isso a própria universidade deve democratizar, no que diz respeito à sua abertura para a sociedade e incorporando o entendimento de que democracia significa respeito pelos direitos da minoria e significa sobretudo respeito à vontade da maioria. Vocês que foram vítimas da intolerância, ajudem-nos hoje, pela recordação das lições que o episódio encerra, a fazer-nos ver, mais uma vez, que a todos deve ser assegurado o direito de considerar a sua opinião melhor que a de qualquer outro, mas ninguém pode se arrogar o poder de querer impor a sua opinião contra a vontade de todos os demais. Que essas lições não sejam mais esquecidas e que possamos avançar na construção da Universidade que todos desejamos. Senhores expulsos em 1964, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil, é a sua Casa.” (Aplausos). O Magnífico **REITOR** concedeu a palavra ao senhor Sérgio Emmanuel Dias Campos para se manifestar em nome dos alunos expulsos. O Senhor **SÉRGIO EMMANUEL DIAS CAMPOS** fez o seguinte pronunciamento: “Professor Aloísio Teixeira, queremos deixar registrado o nosso agradecimento especial pela sua iniciativa que tanto nos honra e surpreende. Nunca contamos com homenagens, tampouco esperamos quaisquer benefícios pessoais. A pureza que nos norteava há 35 anos continua dominando nossos corações e esperamos que continue assim para sempre. Aproveitamos ainda para manifestar publicamente nossa gratidão ao seu pai, Brigadeiro Francisco Teixeira, que naquele desditoso 1º de abril de 1964, recebeu-nos em seu gabinete no Comando Aéreo e nos aconselhou a retirada dos estudantes que resistiam ao golpe no prédio da Faculdade Nacional de Filosofia para a sede da Faculdade Nacional de Direito, no Campo de Santana, onde teríamos maior proteção militar. É provável que, sem essa sua orientação, tivéssemos sido atacados novamente pelos mesmos grupos terroristas de direita que na véspera já haviam metralhado a nossa Faculdade. Dessa vez, quem sabe, com um resultado trágico. Yedda e Elias estão presentes. Nossos queridos colegas que tanto nos ajudaram participando e liderando nossas lutas. Elias, vocação política privilegiada, articulador, grande perda para todos nós. Yedda, nossa querida Yeddinha, sempre vibrante e destemida nesses anos todos de memoráveis lutas contra a ditadura, inteligência privilegiada, grande defensora dos direitos das mulheres, profunda conhecedora de Filosofia. Foi presa e torturada durante a ditadura militar. Nosso último registro é dirigido a você, querida Vitória. Saudamos você pela coragem com que enfrenta a perda do pai, do esposo e do filho durante a guerrilha do Araguaia. Agradecemos a eles pelas vidas que deram pelo ideal de um Brasil mais humano e mais justo. Feitos esses agradecimentos, faço questão de, antes de começar o discurso propriamente dito, até para permitir uma maior informalidade ao nosso ato, contar duas historinhas que para mim são muito preciosas para explicar minha*

presença aqui nesse momento. Conforme já lhes disse, fui presidente do Diretório Central da Faculdade de Filosofia e no momento em que nós éramos muito despreparados para qualquer tipo de prática política e, particularmente, na Faculdade Nacional de Filosofia, que era de uma efervescência, de uma agitação enorme, nós então, e essa é a primeira historinha, não tínhamos a menor condição de tocar nada. Quer dizer, nós chegamos ao Diretório através do trabalho que nós fazíamos nos Centros de Estudos, mas o nosso despreparo era muito grande, e eu me recordo da dificuldade que tinha de falar em público, e as assembléias da Faculdade Nacional de Filosofia eram enormes, com uma presença maciça dos estudantes, e eu tinha uma enorme dificuldade de conseguir olhar para a platéia. Me recordo que tinha um busto que ficava no fundo do salão nobre da Faculdade Nacional de Filosofia, que nem sei de quem era, que passou a ser meu ponto de referência. Então, passei todo o tempo fazendo discurso para aquele busto, dada a minha enorme dificuldade de conseguir, na minha timidez, de falar para o público presente. Peço perdão para vocês, porque há um remanescente ainda dessa dificuldade, até mesmo porque eu me sinto presidente do Diretório quando estou falando aqui para vocês. A segunda historinha é ligada a esse discurso. Quando da passagem da Direção da Faculdade, do Professor Eremildo para o Professor Faria Góes, nós alunos, considerando que ia ser um grande ato público, inclusive o convidado, representante do Governo, foi o Professor Santiago Dantas, resolvemos fazer um discurso político importante. Como sempre costumávamos fazer, foi nomeada uma comissão de alunos para preparar esse discurso. Esse discurso foi feito. Me recordo da minha entrada no salão nobre da Faculdade, reunião solene da Congregação da Faculdade, inclusive o Professor Faria Góes tinha contratado um coral e era toda florida a mesa do salão, e só eu sabia o conteúdo do discurso que ia ter que dizer lá na frente. Era um discurso extremamente radical, no bom sentido, de ir às raízes do problema. Inclusive pedindo a legalização de todos os partidos políticos, inclusive o Comunista. Me recordo que o nosso discurso teve a repercussão que esperávamos, inclusive o Professor Faria Góes, assim que eu encerrei o discurso, se levantou e disse: “Encerrada a assembléia geral dos alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, eu declaro então iniciada a reunião solene da Congregação da Faculdade”. Bom, aquilo criou uma situação bastante difícil, mas o Professor Santiago Dantas, que era o que falava logo em seguida, num ato assim bastante significativo, se virou e passou a ler o discurso para mim. Enquanto isso, o pessoal mais experiente da Faculdade discutia o que fazer e eu já pensava assim: vai sobrar para mim, naturalmente, alguma coisa há de chegar até a mim. E não deu outra. Não demora muito vem um bilhete para mim dizendo: “Olha, Cesar, nós consideramos que, dada a reação da Direção da Faculdade, não podemos mais continuar aqui, então quando o Professor Santiago Dantas concluir a sua oração, você vai se levantar e convocar para a retirada de todo o mundo do salão nobre”. E assim foi feito. Quando terminou o discurso do Professor Santiago Dantas eu me levantei, agradei as palavras dele e disse: “Concluído o discurso do Professor Santiago Dantas, convoco todos os presentes para se retirarem da reunião da Congregação da Faculdade”. E assim foi feito. Estou contando essa segunda historinha porque agora é a vez de vocês não saberem o que eu escrevi aqui no meu discurso. Então, eu quero assumir a responsabilidade integral. É só minha a responsabilidade do que eu vou dizer aqui, porque infelizmente não houve



condições de discussão coletiva entre nós, de modo que é isso. Neste momento, há uma reflexão a ser feita. O que levou este Conselho à decisão tomada em 23 de março de 1964 de expulsar 9 alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, seguida de 2 de julho do mesmo ano, de sua extensão a outros dez? De fato, a mera acusação de insubordinação e indisciplina pouco esclarece as expulsões. Essa interpretação em seu simplismo certamente não justificaria medidas tão radicais e marcantes. Afinal, a formação de 19 jovens, todos na faixa dos 20 anos, foi cerceada violentamente. Com toda a certeza, haveria procedimentos mais adequados para a recuperação de estudantes bagunceiros. Onde se encontraria, então, a verdadeira causa para decisões tão drásticas e severas? Considerando a leveza dessa Sessão Solene, motivo de regozijo e júbilo para a nossa UFRJ, conforme simpaticamente declarou em sua carta-convite o Professor Vilhena, não caberiam aqui análises aprofundadas e abrangentes daquele tempo. Mas, por um instante que seja, para melhor situar esses acontecimentos, há que lembrar um pouco aquele Brasil. Vivíamos numa sociedade que assumia a consciência de sua história, buscando democraticamente um novo caminho que rompesse as cadeias de atraso e subordinação a uma falsa elite em crescente processo de integração com o grande capital internacional. Só quem viveu aqueles tempos sabe o quanto a efervescência política e social era intensa. Efetivamente havia uma democracia participativa em que os diversos segmentos da população escolhiam o seu futuro em debates dos sindicatos, nas universidades, nas ruas e nas praças. Os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia assumiram a responsabilidade política que lhes coube naquele momento. Participaram ativamente nesse processo de conscientização popular, e se identificaram com as bandeiras de luta que eram defendidas pela movimento democrático que se fortalecia no país. Não só se identificaram como procuraram praticar a boa política de transformação da sociedade e da universidade, sintetizada nas reformas de base que eram exigidas pelos órgãos representativos da população. Defender a eleição de um governo democrático popular que tivesse a vontade política de realizá-la. Sabiam que só assim seriam criadas as condições para a superação da pobreza e da miséria que cresciam assustadoramente. As reformas de base traduziam um esforço indispensável para a superação de problemas crônicos para o país, sob o enfoque claramente social. A estratégia, inevitavelmente passaria pelo estancamento da fuga de nossas riquezas para o exterior e a nacionalização progressiva do investimento realizado, através de uma lei de remessa de lucros que protegesse esses investimentos. Além disso, a garantia da posse da terra para os camponeses pobres e melhores condições de vida para os assalariados do campo e da cidade. No âmbito da Universidade, a luta pela reforma universitária apontava para uma universidade voltada para os interesses nacionais, preocupada com o desenvolvimento do país, autônoma e democrática em suas decisões. Rejeitava a universidade elitista, paga, preocupada exclusivamente com a manutenção dos privilégios culturais de uma minoria e propunha a garantia de acesso gratuito às camadas pobres da população. Na Faculdade Nacional de Filosofia, a defesa desse modelo de universidade conduziu seus alunos a um amplo debate interno. Seus Centros de Estudos, organizados por cursos, propuseram reformas nos programas de suas disciplinas, visando aproximá-los dos interesses nacionais. As Faculdades de Filosofia eram privilegiadas naquele tempo, concentrando um vasto

espectro de conhecimento. Seus estudantes, inevitavelmente, passavam a alcançar uma visão mais universal e ao mesmo tempo mais diversificada da realidade. Discutia-se um programa para a área de ciências exatas, questionava-se a existência de uma Filosofia brasileira, debatiam-se questões pedagógicas, enfim, quase todos os ramos do conhecimento eram visitados pelos seus alunos, acreditem, até mesmo Astronomia. Para os alunos da Faculdade de Filosofia esse debate interno era um prolongamento do que acontecia na sociedade, mais do que isso, vinculava-se ao esforço sua principal razão de ser a sua futura intervenção profissional como professores, preparavam-se, procurando aperfeiçoar a sua Faculdade, lutando por mais recursos para a educação, pela melhoria do ensino, colocavam a sua juventude, a sua força ao inteiro dispor da Universidade, e portanto, da sociedade. Estudavam e faziam política com alegria e total desprendimento. Ainda em 1963, visando garantir a continuidade desse processo, os estudantes da Faculdade de Filosofia iniciaram uma luta política intensa por uma maior representação de alunos e funcionários na Congregação da Faculdade. Ao mesmo tempo, participavam da campanha pela eleição de um diretor que se identificasse com suas propostas. Foi uma campanha árdua, denunciando as manobras traiçoeiras do diretor da época, que usava todos os artifícios que a posição lhe permitia para garantir a sua reeleição, mesmo assim conseguiram impedir a sua recondução ao cargo. Certamente, seu enfrentamento de maior repercussão ocorreu quando impediram a realização, no salão nobre da Faculdade, da formatura de um grupelho reacionário de estudantes do curso de Jornalismo. Estes, evitando comparecer à formatura oficial, articularam um ato político de grande impacto com a escolha para paraninfo o Governador do então Estado da Guanabara, liderança nacional, identificada com idéias entreguistas e antipopulares. Após todas as tentativas possíveis de evitar tal ato junto à Congregação da Faculdade e a este Conselho Universitário, só restou aos alunos fecharem as portas da Faculdade, bloqueando a sua entrada. Ainda guardamos em nossa memória o refrão da marchinha composta pelo então vice-presidente do Diretório Acadêmico, nosso saudoso Orlando, músico e letrista bem gozador: “ Só com o vestibular, só com o vestibular que o Lacerda pode entrar”. Sabemos do corte violento ocorrido nesse processo, quando a intervenção militar impediu a continuação dessa transformação, que democraticamente vinha acontecendo sob alegação da ameaça do comunismo e da revolução. Hoje, 35 anos depois, parece-nos óbvio que os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia não poderiam sair incólumes deste golpe violento que atingiu a democracia e o movimento popular. Da mesma forma que os órgãos representativos das lutas populares foram fechados, o Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia foi declarado ilegal e seus membros passaram a ser cassados pelas forças da ditadura. Mas isso não bastava. A aliança de ódio entre aqueles que os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia haviam enfrentado e os militares, novos donos do poder, foi facilmente articulada e as expulsões, perseguições e prisões aconteceram. Meus amigos, 35 anos se passaram. O período da ditadura militar foi superado e aqui estamos nós vivendo há mais de uma década a retomada da democracia em nossos país. Arriscamos em dizer que o balanço desses anos é triste. Naquela sociedade dos anos 60, nosso país vivia a esperança, acreditando em nossa condição de construir uma sociedade mais justa. Basta a avaliação de duas questões essenciais, a reforma agrária e a reforma

universitária, para percebermos o quanto a vontade política foi diluída, as prioridades passaram a ser outras, e soluções definitivas não aconteceram. A questão agrária permanece na eterna discussão dos números, enquanto isso os trabalhadores sem-terra são vistos como baderneiros e bandidos – sempre presente a velha história das infiltrações subversivas - , sendo ignorado o desespero de quem há anos luta por um pedaço de terra para fixar sua família e poder trabalhar. É esse o respeito à luta de tantos brasileiros em todos os estados, pela democratização da posse da terra. Infelizmente, já são muitos os heróis mortos. São recentes os massacres de Eldorado dos Carajás, no Pará, de Corumbiara, em Rondônia, que ainda permanece impune. Frequentemente a questão agrária se confunde com as lutas dos negros e dos índios, como acontece, por exemplo, com mais de uma centena de territórios étnicos das antigas populações escravas, os quilombos, que até hoje não foram reconhecidos ou titulados. E com os territórios indígenas que nem Roraima, na área de Raposa do Sol, dos Ianomâmis, e nas áreas dos índios Ticunas, região dos Solimões, no Amazonas. Na Universidade vivemos os tempos dos provões, que desmoraliza professores e estudantes. Será que o MEC não tem consciência plena dos criminosos que exploram o ensino, buscando lucros absurdos e prestando um serviço deplorável? Afinal, quem garante o registro desses estabelecimentos? A universidade pública, por sua vez, não alcançou sua autonomia plena, permanecendo dependente do Governo. Ainda carece de condições fundamentais para a liberdade de pesquisa e a livre circulação de idéias. Para tanto, torna-se indispensável que essas universidades, desvinculadas dos interesses particulares, também atuem sem dependência das políticas ministeriais. A começar pela escolha de seus administradores pelos centros da comunidade acadêmica. Tem as lastimáveis listas tríplices que induzem a políticas clientelistas e jogos de interesses. A comunidade deve ter plenos poderes para escolher seus administradores e a responsabilidade para bem fiscalizá-los. Finalmente, a impressão que nos fica do ensino universitário é a sua intensa descaracterização, com seu afastamento do ideal nacionalista. A universidade de um país pobre como o nosso tem que pensar a sua realidade e encontrar formas que facilitem o seu desenvolvimento autônomo, colocando a sua inteligência a serviço do povo. Meus amigos, no momento em que a nossa democracia se fragiliza mais e mais, com o evidente desprezo de nossa população, a presença em relação à atividade política, quando os votos brancos, nulos e a abstenção sobrem a cada eleição, torna-se indispensável a recuperação de caminhos que nos tragam de volta a esperança num futuro melhor. Como reencontrar essa esperança? Parece-nos que tudo vai nascendo despercebidamente. Muitas vezes sem mídia. Naquelas lutas locais, onde a população participa do processo decisório tem tido de perto o comportamento dos políticos e dos governantes. Isso vai acontecendo em lutas como a que está sendo travada presentemente: 500 famílias de camponeses em Alcântara, no Maranhão, não aceitando a desapropriação indevida de suas casas, e enfrentando com galhardia a poderosa Infraero, que exige suas terras para o lançamento de foguetes e satélites. Isso vai acontecendo nas Prefeituras encabeçadas pelas oposições, onde as pessoas elegem e controlam seus governantes através de novos instrumentos mais democrático de administração pública. Destacamos o governo do Rio Grande do Sul, que enfrenta com decisão exigências absurdas de multinacionais e implementa com ampla presença popular o orçamento

*participativo no Estado. Essa experiência torna-se mais rica quando vemos a oposição ao Governo sentir-se obrigada politicamente a aceitar esse procedimento democrático de definição dos gastos públicos. Professor Vilhena, meus amigos, esta Sessão Solene nos traz a alegria de sermos ouvidos. Hoje, 35 anos de expulsos, estamos tendo o direito de apresentar o nosso ponto de vista. Esta reintegração simbólica espelha a generosidade deste Conselho. Estamos agradecidos. Mas ainda nos consideramos expulsos. Continuamos expulsos com os menores da FEBEM, com os menores assassinados na Candelária, com os assassinatos no Carandiru, com essa população trabalhadora que vive nas favelas e nas ruas. Continuamos expulsos irmanados com os abandonados nos campos e nas cidades do nosso Brasil. Continuamos expulsos com os negros, com os índios. Continuamos identificados com esse povo doente, esfaimado, ignorado, que a nossa FNFi tanto nos ensinou a respeitar e a amar. (Aplausos). Dando continuidade, o Magnífico **REITOR** fez a entrega, a cada um dos alunos expulsos do convívio da UFRJ, hoje reintegrados, de um documento na forma de um certificado, com os seguintes dizeres: “O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que a lei lhe confere e cumprindo decisão unânime do Conselho Universitário, tomada em sessão de 05 de agosto de 1999, declara nulo o processo de expulsão do(a) aluno(a) (nome do aluno) da Faculdade Nacional de Filosofia”. A seguir, fez o seguinte pronunciamento: “Gostaria de dizer a todos que hoje é um dia de tristes recordações mas de muita alegria. Hoje nós estamos trazendo e homenageando nossos companheiros que, na Faculdade Nacional de Filosofia, deram mostras do que é defesa permanente da liberdade de idéias e da justiça social neste país. Eu me emociono, como me emocionei no dia em que foi proposta essa sessão solene do Conselho Universitário, porque foi a primeira grande ação que realizei como dirigente estudantil na Faculdade de Filosofia da UFMG, justamente em apoio à esses colegas expulsos que eu nem conhecia, que eram um exemplo para nós que estávamos organizando a nossa estrutura de representação estudantil. Fiquei deveras impressionado com as colocações do Sérgio Campos mostrando a dificuldade que tinham e creio que eram as mesmas dificuldades que nós tínhamos. No entanto, nós idealizávamos nossos colegas da FNFi como aqueles extremamente experientes e capazes de realizar ações que nós não éramos ainda capazes de realizar. Mas hoje também é um dia de grande felicidade porque nós podemos nos reencontrar, embora com essas pesadas lembranças mas podemos ver que na Universidade brasileira, com o trabalho desses estudantes da época que mais tarde se tornaram professores, cidadãos com uma enorme influência na sociedade brasileira, puderam organizar uma estrutura universitária em condições de se colocar frente ao futuro com um certo otimismo. Hoje, a UFRJ é capaz e está em condições de enfrentar o futuro. Naturalmente, todos nós sabemos que será muito difícil e depende de muito trabalho, muita dedicação e uma grande dose de competência. Nesse sentido, nós estamos trabalhando na reforma universitária que hoje nós sabemos que ela jamais será, um dia, inteiramente definitiva. A reforma universitária se faz a cada dia, a cada momento. As ciências se desenvolvem cada vez com mais rapidez. As questões culturais e sociais afloram com todos os seus matizes na sociedade e isso faz com que a Universidade hoje tenha um dinamismo que na época não imaginávamos que ela tem. A reforma universitária é justamente aquela atitude de compreender que temos que*

*retomar a cada dia, a cada momento, a cada desenvolvimento científico, a cada novo desafio cultural e social. Neste momento, a Universidade com um todo está caminhando no sentido de agregar mais cinquenta dias de trabalho planejado durante o ano letivo de forma a aumentar a interação do trabalho entre os docentes e os alunos e, ao mesmo tempo, criar um ambiente de permanente dinamismo e respeito às estruturas da reforma universitária. De outro lado, a UFRJ foi capaz também de, num trabalho conjunto em que todos os Conselhos estão envolvidos, propor uma norma, que nós esperamos se transforme numa lei, para financiamento das Universidades brasileiras objetivando a autonomia plena financeira. Esse conjunto de ações que evoca um trabalho voltado para o futuro que pretende estabelecer novas possibilidades para a Universidade brasileira é que pode, mais uma vez, colocar a UFRJ dentro dos horizontes de decisões no que diz respeito à educação nacional. Nada disso é verdade absoluta, nada disso é absolutamente perfeito mas são tentativas nas quais a Universidade se empenha que, entretanto, são tentativas abertas e podem e devem sofrer aperfeiçoamentos e críticas. É importante, nesse momento, que nos todos tenhamos essa idéia que a Universidade se movimenta e se estrutura para enfrentar esse futuro cheio de desafios para a sociedade brasileira e para a população do nosso país. Eu gostaria, mais uma vez, de homenagear todos aqueles que foram expulsos da FNFi lendo todos os seus nomes antes de encerrar esta sessão, lembrando que todos eles são agora membros da Universidade Federal do Rio de Janeiro que muitos de nós esperamos retome o nome de Universidade do Brasil". Em seguida à leitura dos nomes, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, para constar, lavrei a presente Ata.*

## ANEXO IV



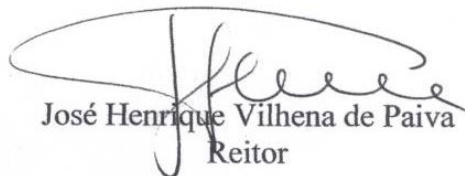
Universidade  
Federal do  
Rio de Janeiro

Ao Ilmo.  
Sr. JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO  
Rua Homem de Melo, 697/5144  
CEP 05007-001 - Perdizes  
São Paulo - SP  
NESTA

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sessão de 05/08/99, aprovou, por aclamação, proposta anulando os processos de expulsão dos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, decidida em abril e julho de 1964, pela Congregação daquela Faculdade.

Resolveu, também, convocar para o dia 22 de novembro do corrente ano, às 18 horas, no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura, Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha, sessão solene de reintegração à UFRJ, para a qual estamos convidando V.Sa., cuja presença será motivo de regozijo e júbilo para a nossa Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1999.



José Henrique Vilhena de Paiva  
Reitor



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

*O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
no uso das atribuições que a lei lhe confere  
e cumprindo decisão unânime do Conselho Universitário,  
tomada em sessão de 05 de agosto de 1999,  
declara nulo o processo de expulsão do aluno*

**JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO,**

*da Faculdade Nacional de Filosofia.*

*Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1999.*

  
*José Henrique Vilhena de Paiva*

*Reitor*